

25
de Abril

COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação mensal da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração



SUPLEMENTO

**PARQUES E RESERVAS
NATURAIS**



EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

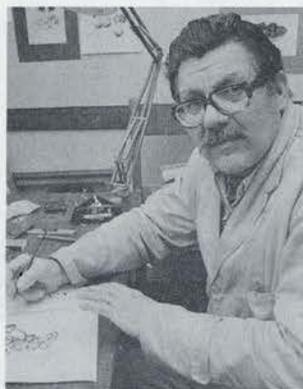
RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	
Venezuela (Segunda-feira a sábado)	00.00-02.30	11 875	25	Angola (Segunda-feira a sábado)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16	
	(Domingos)	14.30-18.00 00.00-02.30	21 700 11 875		13 25	19.30-20.00	15 340 17 880	19 16
Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste)	01.00-03.00	11 935 6 025	25 49	(Domingos)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16	
	(Todos os dias) (Oeste)	03.30-05.00	11 935 6 025	25 49	18.45-19.30	15 340 17 880	19 16	
Europa (Segunda a sexta-feira)	04.00-06.00	6 025 6 185 9 740	49 48 30	14.30-18.00	21 700	13		
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	Moçambique (Segunda-feira a sábado)	12.00-12.30	21 700 17 880	13 16	
	(Domingos e sábados)	08.00-18.00	6 025 11 800 9 740		49 25 30	20.00-20.30	15 340 17 880	19 16
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	(Domingos)	12.00-12.30	21 700 17 880	19 16	
Macau, Timor e Austrália (Segunda-feira a sábado)	09.55-10.55	21 700 21 735	13 13	19.30-20.15	15 340 17 880	19 16		
	(Domingos)	09.25-10.55	21 700 21 735	13 13	14.30-18.00	21 700	13	
S. Tomé e Príncipe (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	Guiné e Cabo Verde (Segunda-feira a sábado)	13.30-14.00	21 495 15 125	13 19	
	19.00-19.30	15 340 17 880	19 16		(Domingos)	13.30-14.00	21 495	13
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	20.15-21.00	15 125	19	
	18.00-18.45	17 880 15 340	16 19	14.30-18.00	21 700	13		
14.30-18.00	21 700	13	India (Segunda-feira a sábado)	15.00-15.45	17 895	16		
Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	9 635 11 840	31 25	Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	9 635 11 840	31 25	
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880		13 16	14.30-18.00	21 700 15 125	13 19
	18.00-18.45	17 880 15 340	16 19		22.30-01.00	9 635 11 840	31 25	
14.30-18.00	21 700	13						



Capa:

Montagem gráfica a partir de uma fotografia e de um desenho - intitulado «Vida num Sapal» - da autoria de Alfredo da Conceição.



Tendo-se especializado, há vários anos, na ilustração de livros científicos, Alfredo da Conceição é, na opinião de peritos de todo o mundo, um dos artistas mais perfeitos e experientes neste domínio, trabalhando actualmente no Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, em Lisboa, como desenhador de modelos biológicos. Anteriormente, Alfredo da Conceição, desempenhou funções em Moçambique, nomeadamente nos Serviços de Geologia e Minas, Instituto de Investigação Científica e Centro de Informação e Turismo, tendo ainda prestado colaboração à Universidade Eduardo Mondlane e ao Museu de História Natural da cidade de Maputo.

Colaboração fotográfica:

Agência ANOP, «A Capital», «Diário de Notícias», Direcção-Geral de Divulgação, Instituto Português de Cinema, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, António Manuel, Nuno Oliveira, Manuel Carvalho e Luis Almeida d'Éça.



Promover o equilíbrio entre o Homem e a Natureza

«O Homem faz parte dos ecossistemas, é um elo da Natureza e não pode ignorar essa dependência, pois corre o risco de se destruir e, com ele, a própria vida na Terra».

«(...) A ruralidade (e o mar) são as duas bases culturais do povo português. É necessário lutar contra o desenraizamento cultural da nossa gente, para que ela se comporte como povo livre e senhor dos seus destinos».

Duas passagens da entrevista que o director do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, arq. Fernando Pessoa, nos concedeu e que publicamos neste número, integrada no Suplemento que dedicamos aos Parques e Reservas Naturais do nosso País.

PUBLICAÇÃO MENSAL DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO

Direcção
Manuel Árias
Director do Serviço de Informação e Apoio Cultural

Edição
Serviço de Informação e Apoio Cultural

Sede
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades, 1.º Piso
Largo do Rilvas
1300 Lisboa - Portugal
Telefs. 67 67 00/1/2

Composição e impressão
Casa Portuguesa
R. das Gáveas, 109
1200 Lisboa - Portugal
Telefs. 36 67 76/77

EDIÇÃO EUROPA
Commission paritaire n.º 3331 P

Representante
Embaixada de Portugal
Serviço de Programação e Apoio
6, Passage Dombasle
75015 - Paris - França
Telefs. 533 95 95 e 533 96 96

Distribuição
França, R. F. A., Bélgica, Lux., Holanda, Suíça, Inglaterra

Preços
França — 4 FF
R.F.A. — 2 DM
Bélgica — 35 FB
Luxemburgo — 32 FL
Holanda — 2 FLS
Suíça — 2 FS
Inglaterra — 50 P

2007.004.11-



AS MAIORES CHEIAS DO SÉCULO



Os violentos temporais que assolaram todo o País, no passado mês de Fevereiro, provocaram as maiores cheias deste século — só em 1876, aliás, se registara uma catástrofe semelhante —, isolando vilas e aldeias, submergindo casas e haveres, destruindo culturas e cabeças de gado, interrompendo comunicações e o abastecimento de água à região de Lisboa. Os rios Douro, Mondego e Tejo, e seus

afluenters, inundaram vastas áreas e, ao longo de toda a costa, registaram-se vultuosos prejuízos em vários portos — particularmente em Leixões e Sines —, onde o ímpeto das vagas atingiu proporções raramente vistas.

O significativo movimento de solidariedade que se gerou — e que contou, nomeadamente, com a colaboração das Forças Armadas e militarizadas, corporações de



bombeiros, organismos oficiais, autarquias, instituições humanitárias e grupos de cidadãos anónimos — permitiu socorrer as populações desalojadas e pôr em prática medidas para minimizar os devastadores efeitos da catástrofe.

O Conselho de Ministros decidiu nomear o eng. Guimarães Lobato para superintender e coordenar todas

as acções de auxílios em curso nas áreas afectadas pelos temporais. Para o efeito, diversos departamentos do Estado têm ao seu dispor verbas até ao montante de 2 milhões de contos; com o mesmo objectivo, as autarquias das zonas atingidas pelas cheias foram dotadas com um auxílio financeiro de 500 mil contos. ■

RESULTADOS PROVISÓRIOS DO RECENSEAMENTO ELEITORAL



conseguidos, que inequivocamente traduzem o alto sentido cívico do povo português e que, para além disso, foram possíveis graças ao esforço consciente e dedicado dos órgãos autárquicos, à ampla participação dos partidos políticos, por intermédio dos seus representantes nas comissões recenseadoras, e à eficácia do trabalho desenvolvido ao nível do Governo, nomeadamente nos contactos que sempre manteve com a Assembleia da República e às medidas legislativas que propôs ou promoveu.

A análise dos dados já conhecidos permite concluir que, na generalidade, o número de cidadãos recenseados ultrapassou o número registado no recenseamento de 1976, com excepção do distrito da Guarda e da Região Autónoma dos Açores, onde se verificou uma ligeira diminuição.

Publicamos a seguir os resultados provisórios deste recenseamento, no Continente e Regiões Autónomas, e a sua comparação com os que foram obtidos em 1976, de acordo com os elementos fornecidos ao Conselho de Ministros pelo Ministério da Administração Interna.

O número total provisório de inscrições no recenseamento eleitoral atingiu 6.800.000, segundo foi revelado num comunicado do Conselho de Ministros, após análise dos dados fornecidos pelo Ministério da Administração Interna.

Ao valor global registado no Continente e Ilhas — 6.720.085 inscritos — juntaram-se 9.150 eleitores recenseados em Macau e 75 mil inscrições provenientes de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro (de acordo com as estatísticas divulgadas pelo MAI até à data do fecho da Redacção deste número da Revista), pelo que o total definitivo de eleitores poderá atingir os sete milhões.

No referido comunicado, o Conselho de Ministros considerou tais resultados conseguidos, que inequivocamente traduzem o recrudescimento dos índices de abstenção nos actos eleitorais intercalares para os órgãos autárquicos e as condições globais em que se realizou este recenseamento, bem diversas das existentes aquando do anterior.

O Conselho considerou «dever realçar o enorme significado político dos resultados

Distritos e regiões autónomas	N.º de Inscritos em 1976	N.º de Inscritos em 1979	Percentagens (a)
Aveiro	381.696	404.331	105,9
Beja	142.645	144.190	101,1
Braga	382.809	416.394	108,8
Bragança	121.141	121.550	100
Castelo Branco	175.629	177.774	101,2
Coimbra	310.092	317.853	102,5
Évora	137.537	138.317	100,6
Faro	237.368	242.800	102,3
Guarda	149.667	135.291	90,4
Leiria	282.430	293.440	103,9
Lisboa	1.446.329	1.401.690	103,1
Portalegre	109.948	110.819	100,8
Porto	931.227	1.004.668	107,9
Santarém	332.173	335.382	101
Setúbal	419.882	455.503	108,5
Viana do Castelo	163.727	171.600	104,8
Vila Real	168.857	168.452	100
Viseu	278.245	284.259	102,2
Açores	162.710	156.611	96,3
Madeira	143.363	149.161	104
TOTAIS	6.477.484	6.720.085	103,9

(a) Percentagens em relação ao número de inscritos em 1976.



1.º CONGRESSO DA UGT

A nova central sindical, denominada União Geral dos Trabalhadores (UGT), efectuou, no Porto, o seu congresso constitutivo, nele tendo participado sindicalistas das correntes socialista, social-democrata e democrata-cristã. Entre os documentos debatidos pelos congressistas figuraram a «declaração de princípios» e os estatutos pelos quais se passa a reger a nova central sindical.

O Primeiro Congresso da União Geral dos Trabalhadores (UGT) contou com a presença dos componentes da Comissão Instaladora, de dinamizadores do Movimento «Carta Aberta» e de delegados dos trinta e um sindicatos que anteriormente haviam aderido ao projecto daquela central sindical, a segunda do nosso País.

No discurso inaugural, Vítor Botelho, fez uma breve análise da realidade portuguesa — «a realidade de quem trabalha» — e justificou a criação da nova central sindical, acusando ao mesmo tempo a CGTP — Intersindical de ter agravado «a vida de todos os portugueses». Segundo afirmou aquele elemento da comissão instaladora, a Intersindical dividiu os traba-

lhadores «por mais sindicatos, negou-lhes um congresso de todos os sindicatos, mentiu-lhes com pseudo-verticalizações, provocou o aumento do desemprego e alargou a desigualdade entre as classes». Vítor Botelho afirmaria, por outro lado, que a UGT se bate por «um sindicalismo que se não imponha só nas avenidas, mas que conduza a lutar dentro dos gabinetes e organismos estatais, pelo bem-estar social, pelo emprego, pela habitação, pela saúde, pela dignidade da pessoa humana, pela aplicabilidade do consignado na Constituição da República Portuguesa».

Declaração de Princípios

No primeiro documento discutido pelos congressistas — a «declaração de princípios» — acentua-se que a UGT assumiu «a responsabilidade histórica de restituir aos trabalhadores portugueses os valores do sindicalismo democrático, proclamando-se, ao mesmo tempo, como «valores essenciais» desse sindicalismo, a liberdade de constituição de organizações sindicais, autónomas e independentes, a participação

activa dos trabalhadores em todos os aspectos da vida sindical e ainda o exercício do direito de tendência.

Paralelamente à aprovação dos estatutos que, em nove capítulos e 94 artigos regulamentam a actuação da central sindical, dentro da linha expressa na declaração de princípios, foram discutidos e aprovados o Regulamento Eleitoral, o Regimento do Congresso e um modelo de estatuto sindical.

Eleição da primeira direcção

Por fim, após o acto eleitoral, em que foi escolhido Torres Couto (representante do Sindicato dos Seguros Sul) para secretário-geral da UGT e Miguel Pacheco (do Sindicato dos Bancários do Sul) para presidir ao Conselho Geral, o Congresso aprovou uma moção dirigida ao Governo e à Assembleia da República, na qual se solicita a revogação da chamada «Lei da Unicidade Sindical» (Decreto-Lei n.º 215-B/75) e se apela para que seja oficialmente consagrado o regime relativo às Comissões de Trabalhadores e à sua intervenção na vida das empresas, nomeadamente quanto ao controlo de gestão. Essa moção referia-se ainda ao desemprego, formação profissional, acidentes de trabalho, higiene, medicina e segurança no trabalho.

Os Sindicatos existentes no País

Será oportuno recordar que em Portugal existem, presentemente, 363 sindicatos, que deveriam abranger cerca de 2,4 milhões de trabalhadores por conta de outrem. Mas, na prática, a percentagem real de sindicalização andarà entre os 60 e 80 por cento, segundo diversas fontes.

Entretanto, e de acordo com os dados publicados pelas duas centrais sindicais, a distribuição dos sindicatos e dos trabalhadores abrangidos por ambas, é a seguinte:

Na CGTP — Intersindical estão filiados 223 sindicatos que representam 1,7 milhões de trabalhadores, mas no II Congresso de Sindicatos realizado em Janeiro de 1978 por aquela Central, tomaram parte 1147 delegados, que representavam 272 sindicatos;

No Congresso da UGT, na qual estão filiados cerca de 450 mil trabalhadores, estiveram presentes 600 delegados, metade dos quais em representação dos trabalhadores inscritos individualmente. Os restantes delegados representavam os 32 sindicatos inscritos na UGT ou seus apoiantes, pertencendo a maior parte deles ao sector dos serviços. ■

1.º CONGRESSO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Promovido pelas Confederações da Indústria, do Comércio e da Agricultura (CIP, CCP e CAP, respectivamente), realizou-se em Lisboa, na Fundação Gulbenkian, o 1.º Congresso das Actividades Económicas. Nele foi apontada, como medida considerada urgente, a necessidade de expurgar da Lei Fundamental as dispo-

sições programáticas de intenção colectivista e burocratizantes, tendo sido defendido, paralelamente, um reforço da iniciativa privada. Os empresários presentes, neste Congresso exigiram ainda a revisão da legislação laboral existente e o estabelecimento de maiores facilidades de crédito.



Um dos principais temas em debate no Congresso — tanto no sector da indústria, como nos do comércio e da agricultura — foi a questão da adesão do nosso País à Comunidade Económica Europeia (CEE) e as dificuldades que, a este propósito se levantam desde já. Tal adesão, que, segundo alguns participantes, se concretizará «na primeira metade da década de 90», implicará a revisão da actual Constituição e o abandono da «transição para o socialismo» que a mesma estabelece. Segundo afirmou Pitta e Cunha, um dos intervenientes neste Congresso, «as principais vantagens que Portugal pode esperar da participação na CEE, prendem-se com o apoio que desta se aguarda para a resolução dos problemas estruturais da economia do País, traduzido em modalidades diversas de outorga de um auxílio excepcional ao crescimento português».

A transformação da agricultura

No plenário dedicado aos problemas da agricultura, Gonçalo Ribeiro Telles apontou o sector agrícola como sendo a chave para a resolução da crise — que considerou económica, social, institucional e cultural — da sociedade portuguesa. O mesmo orador sublinhou igualmente ser indispensável concretizar o desenvolvimento agrário em todas as regiões para que a entrada no Mercado Comum se possa vir a verificar em condições vantajosas.

Sem uma efectiva política de transformação da nossa agricultura, que fixe a população no território e melhore a sua qualidade de vida, «corremos o risco», acentuou ainda Ribeiro Telles, «de serem incrementadas formas de exploração delapidadoras (...) à custa da perenidade da produção», e de se instalarem «no território

nacional indústrias hiper-poluentes que afectariam não só a população em geral, mas particularmente a produção agrícola e as comunidades rurais». Mais adiante, e continuando a referir-se à entrada de Portugal na CEE, este orador propôs a realização de um referendo, para que todos os portugueses se possam comprometer neste passo histórico que, conforme realçou, «deve ser dado com todo o empenhamento, segurança e conhecimento de causa».

«Terminar com os monopólios estatais»

No domínio da política laboral — um dos temas abordados neste Congresso pelo sector do comércio —, Pereira Neto analisou vários aspectos da actual legislação. No plenário do mesmo sector, Alves Martins apresentou uma comunicação onde, a propósito da «elaboração de cursos de formação técnico-profissional de pequenos e médios empresários», insistiu na necessidade de «definir muito bem os objectivos acerca do que, na realidade, deverá interessar-lhes e sobretudo lhes demonstre, a curto prazo, efeitos concretos nos resultados das suas empresas».

Nas conclusões aprovadas neste sector, foi sublinhada a necessidade de o Governo «terminar com os monopólios estatais existentes, aumentar a parte de crédito que cabe ao comércio privado e estudar as possibilidades de reagrupamento de empresas, sobretudo de menores dimensões».

«Levantamento das indefinições políticas»

Quanto à situação da indústria portuguesa no presente contexto político e económico, Hermes dos Santos afirmou que «as profundas mutações políticas, institucionais e sociais que entre nós se registaram nos últimos anos, repercutiram-se naturalmente na economia, lançando a indústria nacional numa crise que ainda não superou». Mais adiante, este orador acentuaria que, para não ser seriamente diminuído «o efeito multiplicador dos apoios públicos ao desenvolvimento industrial», deveriam ser satisfeitas, paralelamente, «outras pré-condições como, por exemplo, o levantamento das indefinições políticas e institucionais e a clarificação da moldura jurídica que enquadra a actividade industrial».

Neste domínio — o da indústria — as conclusões dos congressistas apontaram para a necessidade de privilegiar uma política de exportação e não uma política de substituição das importações. ■

ANIVERSÁRIO DA MORTE DE ANTÓNIO SÉRGIO



Antigos companheiros e familiares de António Sérgio assinalaram o 10.º aniversário da morte daquele historiador, ensaísta e cooperativista, durante um encontro nas instalações do Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo (INSCOOP).

O prof. Henrique de Barros realçou, numa curta intervenção, a evolução registada entre a concepção inicial de António Sérgio sobre cooperativismo e os seus últimos escritos a respeito do mesmo tema.

Sobre os aspectos da vida e obra de António Sérgio falaram, ainda, o presidente do INSCOOP, prof. Ferreira da Costa, o prof. Joel Serrão, Manuel Sertório, Emídio Santana e Natália Correia.

Cooperativista

A partir de 1948 António Sérgio iniciou uma série de palestras na rádio sobre cooperativismo e apoiou a formação de um «Conselho Central de Cooperativas». Anos depois

veio a publicar um trabalho, considerado importante marco na sua vasta obra, e que se intitulava «Confissões de um Cooperativista». Em 1958, juntamente com alguns colaboradores, publica «O Cooperativismo — Objectivos e Modalidades», considerada hoje uma das panorâmicas mais completas sobre o assunto.

Pedagogo e Político

Os contributos de António Sérgio para a reformulação da sociedade portuguesa desse tempo não se quedaram pelos seus escritos em prol do cooperativismo. A sua obra é marcada por um notável ecletismo, onde ressaltam igualmente ensaios literários, filosóficos e de pedagogia. Dele se pode dizer que, embora não tendo instituído um sistema, foi sem dúvida um desbravador, um pioneiro de caminhos para o pensamento democrático português e, de certo modo, o patrono dos ideais das gerações seguintes, até aos nossos dias, tal a in-

fluência que exerceu no pensamento português.

Filho de um governador português da Índia, terra onde nasceu, António Sérgio ganhou notoriedade após a implantação da República, com trabalhos em que procurava educar e desenvolver a consciência cívica dos cidadãos. Integrados nestes objectivos vêm a lume diversos livros, entre os quais destacamos «Educação Cívica» e «O Problema Cultural e o Isolamento dos Povos Peninsulares».

Em 1923, sobraçou a pasta ministerial de Instrução Pública mas, após o 28 de Maio de 1926, vê-se forçado ao exílio. Após uma amnistia, regressou a Portugal para continuar o combate democrático, o que lhe valeu oito meses de prisão e a posterior expulsão do País. Em 1933 beneficiou de nova amnistia. Em 1958, António Sérgio, foi um dos mais importantes colaboradores na candidatura à Presidência da República do general Humberto Delgado. ■

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESCRITORES ENTREGOU PREMÍOS «REVELAÇÃO-78»



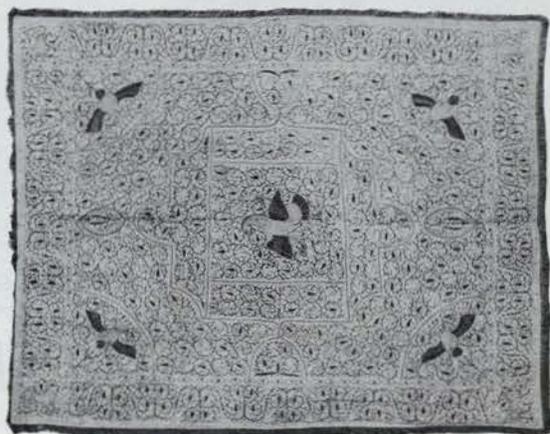
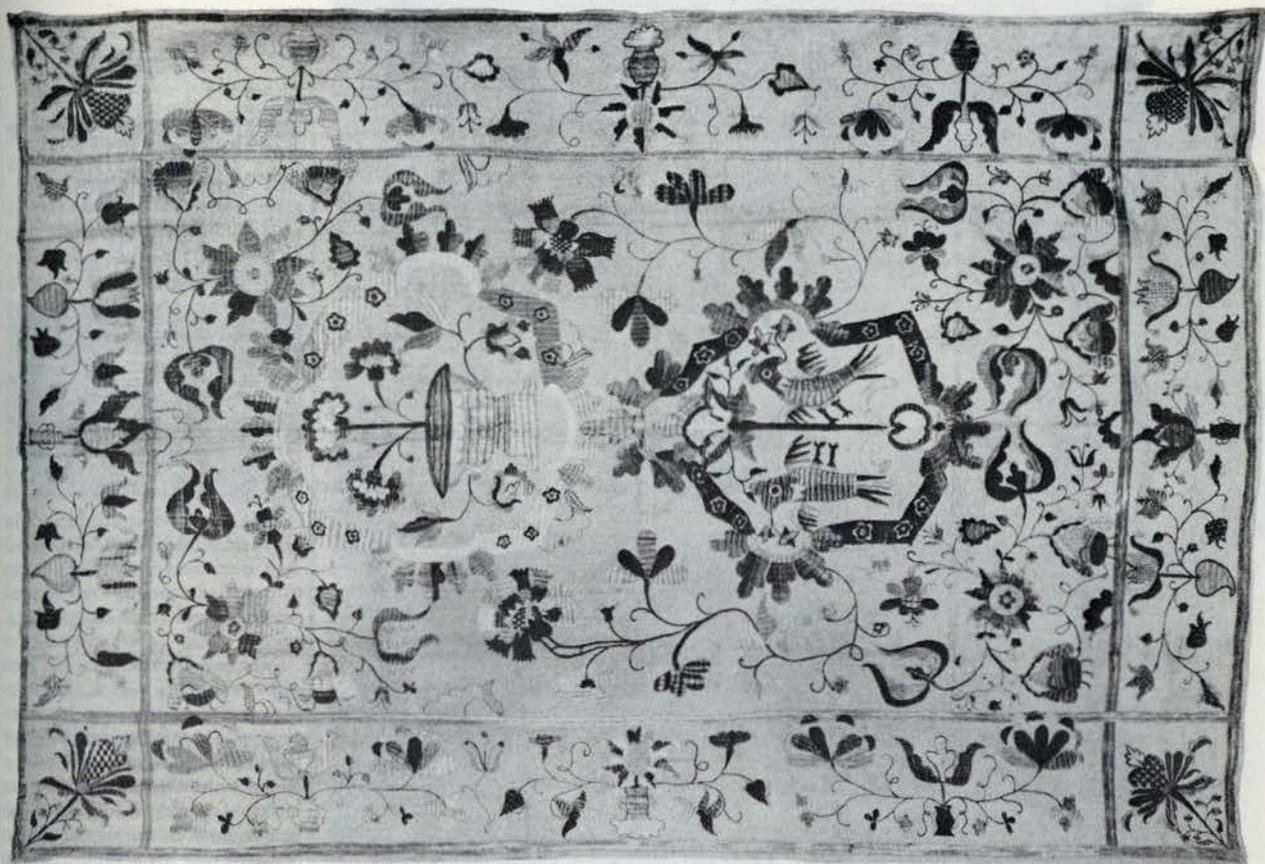
Os autores premiados pela APE: Mário Duarte (ficção), Luís Miguel Nava (poesia) e Augusto Santos Silva (ensaio).

Na Associação Portuguesa de Escritores foram entregues os três prémios destinados a galardão novos autores nos domínios da poesia, ficção e ensaio relativos a 1978. Os premiados foram, respectivamente, Luís Miguel Nava com «Péculas», Mário Rui Duarte Nunes Reis com «Aquário» e Augusto E. Santos Silva com «Duas Leituras de Oliveira Martins: o Socialismo, a História».

O prémio de Mário Rui Duarte Nunes Reis foi recebido por seu pai em virtude de o galardoado ter morrido num acidente de viação poucos dias antes de serem tornados públicos os nomes dos premiados.

Luís Miguel Nava é estudante na Faculdade de Letras de Lisboa e nunca publicou nada até à data. Augusto Santos Silva é professor de História no ensino preparatório na região do Porto.

No acto de entrega dos prémios, falaram Augusto Abelaira, presidente da Associação Portuguesa de Escritores, Jacinto do Prado Coelho, em nome dos três júris que atribuíram os prémios e David Mourão-Ferreira, secretário de Estado da Cultura.



Três exemplos de colchas bordadas, do século XVII, patentes na exposição do MNAA: em cima, uma colcha de Castelo Branco; em baixo, duas colchas indo-portuguesas.

EXPOSIÇÃO DE COLCHAS BORDADAS NO MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

A exposição «Colchas Bordadas», que foi inaugurada em Lisboa por ocasião da reunião

anual do Comité Internacional de Museus de Tecido e Trajo do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), em Setembro de 1978, voltou ao Museu Nacional de Arte Antiga por um período de 4 a 5 meses, correspondendo, assim, ao interesse que encontrou junto do público.

Esta exposição, que já esteve

patente em Londres, no palácio de Kensington, quando da visita do Presidente da República, tendo sido inaugurada pelo próprio general Eanes, é constituída por um conjunto de colchas bordadas da colecção do referido Museu, incluindo peças indo-portuguesas e chinesas dos finais do século XVIII, testemunhos históricos,

simbólicos e religiosos de grande riqueza, os quais demonstram as influências recíprocas de mundos diferentes que, em determinado tempo e espaço, se encontraram.

Juntamente com as colchas, foram expostas peças de mobiliário e marfins relacionados com aquelas no tipo de decoração característico da época.



Damas, durante os treinos da Selecção: uma presença que dominou as atenções

FUTEBOL: SELECÇÃO NACIONAL

A presença do guarda-redes Damas, actualmente ao serviço do «Santander», clube da primeira divisão espanhola, dominou as atenções gerais no treino que a Selecção Nacional realizou recentemente.

O regresso de Damas à Selecção Nacional verifica-se após cerca de três anos de interregno, na medida em que desde que se transferiu para o «Sporting de Santander», Damas nunca mais havia sido convocado, ape-

sar de, durante vários anos, ter sido o titular da baliza da nossa Selecção. O seu último jogo pela Selecção Nacional ocorreu antes de ir para Espanha, na partida Portugal-Inglaterre, a contar para o campeonato da Europa.

Esta sessão de treino da equipa nacional a que nos referimos, integrou-se no plano de preparação da Selecção para o próximo encontro do grupo dois do campeonato da Europa, a realizar no dia 9 de Maio,

frente à Noruega, na cidade de Oslo. Jogo que será importante para as aspirações da nossa Selecção que, neste momento, está colocada na primeira posição, após as últimas vitórias obtidas sobre a Áustria e a Escócia.

Segundo alguns observadores, o treino agora realizado decorreu em bom ritmo e a Selecção confirmou o bom momento que atravessa, tanto no aspecto moral como físico, realizando excelentes jogadas.

FUTEBOLISTAS BRASILEIROS PARA O ACADÉMICO



Três futebolistas profissionais brasileiros chegaram a Lisboa com destino ao Académico de Coimbra, clube que irão representar até ao final da presente época.

Provenientes do Clube de Regatas Vasco da Gama, do Rio de Janeiro, os três novos «reforços» do Académico poderão revelar-se decisivos para ajudar o clube de Coimbra a sair da incómoda posição em que se tem vindo a encontrar na tabela classificativa do «Nacional» da 1.ª Divisão.

Os recém-chegados são Eldon (ponta de lança), Nobre da Silva (médio) e do defesa central Marcos Paulino. A deslocação dos três futebolistas para a equipa coimbrã foi possível graças às boas relações existentes entre o Académico e o clube carioca, assim como ao facto de no Brasil se verificar, nesta quadra do ano, o período do «defeso», o qual deixa sempre os jogadores livres por quatro meses.

SPORTING CONQUISTOU TÍTULO EUROPEU DE CORTA-MATO

O Sporting, revalidou o seu título europeu de corta-mato, em Arlon (Bélgica), colocando três atletas nos oito primeiros lugares. A equipa «leonina» de atletismo conquistou o 1.º

lugar com 18 pontos, seguida pelo Liège, com 21 pontos.

As incógnitas decorrentes da instabilidade das condições climáticas e do estado do terreno, não perturbaram a «arrogância» que veio a definir os atletas portugueses, os quais corresponderam, assim, à expectativa geral, nomeadamente por parte da numerosa falange de apoio, constituída pelos trabalhadores portugueses residentes nesta região da Bélgica, cujo entusiasmo foi relevante. Fernando Mamede constituiu uma garantia, tal como Carlos Lopes foi uma «certeza», apesar de não estar na sua melhor forma.

Com uma equipa equilibrada, o Sporting conseguiu colocar nos primeiros oito lugares o seu trio: 3.º — Fernando Mamede; 7.º — Aniceto Simões; 8.º — Carlos Lopes.

Fernando Mamede, favorito para a vitória, só por volta do quilómetro dois de prova, conseguiu surgir entre os dez primeiros. Daí para a frente, toda a equipa «leonina» actuou em crescendo. Mamede passou a terceiro e, ao sétimo quilómetro, Aniceto Simões e Carlos Lopes já iam muito bem colocados, sendo difícil vislumbrar um «volte-face» no resultado final colectivo, pois a classificação foi por equipas.



Fernando Mamede: uma excelente prova em Arlon.

No final da corrida e no meio do entusiasmo dos portugueses, Fernando Mamede colheu para o Sporting o troféu europeu de clubes. Eis a classificação geral por equipas: 1.º, Sporting (Portugal), 18 pontos; 2.º, Liège (Bélgica), 21; 3.º, Sochaux (França), 26; 4.º, Palencia (Espanha), 32; 5.º, Oslo (Noruega), 40; 6.º, Tip (Grã-Bretanha), 51;

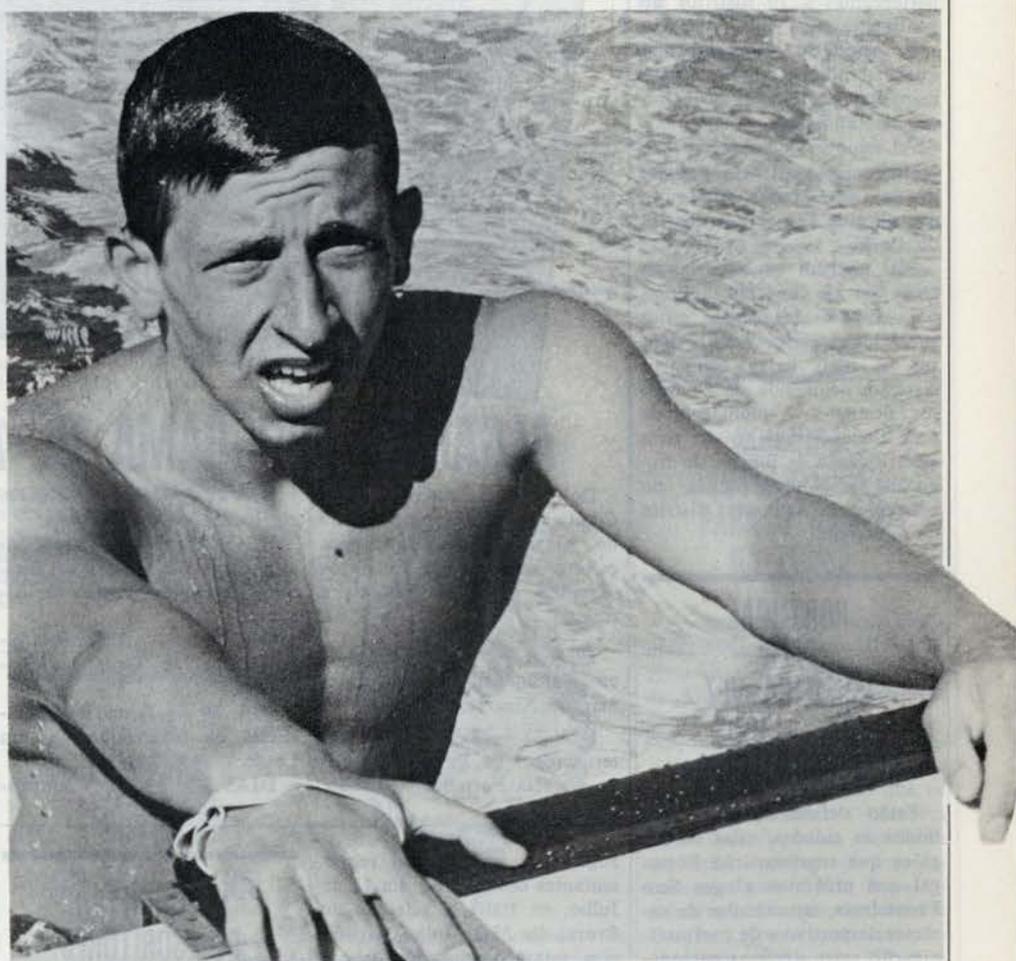
7.º, Dublin (Irlanda), 72; 8.º, Milão (Itália), 80.

CAMPEONATO DO MUNDO DE VELA (CLASSE 420)

O Clube Naval Setubalense, a Torralta e a Associação Por-

tuguesa de Vela (classe 420), vão realizar em Tróia o Campeonato do Mundo desta modalidade de 4 a 19 de Agosto do corrente ano. A organização do Campeonato espera a presença mínima de 80 a 100 barcos vindos de diversos países. Entretanto, e também no mês de Agosto, terá lugar a disputa do troféu «Francis Mouvet» que tem como objectivo apurar os

portugueses que irão participar no referido Campeonato. Paralelamente a este, efectuar-se-ão actividades recreativas e culturais que imprimirão um cunho especial a esta iniciativa que constitui um valioso contributo para o desenvolvimento do desporto da vela no nosso País, e que visa também, servir como cartaz turístico das potencialidades da região de Setúbal.



Ao ganhar a prova de 200 metros livres, Paulo Frichknecht conquistou o «Troféu Ciudad de Palma», o mais importante, em disputa individual, no «Meeting» Internacional de Palma de Maiorca.

Entretanto, dois recordes absolutos de Portugal foram batidos na primeira jornada desta prova. As proezas couberam a Paula Santana, nos 100 metros livres (superando o máximo anterior de Paula Barbeiro), e a Ana Chocalhinho, nos 100 metros bruços (suplantando, por sua vez, o seu anterior máximo). Contudo, as nadadoras portuguesas não venceram qualquer prova nesta jornada.

Os melhores resultados classificativos, além do já citado, foram obtidos por Paulo Frichknecht (segundo nos 400 metros livres e nos 100 metros livres) e por Paula Santana, segunda no hectómetro estilo livre.

57 MIL CONTOS PARA ELECTRIFICAÇÃO DE FREGUESIAS

O Estado vai participar com 57.635 contos em obras de electrificação a realizar em diversos lugares de 27 concelhos pertencentes a 10 distritos do continente.

A resolução governamental que determina o auxílio financeiro foi já publicada no «Diário da República».

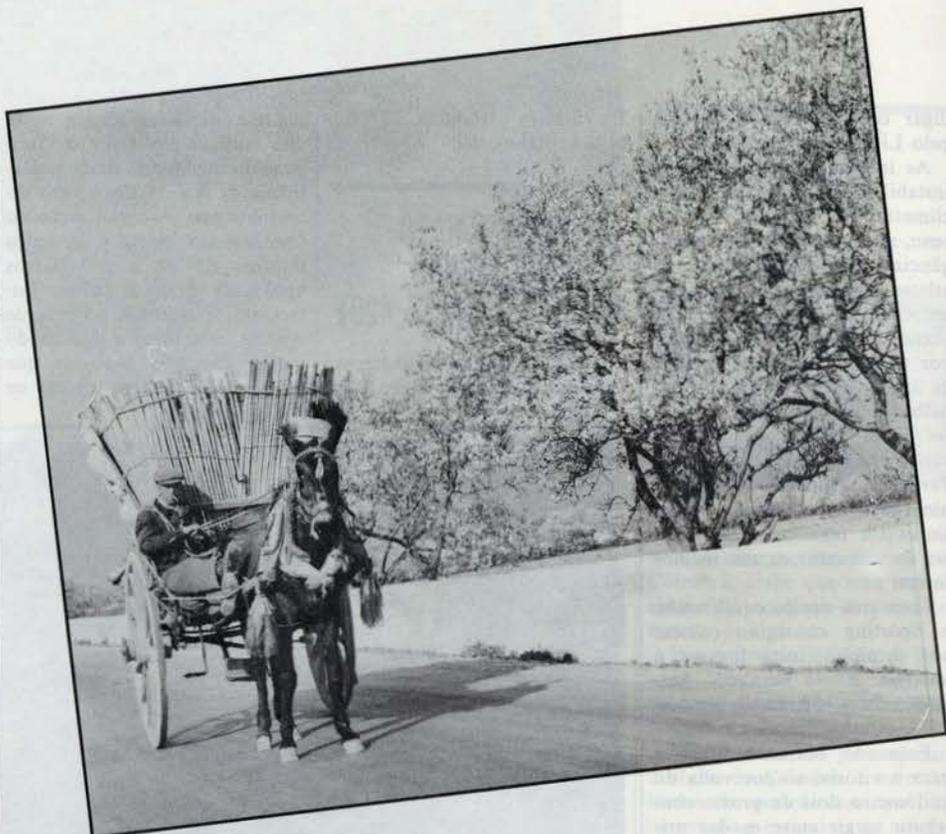
A maior ajuda (cerca de 7.740 contos) verifica-se nas freguesias de Caramos e Moura, concelho de Felgueiras, distrito do Porto.

São também beneficiadas as freguesias do concelho de Pombal, distrito de Leiria, cujos subsídios ascendem a 8.620 contos. A mais baixa participação, de menos de 24 contos, destina-se à montagem de uma linha de alta tensão para electrificação de lugares da freguesia de Souto, Sutada, no concelho de Abrantes, distrito de Santarém.

PORTUGAL PELA PRIMEIRA VEZ NOS «JOGOS SEM FRONTEIRAS»

Estão definitivamente escolhidas as cidades, vilas ou regiões que representarão Portugal nos próximos «Jogos Sem Fronteiras», espectáculos de carácter desportivo e de confraternização entre diversas nacionalidades, anualmente organizados pelas principais estações da Eurovisão.

O calendário dos «Jogos», com a participação portuguesa, está assim estabelecido: dia 29 de Maio, na Suíça, estará a selecção de Espinho; dia 13 de Junho, em França, é a vez de Aveiro; dia 27 de Junho, na



ALGARVE: PROGRAMA DE ACTIVIDADES

Do plano de actividades da Comissão Regional de Turismo do Algarve, destacamos, para o próximo mês de Abril, os seguintes certames, festivais e festas:

19 a 22 — Volta a Portugal em Automóvel, em toda a região do Algarve.

DIA 22 — IV Concurso Internacional de Pesca Desportiva, na Ria Formosa — Olhão.

Jugoslávia, participarão representantes dos Açores; dia 11 de Julho, na Itália, a selecção de Évora; dia 25 de Julho, na Bélgica, estará o grupo de Lisboa; dia 8 de Agosto, na Alemanha, «joga» a equipa da Madeira; dia 22 de Agosto, na Inglaterra, a representação de Albufeira; e dia 5 de Setembro, no Estoril, participa uma equipa local. Assinala-se que esta é a primeira vez que o nosso País participa nos «Jogos Sem Fronteiras».

DIA 25 — Dia da Liberdade, em toda a região Algarvia.

DIAS 25 a 1 — V Volta Internacional do Algarve em Bicicleta, em toda a região do Algarve.

DIA 28 a 1 — I Torneio Internacional de Ténis de Vilamoura.

DIA 29 — Festa Religiosa - Festa da Mãe Soberana, em Loulé.

DIAS 5 a 7 — 1.º Campeo-

nato da Associação dos Profissionais de Golf de Portugal (Pro-Am), em Vilamoura.

DIA 12 — Concerto da Semana Santa, na Sé de Faro.

DIA 15 — Procissão da Páscoa - Festa Religiosa em S. Brás de Alportel.

DIAS 16 a 22 — Semana de Música da Primavera, em toda a região do Algarve.

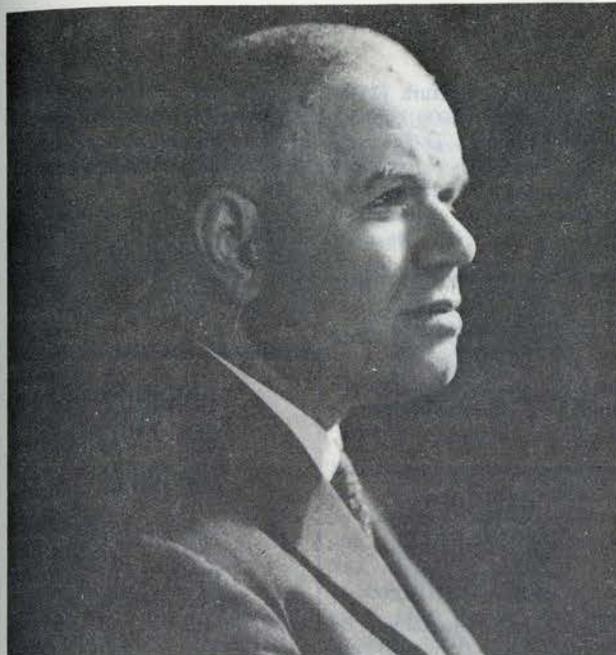
DIAS 21 a 29 — II Cruzeiro a Sevilha, em Vilamoura.

II ENCONTRO DE ESCRITORES ALGARVIOS

A exemplo do que aconteceu em 1978, decorreu em Lagos o II Encontro dos Escritores Algarvios, iniciativa que já passou a ser um dos momentos altos da cultura daquela região. Este ano, o Encontro foi subordinado ao tema «O Regionalis-

mo», tendo sido feitas várias comunicações, que depois foram editadas.

Do II Encontro de Escritores Algarvios, destacamos, entre outras realizações, a inauguração da II Feira do Livro Algarvio, um recital de Poesia e, evidentemente, as sessões de trabalho para apresentação das comunicações. Este Encontro deveu-se à iniciativa do Grupo de Estudos Algarvios, com o apoio da Comissão Regional de Turismo do Algarve.



Azinhal Abelho, conhecido poeta e homem de teatro, faleceu em Borba, vila donde era natural, com 67 anos. Com o seu desaparecimento ficaram mais pobres a cultura nacional e a região alentejana.

Azinhal Abelho era formado pela Faculdade de Letras de Lisboa. Desde cedo, dedicou grande atenção aos temas susceptíveis de serem teatralizados, tendo compilado e dado à estampa várias peças populares de todo o País. Mais tarde, e durante alguns anos, dirigiu o Teatro de Arte de Lisboa, juntamente com Orlando Vitorino, grupo cénico que utilizou as instalações do Teatro da Trindade.

Como poeta, os seus temas predilectos incidiam sobre a paisagem e costumes da sua província natal, tal como Mário Beirão. Foi ainda grande organizador dos Cortejos do Traje, realizados há anos na cidade de Évora, integrados em programas da Feira de S. João, certame tradicional da cidade. Actualmente pertence à direcção da Associação da Defesa dos Direitos do Autor.

RIA DE AVEIRO

O assoreamento dos canais que dão para a Ria de Aveiro com detritos e lamas putrefactas provenientes de esgotos, tem contribuído para agravar os problemas com que a população local se debate, nomeadamente no que se refere à saúde pública. Neste sentido está-se a proceder agora à drenagem dos canais por meio de uma grua escavadora, sendo as lamas retiradas e transportadas para locais de aterro. A limpeza dos canais virá permitir o melhor escoamento das águas, possibilitando ainda que as lamas não fiquem a descoberto durante a maré baixa.

CASAL (PENACOVA): EMIGRANTE OFERECE RELÓGIO PÚBLICO

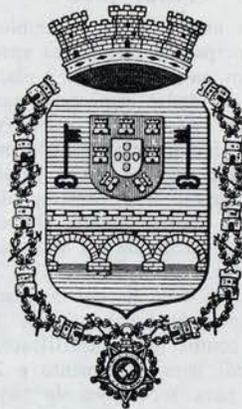
Aconteceu na localidade de Casal (Penacova) um gesto de nobre solidariedade, praticado pelo senhor Armando Joaquim Xavier, há anos radicado no Brasil e que ofereceu um relógio para a torre da capela local. Este melhoramento constituiu um testemunho muito próprio de quem não esqueceu a sua terra natal. A inauguração

do relógio foi motivo para que a população realizasse uma festa, coincidindo esta com o dia de Santo Amaro, padroeiro da capela local. Porém, o mais pitoresco é que este nosso compatriota, não se ficou por aqui em matéria de dádivas, segundo informa o semanário «Comarca de Arganil», custeando, também, todas as despesas efectuadas com a organização da festa de Casal.

GEDRINS DO VOUGA: NOVA ESCOLA

Com a presença do director escolar do distrito de Aveiro, foi inaugurado, em justificado ambiente de festa, o novo edifício da escola primária de Cedrins do Vouga.

CHAVES: «BODAS DE OURO» DA CIDADE



O arranque de uma série de obras públicas e de iniciativa privada poderão assinalar as «bodas de ouro» da elevação de Chaves a cidade, efeméride que será comemorada este ano. Tudo se conjuga, de facto, para que a cidade, sede do município mais antigo da Península Ibérica, aproveite este ano festivo para se colocar a par de

outros grandes concelhos do País.

Assim, começarão em breve as obras de implantação da piscina municipal e a construção do pavilhão gimnodesportivo, obra projectada de acordo com todas as exigências modernas. Uma nova escola para funcionamento do ciclo preparatório também começará brevemente a ser construída. Por altura das festas da cidade, será colocada a primeira pedra da futura central de camionagem e, em Dezembro, serão inaugurados os novos acessos ao hospital distrital.

Para além das obras projectadas pelo município flaviense, também a iniciativa privada se prepara para iniciar a construção de duas torres com oito andares e de mais três blocos, com quatro andares. Estas obras irão juntar-se às do hotel «Aquae Flaviae», Cine-Chaves, Solar Flaviense, Flavitur e Quinta dos Machados.

COIMBRA: AUTOMOTORAS PARA O RAMAL DA LOUSÁ

Automotoras de fabrico espanhol, adquiridas pela CP, vão ser utilizadas, a partir do mês de Abril, no ramal ferroviário da Lousã.

A utilização destas automotoras, mais ligeiras e com maior capacidade de arranque que os actuais comboios, e também mais aptas para as condições do ramal, vai permitir um escoamento mais rápido de passageiros entre a zona da Lousã e Coimbra. Outra melhoria prevista nos planos da CP é a implantação, em Coimbra, de uma estação central de mercadorias, com características de polivalência, o que permitirá que se pense, futuramente, na implantação de um complexo comercial nesse novo edifício, semelhante ao que existe já na estação do Rossio, em Lisboa.

FIGUEIRA DA FOZ: O CENTENÁRIO E O «DIA DAS COMUNIDADES»



Segundo anunciou em recente edição o semanário «Mar Alto», publicado nesta cidade, existem fortes possibilidades de se realizar na Figueira o «Dia das Comunidades Portuguesas» em 1982, que é também o ano comemorativo do centenário da cidade. De facto, a efeméride de «10 de Junho» foi objecto de um contacto efectuado pelo dr. Joaquim de Sousa junto do tenente-coronel Vítor Alves, membro do Conselho da Revolução, o qual foi convidado por aquele deputado a visitar a cidade proximamente, ao que acedeu.

Comunicado posteriormente o convite à Câmara Municipal, esta resolveu associar-se ao mesmo, pelo que agora resta apenas a oficialização da data e do dia da visita do presidente da Comissão do Dia das Comunidades. Na Figueira da Foz, a edilidade e demais entidades promotoras da iniciativa das comemorações do centenário, encaram, assim, com bastante antecedência as festividades, que se deseja venham a revestir-se de significado e brilhantismo.

GAIA: DIPLOMA DE HONRA PARA «JORNAL DE GAIA»

A «Associação Portuguesa» do cantão Maulenonais, em

França, distinguiu o semanário regionalista «Jornal de Gaia» como seu «Diploma de Honra», pelos serviços que este órgão da imprensa local tem prestado aos emigrantes portugueses.

Jornal de Gaia

Efectivamente, o citado periódico insere nas suas edições semanais uma página inteiramente dedicada aos nossos compatriotas que trabalham e residem no estrangeiro, reproduzindo e citando, frequentemente, noticiário e informações publicadas nesta Revista. Com a referida página o «Jornal de Gaia» presta, pois, um serviço às comunidades portuguesas, pelo que a atribuição deste «Diploma» não deixa de ser significativa.

GUIMARÃES: PROGRAMA DE ACTIVIDADES PARA 1979

Os membros da Assembleia Municipal de Guimarães aprovaram, na generalidade, o plano de actividades camarárias para o ano corrente. O respectivo plano inclui uma série de melhoramentos nas zonas rurais, tendo estas sido contempladas com a mesma quantia (72 mil contos) atribuída às áreas urbanas.

Assim, o município da cidade destinou às áreas urbanas 15 mil contos para electrificação, 30 mil para saneamento e 27 mil para reposições de pavimento, enquanto as zonas rurais deverão ter 10 mil para caminhos, 7 mil para cemitérios, 5 mil para electrificação, 10 mil para saneamento e 40 mil para estradas e caminhos municipais.

As despesas mais significativas a efectuar pelo município de Guimarães incidem sobre escolas (7.200 contos), bombeiros (7.500), turismo (10.000 con-

tos), desporto e cultura (2.000 contos), jardins (3.000 contos), higiene e limpeza (3.000 contos) e instalações e serviços (4.350 contos). No domínio da habitação, sector prioritário, prevê-se a construção de mais 770 fogos, enquanto no da saúde o projecto do novo hospital regional deverá arrancar no corrente ano. Prevê-se ainda a escolha de terrenos para a instalação da Universidade do Minho e a construção de uma estação de tratamento de lixos.

GRÂNDOLA: HABITAÇÕES CAMARÁRIAS

A Câmara Municipal de Grândola abriu concurso público para a adjudicação da obra de construção de 20 fogos nesta vila. Com a base de licitação de 13.813.723\$00, esta iniciativa deverá vir a contribuir, a breve trecho, para resolver parcialmente alguns dos problemas locais no âmbito da habitação.

MONTALEGRE: DESTACADOS NOVOS MÉDICOS

Segundo foi revelado em Montalegre, oito médicos foram destacados para a cobertura clínica daquele concelho do extremo norte de Portugal, onde, até à data, só dois exerciam a profissão. Os novos clínicos irão desenvolver a sua actividade por toda a área do concelho, facultando consultas diárias às populações das freguesias de Vilar de Perdizes e Salto, assim como a sul do concelho e a 30 quilómetros de Montalegre.

MURTOSA: «AVENIDA DO EMIGRANTE»

A vila da Murtosa vai ser dentro de pouco tempo enri-

quecida com a inauguração de uma nova avenida, troço urbanístico a que se irá dar o nome de «Avenida do Emigrante».

Efectivamente, em recente reunião da edilidade local foi deliberado entregar já a pavimentação da referida artéria a um empreiteiro, obra orçada em cerca de 9 mil contos.

OURIQUE: 698 ANOS DA VILA

Para assinalar a passagem dos 698 anos sobre a data em que o rei D. Dinis, através da carta foral, elevou Ourique à categoria de vila, o prof. Manuel Loução Martins Júnior proferiu uma Conferência em que historiou o nascimento e datas significativas da vila. A sessão, realizada na Escola Secundária de Ourique, contou com a presença do presidente da Câmara local e do governador civil de Beja.

SANTARÉM: «JOGOS DE PRIMAVERA»

Na cidade de Santarém, entre 30 de Março e 8 de Abril, efectuar-se-ão os primeiros «Jogos da Primavera» do Ribatejo, iniciativa do Centro de Cultura e Recreio de Santarém.

Eis, em síntese, algumas das iniciativas culturais decididas pela organização dos «Jogos»: artes plásticas, canto popular, poesia, folclore, fotografia e música.

Haverá ainda um concurso de bandas de música amadoras, sendo obrigatório o reportório das bandas incluir três composições de autores portugueses. No que respeita ao folclore, haverá também, como não podia deixar de ser, concursos do melhor par de fandanguistas do Ribatejo e do melhor par de jogadores de pau.

SANTA EULALIA

Freguesia das maiores do concelho de Arouca, tanto em área como em população, Santa Eulália é caracterizada pela quase exclusiva actividade de serrações de madeira. Com uma população escolar rondando cerca de 600 alunos, terá em breve um parque infantil, o primeiro na região de Arouca, a instalar na parte sobrance do largo de Santo António, anexo, portanto, ao jardim local. Este melhoramento tem sido bastante comentado pela população, nomeadamente se nos lembrarmos que as suas carências, quanto a instalações escolares, se cifram em escolas por electrificar (dependentes das electrificações das respectivas povoações), falta de material didáctico e caminhos ou acessos difíceis ou em mau estado.

SERRA DA ESTRELA: NOVA ESTRADA NACIONAL

No seu «Programa de Investimentos» para o ano em curso, a Junta Autónoma de Estradas, mercê da insistência das Câmaras Municipais de Seia e Gouveia, incluiu a construção da estrada nacional 339-1, entre as proximidades do Sabugueiro, no concelho de Seia e o sítio da Cruz de Vasqueanes, na estrada nacional 232, que liga Manteigas a Gouveia, em plena serra.

A nova estrada terá cinco quilómetros e meio de extensão e será iniciada no ano em curso, segundo o programa da JAE, prevendo-se a sua conclusão até final de 1981.

Esta obra corresponde às aspirações locais de muitos anos, pois ligará as duas zonas servidas pelas estradas nacionais 339, entre Seia e Covilhã, passando pela Torre e Nave de Santo António, e 232, entre Manteigas e Gouveia, passando ainda pela Pousada de S. Lou-

renço e ligando às Penhas Douradas e planalto da serra com o Mondeguinho (nascente do rio Mondego), importantes zonas florestais e de desporto de montanha.

«ASSOCIAÇÃO DO NORDESTE TRANSMONTANO»

A «Associação do Nordeste Transmontano» considera positivos os resultados da «Semana do Cinema Sobre Trás-os-Montes», recentemente realizada. Esta «Semana», segundo afirmações dos seus responsáveis, «para além de ter sido bem recebida, permitiu fazer um levantamento das carências culturais a nível local», entre as quais se destaca quase completa ausência de bibliotecas, praticamente inexistentes no Nordeste.

Desta iniciativa resultaram ligações da «Associação do Nor-

deste Transmontano» a associações culturais da região, nomeadamente de Vimioso, Bragança, Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Vila Flor e Moncorvo. Com estas ligações e um eventual intercâmbio, a ANT pensa poder vir a coordenar uma nova iniciativa designada por «Livros para o Nordeste», que terá como objectivo a formação de bibliotecas para a população da região. Estas bibliotecas serão entregues no decorrer de sessões a que estarão presentes vários escritores.

ESTRADAS PARA TRÁS-OS-MONTES

No meio rural transmontano vão ser construídas algumas estradas com o apoio financeiro do governo da República Federal da Alemanha e sob a responsabilidade da Junta Autónoma de Estradas. Neste sentido, foram já entregues aos

empreiteiros as obras para a execução das estradas que servem as localidades de Midões e Seixedo, no concelho de Valpaços. Entretanto, vai ser posta a concurso a construção das estradas entre Castrigo e Pegarinhos, no concelho de Alijó, e entre Vilaverde da Praia e São Vicente, no concelho de Chaves. As restantes estradas incluídas no denominado «plano alemão» serão postas a concurso brevemente.

VIMIOSO: NOVO QUARTEL PARA OS BOMBEIROS

Os Bombeiros Voluntários de Vimioso disporão em breve de novo quartel, cuja construção ultrapassou doze mil contos. O edifício, que dispõe de dois pisos e de uma ampla sala de espectáculos, deverá ser inaugurado em meados deste ano.



Foi demarcada a zona histórica de Vila Real de Santo António, englobando as casas de estilo pombalino que ainda hoje existem e que datam de 1774, ano da fundação da vila.

Decorre ainda, no entanto, o prazo para reclamações relativas às determinações da Secretaria de Estado da Cultura, por proposta da Comissão Organizadora do Instituto para a Salvaguarda do Património Cultural. Também na Assembleia Municipal, por outro lado, decorre o estudo relativo a este processo que será analisado em sessão especial para o efeito. Segundo revelou o semanário «Jornal do Algarve», decorrem negociações com os proprietários do Torreão Sul, por parte da Câmara Municipal, existindo neste órgão autárquico um consenso sobre a necessidade de recuperação daquele imóvel de inegável valor histórico, hoje deploravelmente degradado. Pensa-se que aí, ainda segundo o mesmo periódico, será instalada a futura Casa da Cultura de Vila Real de Santo António.



PROGRAMA DE RÁDIO

DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO

P A R A E M I G R A N T E S

**FREQUÊNCIAS E HORÁRIOS DO PROGRAMA RADIOFÔNICO «PORTUGAL-78»
DIFUNDIDO PELA RDP EM ONDAS CURTAS:**

**EUROPA -4.^{AS} FEIRAS -19.15 h /19.30 h (TMG)
freq.: 6025 KHz e 9740 KHz**

**VENEZUELA -5.^{AS} FEIRAS -0.45 h /1.00 h (TMG)
freq.: 11875 KHz**

**E. U. A. -4.^{AS} FEIRAS -4.15 h /5.00 h (TMG)
freq.: 5025 KHz**

**A RDP ESTÁ A ENVIDAR ESFORÇOS NO SENTIDO DE OBTER UMA MELHOR
COBERTURA PARA O BRASIL E CANADÁ, A CURTO PRAZO.**

IMPrensa DIÁRIA DOS AÇORES EM LISBOA



O diário «Açores» passou a estar à venda nos quiosques e tabacarias do aeroporto de Lisboa e noutros pontos da capital. Trata-se de expansão inédita na história da imprensa deste arquipélago e, sem dúvida, baseada no facto de existirem inúmeros açoreanos em Lisboa que, assim, passam a ter directamente a informação das ilhas que, até há pouco, só pontualmente aparecia nos grandes diários da capital. A venda do «Açores» em Lisboa e, por conseguinte, no continente, não deixará de constituir uma contribuição para um melhor conhecimento do quotidiano do arquipélago.

NOVO EDIFÍCIO PARA A RTP-AÇORES

A Radiotelevisão Portuguesa comprou um edifício, em Ponta Delgada, que permitirá a ampliação dos seus serviços locais, devendo abrir, dentro em breve, uma delegação provisória na cidade de Angra do Heroísmo.

Entretanto, foram já adjudicadas as obras de construção dos retransmissores do sul do

Pico e as obras de alimentação subterrânea de alta tensão ao retransmissor do Pico (Alto de Santa Maria). Por outro lado, o delegado da RTP no arquipélago tem mantido frequentes contactos com o secretário regional do Equipamento Social e com os presidentes das Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e Horta, tendo como objectivo acelerar o processo de instalação dos centros definitivos da RTP nas três cidades desta Região Autónoma.

COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O Governo Regional dos Açores, por portarias do secretário regional do Equipamento Social, concedeu participações financeiras a algumas entidades locais. Assim, a Câmara Municipal da Povoação recebeu participações para a construção de um edifício escolar nas Furnas, para trabalhos complementares (400 contos) e para um recinto desportivo na Povoação (300 contos), assim como uma outra quantia (400 contos) para a construção de edifício escolar em Ribeira Grande. Por seu turno, a Câmara Municipal de Vila do Porto recebeu a participação de 50 contos para conservação de edifícios escolares no concelho da Vila do Porto.

SUBSÍDIOS A PESCADORES

É de 455 contos o valor total de subsídios reembolsáveis concedidos a diversos pescadores desta Região Autónoma, para apoio à compra de motores e apetrechos de pesca, segundo dados publicados no jornal oficial pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

Ainda em matéria de assistência financeira, aquele departamento do Governo Regional concedeu subsídios não reembolsáveis, num total de 236 contos, para atenuar os pre-

juízos causados pelo temporal do dia 21 de Novembro de 1977.

HABITAÇÃO

O Governo Regional celebrou um contrato, de cerca de 41 mil contos, com uma empresa particular terceirense, para a construção de dois blocos habitacionais, num total de 24 fogos.

EXPORTAÇÃO DE LEITE

A fábrica de lacticínios «Ilha Terceira», de Angra do Heroísmo, vai ser a primeira do País a produzir leite concentrado de longa duração, embalado pelo sistema «Tetra Pak». A produ-

ção iniciar-se-á brevemente, em simultâneo com a embalagem de leite tipo UHT, no sistema «Tetra Pak», sendo ambos os produtos destinados a exportação para o continente e para alguns países africanos, tais como o Gabão, a Nigéria e o Zaire.

PROGRAMAS DA RÁDIO RENASCENÇA

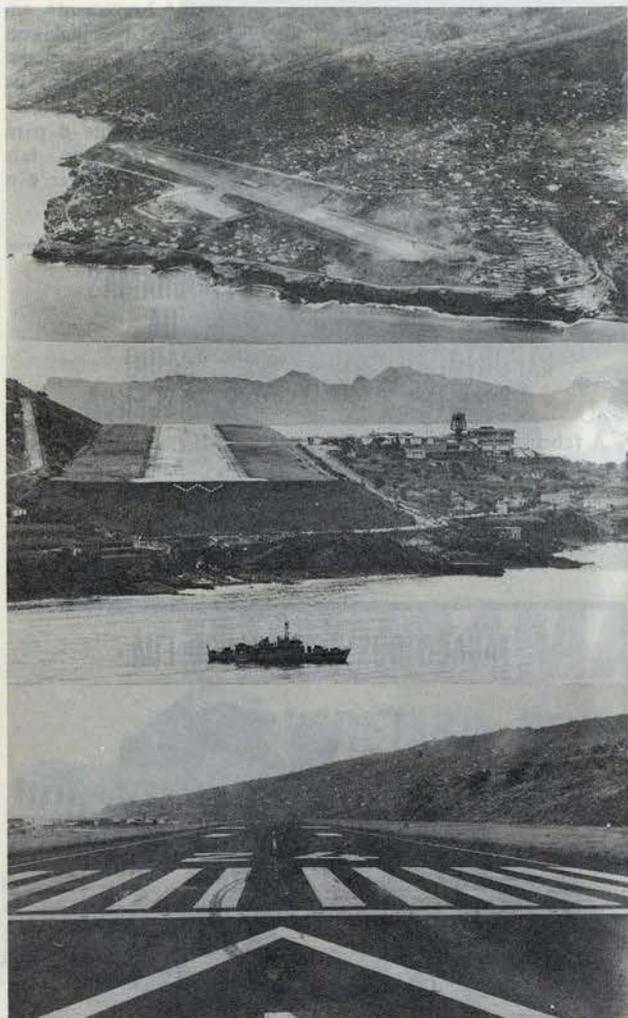
A Rádio Renascença (RR) passou a estar presente nos Açores através de um intercâmbio de programas, recentemente iniciado com o Rádio Clube de Angra e Rádio Lajes.

TABACO DOS AÇORES NOS EUA



Tabaco produzido na região dos Açores vai passar, ainda este ano, a ser colocado com regularidade nos Estados Unidos, nomeadamente nos estados de Massachusetts e Rhode Island, de modo a satisfazer os pedidos dos portugueses, naturais dos Açores, ali radicados. O novo mercado permite à indústria tabaqueira do arquipélago expandir-se, uma vez que, até agora, esteve limitada por alguns problemas de mercado.

Para exportar o tabaco para o continente, as indústrias locais têm de proceder, nas suas próprias instalações, a operações de selagem, bastante dispendiosas, não recebendo qualquer subsídio para o efeito. No entanto, estuda-se a hipótese de ser atribuída, para o efeito, uma verba às unidades fabris da região, que são obrigadas a efectuar tais serviços suplementares.



Sequência de fotos, obtidas a partir da cabine de pilotagem de um avião, ilustrando as manobras para aterragem no aeroporto de Santa Catarina.

MELHORAMENTOS NO AEROPORTO DO FUNCHAL

A pista do aeroporto do Funchal vai ser aumentada em 250 metros, através da execução de um projecto que inclui outros empreendimentos complementares. Este aumento da pista para aterragem e descolagem dos aviões poderá ficar concluído até ao primeiro semestre de 1981, se as necessárias expropriações de terrenos a efectuar pelo Governo Regional da Madeira se verificarem durante o ano corrente.

O projecto geral de melhoria das infra-estruturas do aeroporto funchalense, cujo custo está

orçado em cerca de 16.000.000 contos, visará simultaneamente o sistema da sinalização luminosa da pista, a instalação de «flashes» sequenciais para reforço da segurança de aproximação das aeronaves.

Os meios de buscas e salvamentos, as comunicações por rádio e o alargamento da plataforma de estacionamento dos aviões constituem outros objectivos do projecto delineado para o aeroporto de Santa Catarina, o qual contará com um financiamento estrangeiro da ordem dos 50 por cento.

CAIXA ECONÓMICA DO FUNCHAL

A Caixa Económica do Funchal, que comemora este ano o seu centésimo aniversário e é a única instituição madeirense de crédito, apurou no exercício do ano passado um lucro de cerca de treze mil contos. Do balanço da actividade deste organismo salientam-se, como pontos dignos de realce, o incremento dos depósitos a prazo (que atingiram o montante de 1,2 milhões de contos) e dos depósitos à ordem (que ascenderam a 332 mil contos).

«COMÉRCIO DO FUNCHAL»

Por decisão judicial as chaves da tipografia «Comércio do Funchal» foram entregues aos trabalhadores da empresa. A decisão, tomada com base na lei das empresas em auto-gestão, reconhece aos trabalhadores a «posse provisória» da empresa.

Recorda-se que a tipografia do semanário «Comércio do Funchal» tinha sido selada, por ordem do Governo Regional da Madeira, após uma tentativa de recuperação das instalações pelos trabalhadores, que delas haviam sido expulsos em Dezembro do ano passado, pelo proprietário Castro Jorge. Este último abandonara a empresa em Janeiro de 1976, data a partir da qual os trabalhadores prosseguiram a normal laboração, tendo, entretanto, enviado para tribunal o respectivo processo ao abrigo da lei das empresas em auto-gestão.

TAP COMPRA AVIAO

Os Transportes Aéreos Portugueses (TAP) adquiriram um avião de 20 lugares para as carreiras Lisboa - Nordeste e Funchal-Porto Santo.

O avião, um «Twin Otter», vai reforçar a frota regional da companhia aérea nacional, que tenciona, aliás, adquirir para o próximo ano um segundo aparelho do mesmo tipo.

PORTO SANTO: CONSTRUÇÃO DE PORTO NA COSTA SUL

Por despacho do Primeiro-ministro foi autorizada a adjudicação e celebração de um contrato com uma firma nacional, envolvendo um encargo até 380 mil contos, relativo à construção da primeira fase do porto da ilha de Porto Santo. As obras, que se iniciarão a breve trecho, deverão estar concluídas até fins de 1981, constituindo este porto uma reivindicação cuja satisfação desde há muito era esperada pelas populações.

A obra, apesar da relativa tranquilidade da costa sul da ilha, permitirá obviar a que esta fique frequentemente privada de comunicações por mar, sobretudo na estação invernal, dado estar inoperacional a actual e bastante antiga ponte-cais, construída na costa aberta.

Nos estudos já efectuados foi, porém, tido em consideração o objectivo de se não prejudicar a estabilidade e bom funcionamento da praia, que é, como se sabe, considerada de interesse turístico.

«PIRATA AZUL» EM REPARAÇÃO

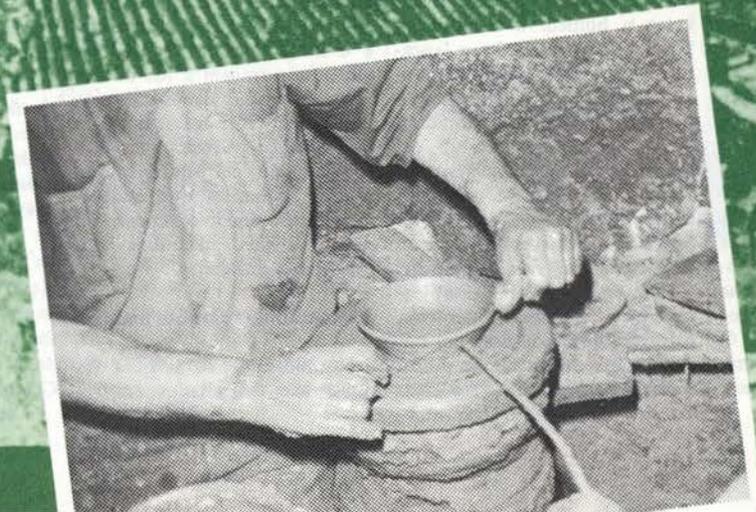
A embarcação «Pirata Azul», que tem assegurado o transporte de passageiros entre as ilhas da Madeira e Porto Santo, vai ser retirada do serviço durante um período de cerca de três meses, a fim de poder beneficiar de diversos melhoramentos e reparações, que se vinham a revelar indispensáveis.

PARQUES E RESERVAS NATURAIS



Os problemas relacionados com a qualidade de vida das populações e com a salvaguarda do património natural do nosso País, têm ultimamente suscitado um interesse crescente junto da opinião pública, constituindo um domínio onde a intervenção das entidades oficiais é decisiva. Assim, em 1974 foi criada a Secretaria de Estado do Ambiente, hoje denominada Secretaria de Estado do Ordenamento Físico e Ambiente, e que integra o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.

Nas páginas deste suplemento, apresentamos uma síntese das principais questões que se põem ao nível dos parques e das reservas naturais do País.



PARQUES E RESERVAS NATURAIS

No século passado, surgiu na Europa o movimento de protecção e conservação dos recursos naturais, no intuito de melhorar as relações de interdependência dos homens e dos seres vivos em geral com a natureza.

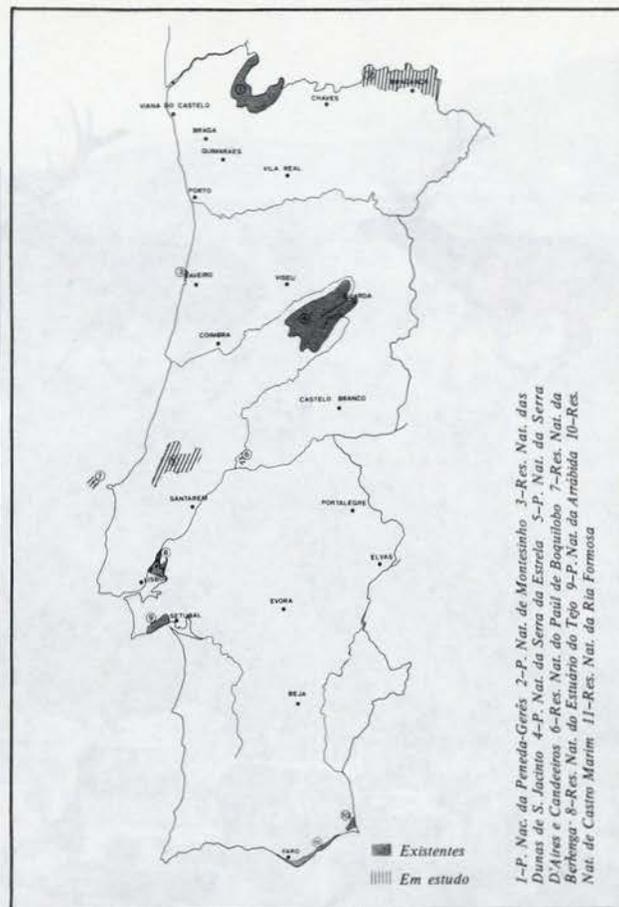
Surgiu, então, há mais de 60 anos, o primeiro parque natural nas colinas de Luneburger Heide, perto da cidade alemã de Hamburgo, por iniciativa de Alfredo Hoepfer, e apareceram depois os «museus de ar livre», especialmente na Europa do norte, na Escandinávia, na Bélgica e em França.

Um plano de ordenamento harmonioso do território

Em Portugal, está ainda por fazer um verdadeiro ordenamento político-administrativo do território segundo uma perspectiva ecológica e de gestão racional dos recursos naturais de cada região, que vise a reintegração das populações nas comunidades naturais em que estão implantadas. Recorde-se, por exemplo, que o quadro territorial e geográfico do País, é muito diferente a norte do Tejo, onde sobressaiam vales extensos, limitados por serranias envolventes ou por planaltos separados entre si por vales profundos e estreitos, e, a sul do Tejo, onde estão situadas grandes planícies e lezírias, destacando-se ainda, os campos do litoral que oferecem uma abertura natural para o mar.

Actualmente, e embora se tenha falado muito de regionalização e de autonomia regional, só agora começam a dar-se os primeiros passos em ordem a iniciar uma nova forma de regionalizar, atendendo aos valores de natureza e aos sistemas e comunidades naturais.

Uma das decisões que mais impacto pode ter para a conservação da natureza, para a melhoria da qualidade de vida e para o ordenamento harmonioso do território, relaciona-se com a criação dos primeiros parques e reservas naturais. O seu lançamento constitui uma iniciativa de grande alcance,



1-P. Nat. da Peneda-Gerês 2-P. Nat. de Montesinho 3-Res. Nat. das Dunas de S. Jacinto 4-P. Nat. da Serra da Estrela 5-P. Nat. da Serra D'Aires e Candeeiros 6-Res. Nat. do Paúl de Boquilobo 7-Res. Nat. da Berloga 8-Res. Nat. do Estuário do Tejo 9-P. Nat. da Arrábida 10-Res. Nat. de Castro Marim 11-Res. Nat. da Ria Formosa

destinada a inverter a marcha negativa das zonas mais deprimidas, transformando-as ao mesmo tempo, em polos de desenvolvimento da vida económica, social e cultural das populações.

O que é um parque natural

Um dos primeiros objectivos dos parques naturais é assegurar o desenvolvimento correcto de todas as actividades de uma região rural, de maneira a manter as relações de equilíbrio entre o homem e a natureza. Nesta perspectiva, com o lançamento de um parque natural, visa-se proteger a natureza e a paisagem em regiões habitadas, ao mesmo tempo que se vai realizando um plano harmonioso de ordenamento do território, em que as actividades humanas se inserem no sentido de o aproveitar sem o destruir.

Para se conseguir tal objectivo, ou seja, para manter uma paisagem mista, natural, por um lado, e humanizada, por outro, e ainda para incentivar o cres-

cimento de uma economia normalmente débil nessas zonas, podem mobilizar-se as populações através de campanhas comunitárias, com diversos fins, consoante as regiões. É o caso das iniciativas que se destinam a assegurar alguns tipos de colheitas como as da castanha, amêndoa, azeitona e cereja, e de determinadas culturas que caracterizam certas paisagens rurais.

Esta dinamização pode incluir a restauração de feiras antigas, de mercados populares com tradição mas que decaíram e o lançamento de novos certames que tragam à luz do dia valores ou actividades culturais em desuso. A estas formas de dinamização podem juntar-se o fomento do cooperativismo e outras iniciativas que concorram para o desenvolvimento da região, a partir das suas próprias potencialidades.

A situação dos parques naturais

Normalmente, os parques naturais são delimitados em re-

giões que conservam ainda muitas das características naturais do «habitat» tradicional, constituindo por si um polo de atracção destinado a recuperar a cultura tradicional e a arte popular, e a dá-las a conhecer aos visitantes.

No sentido de desencadear todo este processo de ordenamento do território nacional e de aproveitamento de muitas das zonas com potencialidades naturais fora do vulgar, a Secretaria de Estado do Ordenamento Físico e do Ambiente, através do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, elaborou uma lista dos parques nacionais já criados ou a estabelecer em breve. Dessa lista constam os seguintes parques e reservas: o Parque Nacional da Peneda-Gerês; a Reserva Natural de Cambarinho (perto de Viseu e junto do rio Alfusqueiro, afluente do Vouga); o sítio classificado do Penedo de Lechim (perto de Mafra); a Reserva Paisagística de Almada e a Reserva Natural da Mata dos Medos (junto da Caparica); o Parque Natural da Serra da Estrela; o Parque Natural da Serra da Arrábida; a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim que, com a Reserva Natural da Ria Formosa e mais seis reservas a criar no Algarve, constituirá o Parque Natural do Algarve; a Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto; e, finalmente, a Reserva Natural do Estuário do Tejo.

Encontram-se ainda na fase de projecto e em preparação: a Reserva Natural do Paúl de Boquilobo (na Golegã); a Reserva Natural da Pateira de Fermentelos; o Parque Natural da Serra da Gardunha; o Parque Natural da Serra de Montesinho; o Parque Natural das Serras de Aire e dos Candeeiros; o Parque Natural da Serra de Portel; a Reserva Natural da Berlenga; e, no Algarve, as Reservas Naturais da Ponta de Sagres, de Aljezur, de Loulé, de Alcoutim-Alqueva, da Serra de Monchique e da Serra do Caldeirão.



Parque Nacional da Peneda-Gerês

O Parque Nacional da Peneda-Gerês, com uma superfície de 50 mil hectares, inclui toda a região geresiana e ainda os territórios da Peneda, pertencentes ao distrito de Viana do Castelo, e outros integrados no de Vila Real.

Neste conjunto, de clima privilegiado (marítimo, atenuado pela altitude média, temperado e moderadamente húmido), distinguem-se vários locais importantes, a que ultimamente se juntaram as barragens de aproveitamento hidroeléctrico, com as albufeiras correspondentes (Caniçada, Vilarinho das Furnas, Salamonde e outras).

No que diz respeito aos seus elementos físicos e biológicos, a serra do Gerês, propriamente dita, tem uma densa vegetação em que sobressaem as bétulas e os carvalhos, estes mais raros, ultimamente, e ainda, em conjuntos florestais espontâneos, os medronheiros, vidoeiros, amieiros, pinheiros silvestres, tojos, giestas, zimbros, a urze branca, etc., que se espalham num quadro verdadeiramente impar, onde também se destacam os granitos e os filões de minerais variados (nomeadamente o quartzo hialino, ametista e cristais de feldspato).

Nestes contrafortes vive uma população serrana que se dedica ao cultivo do milho, centeio, oliveira, vinha e legumes, e à exploração de gado. Mercê da vida dura que leva, essa população conserva ainda hábitos característicos do regime comunalista, no dizer da Enciclopédia Luso-Brasileira.

As águas medicinais

A estas riquezas naturais juntam-se as fontes de água ter-

mal com uma temperatura de cerca de 40 graus centígrados e especialmente indicadas para o tratamento das doenças do fígado. As Caldas do Gerês, embora conhecidas desde tempos remotos, e com alvará de exploração datado de 1896, só recentemente se desenvolveram. Acrescente-se, como curiosidade, que, do ponto de vista medicinal, as águas foram descobertas em 1680 e que, já em 1730, D. João V mandou fazer «beneficências» no lugar onde se construíram as termas actuais.

As águas medicinais, provavelmente já utilizadas pelos romanos, representam no dizer do prof. Alberto de Aguiar «a jóia mais preciosa do nosso património hidro-mineral». A água da nascente da Bica, por exemplo, a única que tem sido utilizada em ingestão, tem como principal característica a sua alta fluoretacção — é porventura a mais fluoretada do País e talvez da Europa — que a torna indicada para o tratamento das doenças do fígado, das vias biliares, das doenças artríticas (reumatismos crónicos) e enxaquecas.

O Gerês, região de turismo

Para além das potencialidades atrás descritas, como centro de repouso e de cura, o Gerês é uma incomparável região de turismo. De facto, o turista que queira apreciar a Serra do Gerês, pode admirar não apenas a natureza, mas, paralelamente, o património arqueológico, o folclore e o artesanato local. Em pequenas excursões a pé, o forasteiro pode embrenhar-se na serra, para a desvendar, sem grande esforço. Na Assureira, poderá sentar-se num dos «Bancos do Ramalho», colocados onde, segundo consta, Ramalho Ortigão costumava sentar-se; a seguir, pode admirar, da Bela Vista, a albufeira da Caniçada, e, no Vidoeiro, observar os famosos viveiros das trutas do parque nacional e os cercados de animais selvagens (corças, javalis e lobos).

Numa jornada de um dia apenas, o turista pode passear pela Pedra Bela, Ponte do Arado, Leonte, os Carris (a 1507 metros de altitude) e depois seguir para a Portela do Homem (fronteira com a Espanha), para os tanques de criação de trutas, (na Albergaria) e por fim, partir em direcção à Bouça da M6, pelo caminho da «jeira», um largo troço da estrada militar construída pelos romanos, a ligar Braga a Astorga (em Espanha).

A Serra da Peneda

Para os lados da Serra da Peneda, onde se ergue o bellissimo Santuário da Senhora da Peneda, situa-se uma região bem portuguesa — o Soajo — com as suas serranias e os seus sete lugares, dispersos e enquadrados entre Castro Laboreiro e a Peneda.

Antigas tradições e costumes ainda hoje se podem admirar: a eira comum, os canastos e a colocação da vassoura e da pedra na eira, a marcar a vez da malhada da família.

A principal ocupação das populações do Soajo é a agricultura e a criação de gado que, conduzido durante o verão para a Serra da Peneda, permanece neste lugar, até fim do mês de Setembro.



Parque Natural da ria de Aveiro

O Parque Natural da Ria de Aveiro, que poderá vir a ser criado em breve, é uma área que se estende por todo o estuário, desde a Barrinha de Esmoriz, passando pelas Dunas de S. Jacinto, até ao sul do concelho de Vagos, sendo limitado pela estrada nacional n.º 109, e que incluirá, provavelmente, a Pateira de Fermentelos.





Até agora, tem-se procedido à aplicação de medidas cautelares, com vista a preservar a zona através de uma correcta ocupação dos solos e da implantação das infra-estruturas necessárias, de maneira a libertar determinados terrenos para a agricultura e outros para zonas verdes. O decreto que estabelece essas medidas possibilitou a delimitação de reservas que se destinam à conservação dos elementos animais e vegetais e das zonas onde as aves poderão nidificar.

A Ria, um eco-sistema singular

A Ria de Aveiro, como zona húmida, constitui um eco-sistema singular e de características únicas em toda a Península Ibérica, possuindo potencialidades económicas que têm de ser salvaguardadas e mantidas. Concretamente, poderemos recordar algumas das grandes riquezas que a Ria oferece: a fauna, a flora, o sal, o moliço, as culturas agrícolas como o arroz e o vinho, e por fim o turismo. E, acrescente-se, as dunas até Espinho, consideram-se das melhor consolidadas e das mais ricas do mundo.

Tudo isto está hoje em causa na Ria de Aveiro e só a criação do Parque Natural poderá desencadear os mecanismos que obstem à sua extinção.

Os viveiros piscícolas

Uma das grandes riquezas locais, que ainda não foi convenientemente aproveitada, é o peixe que abunda na Ria. O Lago Paraíso, uma vasta área do domínio público situada na parte sul da Ria, foi ultimamente estudado por técnicos japoneses que garantiram não haver dificuldades «em tirar dali, mais de 200 toneladas de peixe».

Por esse motivo decidiu-se instalar no local, alguns viveiros de piscicultura. Um deles, a funcionar em regime experimental, contém várias espécies que viviam em marinhas secas: camarão, bruxo, cabra, robalo,

tinha, solha, linguado, berbigão jovem e enguias.

No futuro e depois de outras experiências, serão implantados mais viveiros com espécies desenvolvidas na primeira marinha. Sublinhe-se que das 270 marinhas de sal existentes, cerca de 150 encontram-se paradas, prestando-se, por isso, para a instalação de novos viveiros.

A Barrinha de Esmoriz

Uma das áreas incluídas no Parque Natural da Ria de Aveiro é a da Barrinha de Esmoriz, cujo projecto de preservação se encontra em curso. O local, que está em risco de desaparecer se não forem tomadas as medidas adequadas, é a lagoa mais setentrional do País e constitui uma etapa natural básica para as aves, durante o período das migrações.

Uma das ameaças para esta zona, é a poluição, derivada dos afluentes urbanos e industriais e do lixo que continuamente são despejados na lagoa. Por outro lado, a urbanização tem crescido de modo descontrolado aproximando-se perigosamente dos lugares em que a vida selvagem se desenvolve. Estes obstáculos, a que se junta a caça excessiva, impedem os animais e as aves (existe uma colónia de garças na lagoa) de fazer os seus ninhos e, portanto, de se reproduzirem.

As dunas, que defendem o continente do avanço das ondas, conservam uma vegetação de protecção das areias. Torna-se necessário preservar essas pequenas plantas que fixam as areias e que, por outro lado, defendem a fauna que habita numa vasta área, na mata contígua às dunas, onde há uma grande quantidade de aves que fazem os ninhos nos buracos das árvores, facto que levou o Núcleo de Protecção à Vida Selvagem, a colocar aí ninhos artificiais em troncos. Deste modo, as aves podem pôr os filhos e desenvolver assim a sua espécie.

A Pateira de Fermentelos

Num dos braços mais belos da Ria, situa-se a Pateira de Fermentelos, um imenso lodaçal assente sobre um tapete de moliço.

Como o seu próprio nome indica, é um local habitado por patos e outras aves aquáticas que encontram nos lodos e ras águas as condições indispensáveis para a sua sobrevivência.

Para que a Pateira possa ser salvaguardada, é necessário assegurar a continuidade da sua função que tem grande valor bio-genético, permitindo que continue a ser uma lagoa de nível de água variável, e que, por esse motivo, origina uma cadeia característica de seres vivos (animais e plantas).

Porém, o crescimento excessivo do moliço que se verifica ali e na Ria em geral, tornou-se um problema a resolver, em tempo útil, para salvar estes dois eco-sistemas em ligação: a Pateira e a Ria. Por outro lado, a recolha adequada e cíclica do moliço, será uma fonte de riqueza, dado que é um dos abutivos naturais mais apropriados para a agricultura, pois, como afirmou recentemente o prof. Gomes Guerreiro, é possível «o aproveitamento das algas como fertilizantes naturais e de elevado conteúdo orgânico e energético, em detrimento dos adubos compostos, que não só esterilizam os solos a longo prazo,

Reserva Natural das dunas de S. Jacinto

Entre o Oceano Atlântico e o braço norte da Ria, numa zona com cinco quilómetros de comprimento e dois de largura, situam-se as Dunas de S. Jacinto e, em frente, uma mata, que formam uma reserva natural já criada por decreto.





como implicam, necessariamente, a saída de divisas, quando importados».

A Lagoa de Paranhos

Mais ao norte e já fora do Parque Natural da Ria de Aveiro, perto da cidade de Espinho, está situada uma lagoa costeira de pequena profundidade, formada pelas águas de duas ribeiras que nela desaguam: é a Lagoa de Paranhos.

Esta pequena lagoa, com um quilómetro de largura na parte mais larga, é limitada a norte por uma vegetação rasteira, a sul por pinheiros, a poente por dunas naturais e a nascente por campos de cultura. Mas, excessivamente povoada de vegetação aquática, a Lagoa de Paranhos tem pouca abundância de peixe, sendo a espécie mais vulgar o pequeno gambúzio que o pica-peixe utiliza na sua alimentação.

Para além de ser importante conservar esta zona húmida, que, ao mesmo tempo, tem valor paisagístico e recreativo, deve acrescentar-se que a principal utilidade da lagoa é constituir um excelente local onde muitas aves aquáticas (o abetouro galego já pouco comum, o rouxinol dos campos, a galinha de água, a franga de água, o maçarico galego, e o pato real) passam as invernações e fazem os seus ninhos.

Parque Natural da Serra da Estrela

A região do Parque Natural da Serra da Estrela abrange uma área aproximada de 100 mil hectares, dentro dos quais se situam cerca de 80 freguesias dos concelhos da Guarda, Mantegás, Seia, Gouveia, Celorico da Beira e Covilhã.

No sentido de preservar as suas características ímpares e

dado o conjunto de condições naturais, culturais, económicas e sociais em presença, promoveu-se a realização de um vasto programa de actividades e iniciativas. O fim em vista relaciona-se com a defesa do ambiente natural, a promoção da qualidade de vida das populações e, paralelamente, com a promoção do turismo de montanha, recreio e repouso.

Salvaguardar a paisagem natural e as marcas históricas

Um dos principais objectivos de tal programa reside na salvaguarda dos interesses paisagísticos da região serrana, — as suas montanhas majestosas e os seus vales profundos, as formações geológicas e as zonas de vegetação espontânea e rara — que coexistem com as marcas históricas milenárias e o património cultural das populações.

Entretanto, e muito embora esteja destinado a proporcionar ao homem da cidade a descoberta de uma cultura rural e montanhosa, oferecendo-lhe, ao mesmo tempo algumas das formas de repouso e de recreio hoje em dia apenas possíveis de gozar nesses lugares, por outro lado, e fundamentalmente, este Parque Natural destina-se a ser utilizado pelas populações que nele vivem e trabalham, e nessa perspectiva, a melhorar as suas condições de vida.

As principais iniciativas realizadas

Uma das primeiras actividades, e das que maior receptividade encontrou nas populações, foi o Concurso Regional de Ovinos (da raça bordaleira), que teve lugar no ano passado, em Seia, S. Romão e Videmonte (aldeia perto da Guarda).

Diga-se, de passagem, que existe actualmente pouco gado nesta zona (cerca de 23 mil ovelhas e 12 mil cabras). Os pastores, que são cada vez menos e de idade avançada na sua maior parte, ultrapassam as seis centenas.

As Feiras do Queijo que houve em Seia, Gouveia e Mantegás e que no ano passado noticiámos nas páginas desta Revista, afirmaram-se como uma iniciativa de grande alcance económico, e fizeram com que as populações acorressem e nelas participassem. Ao mesmo tempo, as Feiras do Queijo permitiram que os pastores pudessem mostrar a sua habilidade no fabrico caseiro do queijo, pois são eles os únicos que podem garantir a qualidade do «queijo da serra», confeccionado por boas mãos e com leite de boa qualidade.

Projectam-se ainda outras actividades, algumas das quais já em andamento: os concursos de cães pastores da Serra da Estrela, a concessão de crédito aos pastores da área (para aquisição de gado bovino), um inquérito às colmeias e cortiças existentes, etc.

O Eco-Museu: um «Museu do Tempo»

Uma das iniciativas mais importantes, pelo seu aspecto pedagógico, é a da criação dos eco-museus — «o Museu do Tempo», no dizer do arquitecto Fernando Pessoa — que se vão estabelecer em três pitorescas e antigas aldeias: Linhares, Vide monte e Folgozinho.

O eco-museu — um conceito novo no domínio da museologia —, visa a implantação de uma exposição dinâmica que mostre a evolução da região, desde os tempos mais remotos até aos dias de hoje e, paralelamente com a evolução da natureza, a do homem serrano.

Para o prof. Henri Rivière — conselheiro permanente da UNESCO que em 1978 esteve no nosso País a colaborar no lançamento desta iniciativa — os eco-museus «são espelhos onde a população se contempla, para neles se reconhecer e onde procura a explicação do território a que está ligada, juntamente com a das populações que a precederam, na continuidade ou descontinuidade das gerações. Espelhos que as po-





pulações mostram aos seus hóspedes para que eles a compreendam melhor».

Valorização de aldeias

Pode ainda acrescentar-se que, fruto do decreto-lei n.º 613/76, outras aldeias serão palco de acções de valorização das suas habitações. Neste projecto, estão incluídas as aldeias de Marialva e de Longroiva (na estrada entre Celorico da Beira e Vila Nova de Foz-Coa), justamente consideradas como belíssimos exemplos do nosso património arquitectónico e que, pela sua estrutura e suas construções tradicionais, constituem um conjunto a preservar.

Prevê-se um tratamento semelhante para Moreira de Rei, uma aldeia que está a ser estudada com vista à elaboração de uma metodologia própria para a sua recuperação. E convirá ainda lembrar a aldeia amuralhada de Sortelha, perto de Belmonte, que bem pode constituir um outro local a privilegiar.



Reserva Natural do estuário do Tejo

Um pouco abaixo de Vila Franca de Xira, numa região onde o rio Tejo, alargando-se, forma um imenso delta recortado de mouchões, situa-se uma grande área ocupada por sapais e terrenos facilmente inundáveis, com uma importância ecológica fora do vulgar.

É por isso que o estuário do Tejo, um misto de águas doces e águas salgadas e é um local de reprodução de muitas espécies de aves aquáticas e de peixes que se encontram ameaçados de extinção, se considera e justamente, um dos conjuntos biogenéticos mais importantes do País.

Nesta zona de lodos, sapais e águas pouco profundas, abriga-se uma população variada e numerosas colónias de aves aquáticas — umas 60 a 70 mil que invernam naquelas paragens, e que vão desde o pato real, até à marrequinha, ao pato trombeteiro, ao alfaiate, ao borrelho, à tarambola cinzenta, ao maçarico real, ao perna-vermelha e ao pilrito.

Para um correcto aproveitamento destes terrenos, além de um posto de observação de aves já instalado na Reserva, foi assinado, no ano passado, um protocolo entre o Governo português e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que visa o lançamento de um projecto de estudo da caracterização ecológica do estuário do Tejo, assunto a que nos referimos na altura.

Deve sublinhar-se que a poluição que foi crescendo no estuário do rio, tornou-se responsável pela destruição ou inutilização para consumo de uma grande parte dos recursos naturais vivos do estuário: perderam-se os peixes, as ostras ficaram impróprias para consumo, decaindo portanto uma das actividades mais importantes para as gentes que habitavam perto do maior estuário português.

Parque Natural da Arrábida

A criação do Parque Natural da Arrábida, por decreto-lei de Julho de 1976, tornou possível iniciar a preservação dos diversos valores naturais (botânicos, faunísticos e geológicos) e culturais (arqueológicos e históricos) e outros (agrícolas e urbanísticos, sobretudo) que estão presentes na zona, por vezes com um carácter dominante e

são, em muitos casos, raros e únicos.

As dificuldades encontradas — nomeadamente a falta de instalações para os serviços, a inexistência de um corpo de vigilantes para a necessária fiscalização e a própria burocracia — têm, porém, impedido uma mais rápida concretização daqueles objectivos. De facto, não é fácil guardar um todo como o Parque Natural da Arrábida, que possui uma extensão de mais de 11 mil hectares.

O turismo da terra

Nesta perspectiva, a política de ordenamento desenvolvida baseou-se nas seguintes linhas de orientação: lançamento a curto prazo de dois parques de campismo (no Outão e na Aldeia da Serra) com o fim de transformar o turismo da região num turismo de passagem (pelo Portinho, Alportuche e praias da zona); concentração de automóveis nos parques de estacionamento contíguos aos futuros parques de campismo e prioridade aos transportes colectivos; tentativa de fixação dos visitantes e veraneantes apenas nestas últimas paragens que possuem melhores infra-estruturas (água, estacionamento, etc.); remoção do conjunto das barracas que estão implantadas no Portinho.

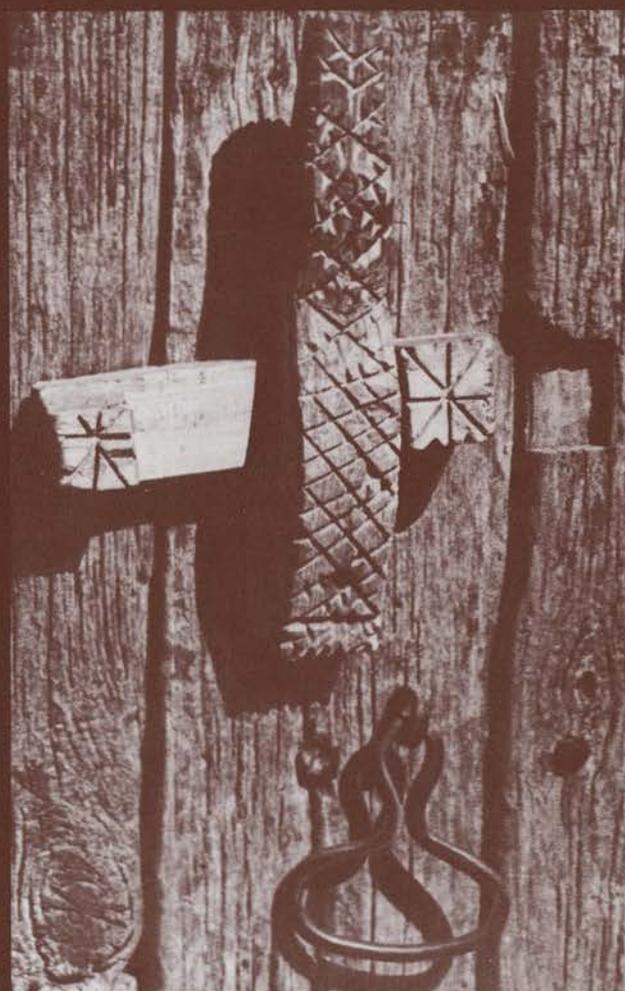
Paralelamente, fomentar-se-á o turismo dito ecológico e cultural, que terá um centro de apoio e acolhimento situado na Fortaleza de Nossa Senhora da Arrábida, sendo valorizados, também, os vestígios arqueológicos existentes nos morros sobranceiros ao Portinho (no Creiro).

Entre outros aspectos não menos importantes a referir, teremos a recuperação da fauna das zonas até aqui devastadas pelos caçadores, a implantação de 15 hectares de pastagens melhoradas, o fomento da apicultura e, ainda, o inventário das pedreiras existentes dentro da área do Parque.

A flora da Serra da Arrábida

O conhecido botânico suíço Robert Chodat, ao debruçar-se







A espectacular **Aguia Real** — que habita nas alturas do Marão e do Gerês — é uma das espécies que, no nosso País, se encontra ameaçada de extinção, se não for devidamente protegida.

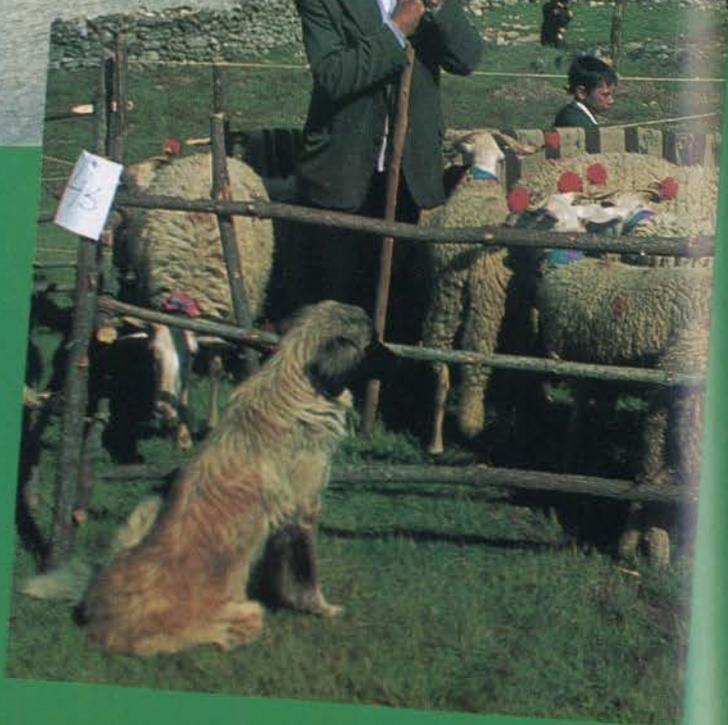
O **medronheiro**, espécie bem característica da flora da serra da Arrábida, um dos Parques Naturais do País.

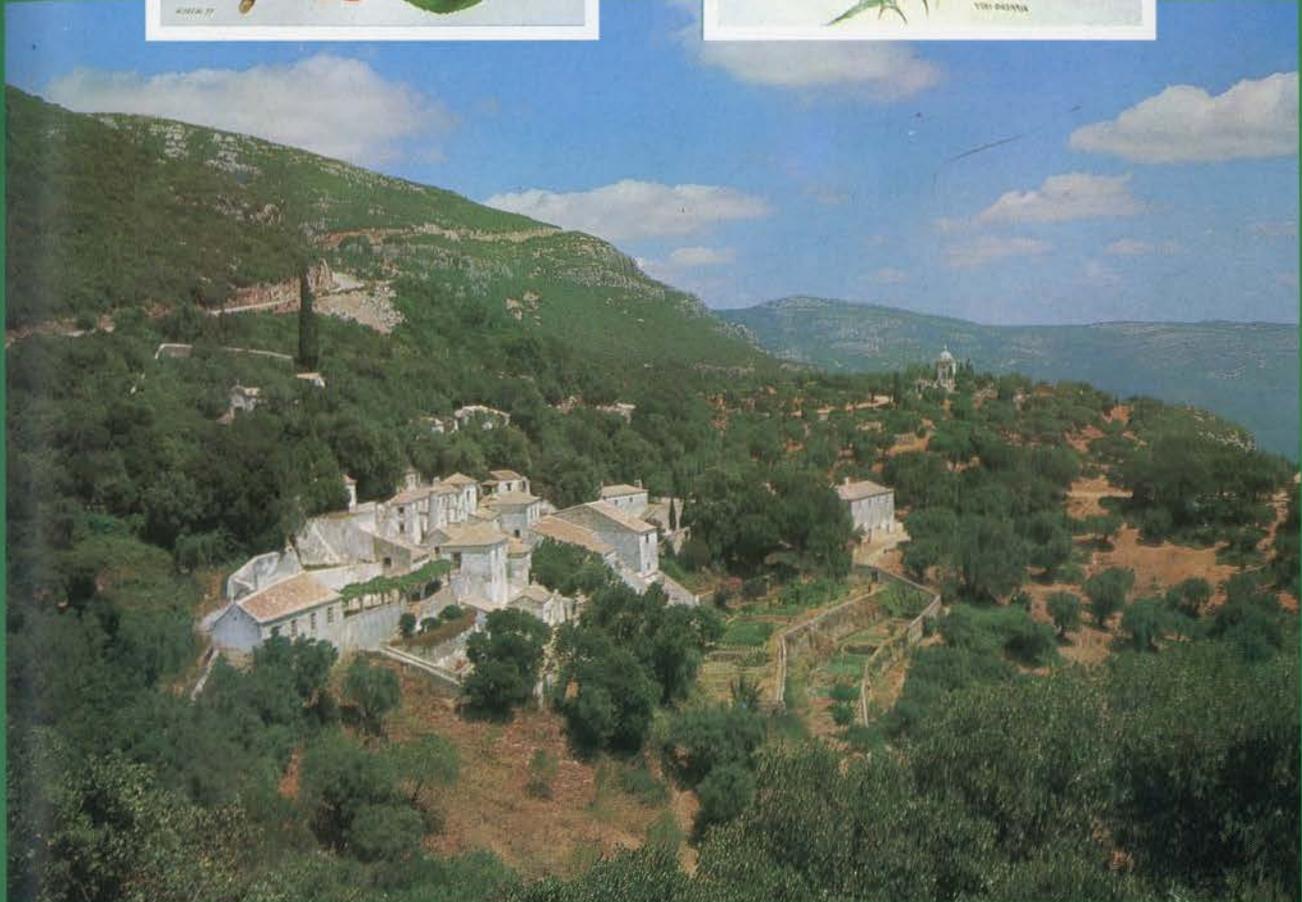
O **cartaxo**, ave insectívora, característica das orlas e sebes dos nossos campos, é para o homem um precioso auxiliar na agricultura.

No património arquitectónico português, resultado de uma longa acumulação de conhecimentos, e da arte e carinho de sucessivas gerações, existem conjuntos de dignidade e beleza ímpares, como é o caso dos espigueiros de Lindoso e do Convento da Arrábida.

O **pastoreio** e a agricultura de montanha merecem todo o apoio, no sentido de serem dignificadas profissões tradicionais como as de pastor, tecelão, e cesteiro, nomeadamente.

O **artesanato**, arte tipicamente popular ligada ao sentir e viver dos povos, é outra actividade que importa incentivar; neste sector os oleiros Afonso e Ariundo Gluja asseguraram a continuidade da riqueza artística dos barros de Estremoz.









sobre a flora da serra, afirmou que ela era «a mais surpreendente que é possível ver na Europa».

Valerá, pois, a pena conhecer a Serra da Arrábida que se estende do morro de Palmela até à agulha do Cabo Espichel, num comprimento de 35 km com a largura média de 6 km, sem esquecer, além das maravilhosas praias do Portinho e de Alportuche, as grutas, especialmente a da Lapa de S. Margarida, «uma vasta caverna de estalactites sobre as claras águas do oceano», no dizer do célebre escritor dinamarquês, Hans Christian Andersen. E não poderemos deixar de salientar a Mata do Solitário, um trecho único em Portugal, de floresta virgem antiquíssima.

Reserva Natural do sapal de Castro Marim

No extremo sul do País, perto de Vila Real de Santo António, encontra-se a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim.

Os sapais são terras alagadiças e constituem eco-sistemas de grande riqueza biológica, que, ao longo dos tempos, sofreram com as vicissitudes da natureza e do homem: as drenagens, as salinas e outras agressões várias, ultimamente combatidas pelos técnicos de preservação do ambiente.

A fauna e flora da reserva

O sapal é um dos lugares privilegiados das aves de arribação e outras, que, infelizmente, os caçadores, muitas vezes, matam só pelo prazer de matar. Assim no sapal, há cegonhas, limícolas, mergulhões, patos e o perna-longa, uma ave de arribação que ali se conserva todo o ano.

Outra das riquezas que o sapal oferece, pela interpenetra-

ção da água doce com a água salgada, é a possibilidade de desenvolvimento intensivo da piscicultura, a instalar nas salinas existentes no local. Iguais perspectivas se abrem para a produção de marisco nos esteiros, especialmente do caranguejo e da ostra, que parecem não ter sofrido ainda os efeitos da poluição. O mesmo acontece com o camaleão da Praia Verde, que sendo uma espécie cada vez mais rara e existindo no local em quantidade apreciável, será muito beneficiada com a instalação da reserva, pois nela terá garantida a sua sobrevivência, contribuindo ao mesmo tempo, para o equilíbrio ecológico da zona.

A antiga ilha

Há testemunhos históricos e arqueológicos que atestam que em tempos idos, a região era uma ilha e pesquisas recentemente feitas nas muralhas do Castelo, levaram à descoberta de achados arqueológicos (instrumentos neolíticos da época dos metais). Crê-se até que os fenícios teriam procurado a povoação local e que, subindo o Guadiana, se dirigiram às minas de estanho e de cobre de S. Domingos, que na época se chamava Baesuris.

Segundo um estudo de Maria da Conceição Moreira, que se aplica a Castro Marim, a transformação da região fez-se a partir do assoreamento das reentrâncias da costa, assim como dos estuários dos rios, contribuindo para o aumento da terra firme, com prejuízo da superfície marítima».

A confirmar esta tese, há ainda vestígios de moinhos e azenhas e fornos de pão e o que resta de um moinho das marés, achados que têm despertado na população a ideia de construir uma pequena central para a produção de energia eléctrica.

Resta dizer que a agricultura é uma riqueza natural da zona, pois dos cereais (trigo, milho, aveia e centeio) às favas, feijão, lentilhas, e à fruta seca

(castanhas, figo e passa de uva), tudo se cria na região.

Reserva Natural da ria Formosa

Na opinião dos especialistas, a Reserva Natural da Ria Formosa, que abrange uma zona lagunar que vai desde Loulé (da Quinta do Lago), passando por Olhão e Faro, até Vila Real de S. António, é, como conjunto ecológico e económico, a mais importante zona húmida do País, e uma das mais importantes da Europa, pelo seu valor bio-genético.

Alguns passos foram dados já em ordem à recuperação económica desta zona lagunar de 7500 hectares que, juntamente com o sapal de Castro Marim e mais seis zonas do Algarve, constituirão a futura Reserva Natural do Algarve.

Esta Reserva, que está em estudo e cuja comissão instaladora já tomou posse, compõe-se de oito zonas (a Ponta de Sagres, a de Aljezur, a Serra do Caldeirão, a Serra de Monchique, a de Loulé, a de Alcoutim-Arqueva, além do sapal de Castro Marim e da zona da Ria Formosa) e a sua salvaguarda possui um interesse comunitário que se torna desnecessário encarecer.

Quanto à Reserva Natural da Ria Formosa, deve acrescentar-se que ela é uma zona com um imenso valor zoológico, ornitológico e ictiológico, em razão dos animais, aves e peixes que alberga nos seus limites. É por isso que é urgente salvá-la.

No domínio das aves, diga-se de passagem que a zona do Ludo, nas proximidades do aeroporto de Faro, é um local de refúgio de aves aquáticas raras, tais como o flamingo, a galinha azul, o perna-vermelha e o alfaiate.





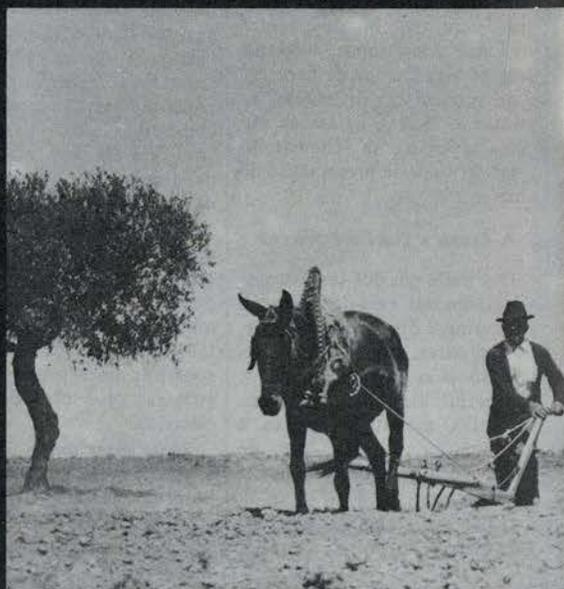
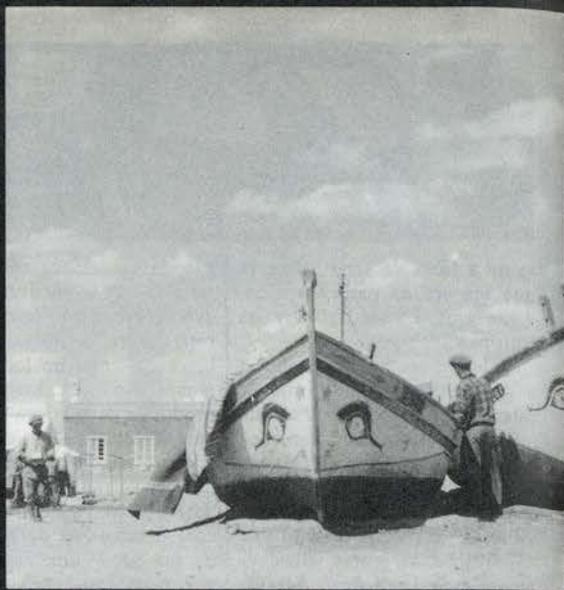
Normalmente, as zonas lagunares permitem a reprodução dos peixes que na época da desova sobem os rios e os seus canais interiores, escolhendo esses lugares para o processo da sua reprodução. No caso concreto, a Ria Formosa tem constituído para eles, ao longo dos tempos, uma fonte extraordinária de alimentação e de vida, e o seu valor foi reconhecido pela UNESCO e por outros organismos internacionais.

A produção de marisco

No caso do marisco, a Ria de Faro é responsável por 92 por cento da quantidade produzida no País, nela existindo o berbigão, a ameijoia, o lagueirão, as conquilhas e outros mariscos bivalves (de duas conchas). Nesta ria podem-se encontrar, também, a lula, o polvo, o choco, e ainda uma grande variedade de peixes (o linguado, o robalo, a tainha, a dourada, etc.).

No sentido de aproveitar toda esta grande riqueza, um dos projectos que vai ser lançado em colaboração com o Instituto Nacional de Investigação das Pescas, é o incremento local da produção de marisco. Está a ser ultimado o projecto do camarão e depois desenvolver-se-á a produção de ostras e de mexilhão, criando-se, paralelamente, melhores condições para a produção natural de peixe. Em concreto e a curto prazo, 600 hectares serão destinados a mariscos e dois mil a viveiros de peixe, que no conjunto darão trabalho a mais cinco mil pessoas.

Em conclusão, deve acrescentar-se que ainda estamos a tempo de evitar a destruição de uma das maiores riquezas naturais do País e da Europa, em cujos limites se situam muitos e bons portos argavios — Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de S. António — e onde não se apanha somente o marisco, mas também se manipula 18 por cento do pescado descarregado no continente ■





PROMOVER O EQUILÍBRIO ENTRE O HOMEM E A NATUREZA

Entrevista com o director do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.



A protecção e salvaguarda do meio ambiente dependem, em larga medida e a diversos níveis, da acção das entidades oficiais. O Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico tem, nesse domínio, um papel decisivo e uma importância crescente, dele dependendo a defesa e preservação de zonas que constituem todo um património colectivo, de valor inestimável.

Várias questões relacionadas com este tema são abordadas pelo arquitecto Fernando Pessoa, director do SNPRPP, na entrevista que nos concedeu e que a seguir publicamos.

O que são os Parques e as Reservas Naturais?

Os parques naturais surgiram na Europa como alternativa aos parques nacionais que haviam sido criados na América do Norte e em África (Yellowstone, Great Canyon, Kruger, etc.), pois que num continente tão densamente ocupado pelo homem como é o continente europeu não se encontravam já as enormes áreas naturais sem presença humana, que permitiam criar grandes reservas da Natureza.

Ao mesmo tempo a ecologia revelava e divulgava o conceito de que o Homem faz parte dos ecossistemas, é um elo da Natureza e não pode mais ignorar essa dependência, pois corre o risco de se destruir e, com ele, a própria Vida na Terra.

Assim os parques naturais nascidos na Alemanha, concebem a conservação da Natureza incluindo o homem. Se na Europa já não havia as tais paisagens naturais, excepto talvez em algumas áreas dos Alpes ou dos Pirinéus, havia pelo contrário muitas paisagens rurais de grande valor, testemunhando precisamente a dependência do Homem com a Natureza e revelando como essa dependência se traduziu num equilíbrio dinâmico.

O parque natural evoluiu e em França acabou por se transformar numa proposta de desenvolvimento integral de uma dada região ecologicamente sensível, onde persistem os traços duma economia baseada nos recursos naturais, possibilitando às populações dessa região alcançarem a melhoria da qualidade de vida sem a introdução de alterações ao equilíbrio eco-

lógico e evitando a destruição dos usos, costumes, enfim, da cultura local.

A noção de parque está ligada ao recreio; nos parques naturais procura-se motivar o recreio de ar livre, disciplinando a utilização do campo e da montanha pelo homem da cidade, e fazendo do apoio a esse recreio uma nova fonte de receitas para as populações locais.

Portugal tem ainda paisagens de alto valor natural e cultural, apesar da acentuada degradação que tem vindo a verificar-se nos últimos anos. Impõe-se por isso que o Estado estimule as populações e os poderes locais a preservarem esses valores.

As reservas naturais têm um carácter mais restrito, destinam-se a proteger concretamente determinados aspectos da flora, da fauna ou da geologia, cujo «habitat» seja especialmente sensível e como tal exija medidas especiais de salvaguarda.

Procuramos introduzir na salvaguarda e na manutenção das reservas naturais, o mesmo es-



pírito que preside aos parques naturais, simplesmente porque são áreas pequenas e porque aí se trata concretamente de certos aspectos da Natureza altamente sensíveis, tais áreas não são compatíveis com o recreio. Apenas se promovem visitas, guiadas ou não, com a finalidade de observar os valores naturais.

No ordenamento das reservas naturais o ponto nevrálgico é considerado **reserva integral** e o restante território reserva condicionada, onde as actividades tradicionais prosseguem mas com uma certa disciplina.

Do que modo poderão os Parques Naturais influenciar o ordenamento harmonioso do território nacional e uma efectiva melhoria da qualidade de vida das populações?

O ordenamento do território visando a optimização do uso do espaço, a gestão racional dos recursos e a melhoria do ambiente e da qualidade de vida tem de ser um **ordenamento biofísico**, isto é, tem que ter em conta para além dos dados económicos e das infra-estruturas de crescimento, a realidade física e também as componentes ecológicas que condicionam o desenvolvimento correcto do território.

O País é como uma casa: de nada vale andar a limpar o pó e desinfecar as canalizações se a casa estiver desarrubada, com os móveis espalhados e trocados em relação à utilização de cada compartimento, pois a confusão será total e acabará por tornar impossível a habitabilidade.

Com o País sucede o mesmo: de pouco vale preocupar-nos com a colocação de filtros nas fábricas e com o tratamento dos esgotos, se cada parcela do território continuar a não ser utilizada de acordo com a sua aptidão. A manter-se a presente anarquia de crescimento do nosso País, dentro de poucos anos o território apresentará uma tal confusão, um tal caos urbanístico e industrial, que será penoso aqui viver.

E no entanto num País com as potencialidades naturais, paisagísticas e climáticas como Portugal, poderia evitar-se o pandemónio em que estamos a embarcar e disciplinar-se correctamente o uso do espaço nacional.

O ordenamento qualitativo do território passa também pela definição e salvaguarda das áreas que poderão privilegiadamente contribuir para a construção duma rede de espaços de lazer, indispensáveis a uma vida digna, confortável e plena para o homem de hoje.

Essas áreas situa-se normalmente em regiões económicas e socialmente deprimidas, já que as suas características as colocaram em posição marginal ao processo tecnocrático de crescimento económico que tem sido conduzido no nosso País; por isso nessas áreas se torna possível ensaiar processos de autêntico desenvolvimento global que, ultrapassando as metas de estrita rentabilidade económica a curto prazo, crie as condições de melhoria de qualidade de vida das populações

curando motivá-las para os valores naturais e culturais da sua região, dignificando a vida tradicional, relançando o artesanato não por passadoismo ou conservantismo mas por convicção de que o artesanato é trabalho criador, traduz a capacidade das populações locais de adaptarem as matérias-primas naturais para seu benefício.

É preciso destruir o sentimento que se gerou nas novas gerações rurais de que a sua terra e os seus costumes são atrasados, são pobres, e merecem desprezo, preferindo-lhes os valores importados da sociedade industrial e do estrangeiro.

O parque natural não tenta impedir que as populações rurais beneficiem dos progressos da tecnologia e da vida mo-

os santuários, com os valores «puros» da Natureza; o que temos necessidade hoje é de assegurar a perenidade da Natureza onde o homem vive, no seu meio.

Assim os parques são criados com o auxílio duma Comissão Instaladora onde estão representadas as autarquias locais, geralmente até ao nível de freguesia, e os técnicos regionais dos diferentes serviços públicos. É dessa colaboração, que tem sido frutuosa em muitos casos, que nascerá a compreensão dos interesses que o parque defende e a tal consciência ecológica que falta em grandes estratos da população portuguesa.

O parque, uma vez instalado, continua a ter como apoio ao Director, um Conselho Geral com a mesma composição da anterior Comissão Instaladora. Os casos já ensaiados têm revelado o maior sucesso; através do diálogo contínuo, as pessoas do campo compreendem, muito melhor por vezes que as da cidade, os conceitos de equilíbrio natural que lhes propomos — e compreendem-no porque se sentem ainda integrados nele.

O que é, em síntese, um «eco-museu»?

O eco-museu é um conceito polémico no campo da museologia, inspirando-se nos «museus de ar livre» criados no início deste século nos países nórdicos e aproveitando também o espírito de animação local dos parques naturais.

Foi seu criador George Henri Rivière, antigo director do I. C. O. M. e conselheiro permanente da UNESCO; já em 1947 ele propunha, em Rennes, a criação de um museu de História da Bretanha que revelasse a região desde os tempos geológicos até aos nossos dias.

O conceito foi evoluindo, como ele próprio diz, e não tem nunca uma definição acabada, pois é um conceito evolutivo.

Através dele não só se revela a história duma região na sua globalidade, no espaço e no tempo, como se faz participar a população na valorização do património cultural que possui. Por exemplo, na Serra da Estrela, para além das instalações próprias do museu, aliás dispersas por diferentes povoações, compõem-no tam-



«De pouco vale preocuparmo-nos com a colocação de filtros nas fábricas e com o tratamento dos esgotos, se cada parcela do território continuar a não ser utilizada de acordo com a sua aptidão».

e assegure as bases de um desenvolvimento a longo prazo assente nas potencialidades naturais locais.

As populações locais têm, portanto, um papel determinante neste domínio?

Os parques naturais são efectivamente instrumentos de regionalização, apoiados numa filosofia ecológica, e visam, como se depreende do que já atrás se disse, a revitalização da economia tradicional que é assente na realidade ecológica local, a salvaguarda do património natural e humanizante, a animação sócio-cultural das populações e a disciplina de recreio de ar livre.

A acção dos parques volta-se, assim, prioritariamente para as populações locais pro-

derna; o que se pretende é evitar que esses valores da tecnologia se tornem alienantes da cultura local que é o cerne da consciência dum povo.

A ruralidade (e o mar) são as duas bases culturais do povo português. É necessário lutar contra o desenraizamento cultural da nossa gente, para que ela se comporte como povo livre e senhor dos seus destinos — a perda dessas raízes fará do povo português uma massa amorfa manobrável facilmente por quaisquer interesses estranhos ao próprio povo.

Os parques naturais, através de equipas de animação procuram motivar as populações e levá-las a participar na gestão do território do parque.

Estamos, pois, longe do conceito de conservação da natureza que se preocupa com

bém oficinas artesanais em funcionamento, as próprias casas dos habitantes que conservam as peças de artesanato que o visitante pode apreciar, as veredas da Serra que permitem a descoberta da Natureza e os monumentos espalhados por todo o Parque. Uma das instalações será o chamado **Museu do Tempo**, onde se revela a história da Terra, naquela região, desde a génese do granito e do xisto, os movimentos tectónicos, a erosão, os glaciares, etc.

Depois a vida animal e vegetal que se desenvolveu sobre este substracto físico, os ecossistemas naturais e a utilização que o homem dele faz, criando novos ecossistemas dependentes dessa utilização.

Haverá um **Centro de Animação Cultural**, donde emanam as equipas de animação, e que é um centro de divulgação, de promoção de sessões de esclarecimento, de programação de espectáculos, etc.

O «Centro de Documentação» aproxima-se daquilo que os franceses chamam «Laboratoire du terrain», e será um local de reposição de toda a informação oral e escrita, de filmes, diapositivos, fotografias, gravuras, armazém de artesanato, biblioteca, etc.

Aqui se processarão exposições temáticas e temporárias a organizar pela população, a qual apresentará as peças que possui em suas casas.

Outras instalações serão, por exemplo, as Casas do Artesão, onde se assegura a continuidade de determinados tipos de artesanato, de utensílios, etc.

Mas mais importante que as salas de exposição são as manifestações autênticas e vivas da cultura local: o visitante colhe informações no museu e vai depois à descoberta dos valores naturais e culturais. Ele vai pelo Parque fora apreciar as moreias ou os vales glaciares, os blocos erráticos, o castro ou a anta que o museu lhe indicou; poderá ver no local próprio a pastagem de altitude e o gado que a conserva pelo pastoreio; demora-se na casa do Senhor A para apreciar um prato de barro do séc. XIX ou na casa da Senhora B para ver uma colcha de casamento do séc. XVIII ou ainda em casa da Senhora C onde observará como se faz o queijo artesanal.

O eco-museu, para além de contar o discurso histórico da região, é instrumento de animação cultural e participativo para as populações.

Não se trata, repete-se, de passadismo, mas sim de encarar a dignificação da vida rural, não só como problema de cultura como também questão de desenvolvimento global da sociedade camponesa.

Qual é a importância real das chamadas «zonas húmidas» e que medidas deverão ser adoptadas para as preservar?

O problema da importância das zonas húmidas dava, só por si, para uma longa conversa.

Mas basta dizer, em resumo, que as zonas húmidas, nomeadamente as lagoas e muito especialmente os sapais dos es-

No caso dos sapais salobros ou salgados dos estuários e das áreas costeiras lagunares, constituem laboratórios naturais produtores de matéria orgânica, que formam a base da alimentação para numerosa fauna aquática que depois povoa as águas dos rios e das costas oceânicas, e é o sustentáculo da pesca.

A capacidade dos sapais que acumularam e assimilaram detritos torna-os essenciais para a salubridade das regiões.

São além disso, e pelas razões expostas, «habitats» da fauna quer de mamíferos quer sobretudo de aves aquáticas, desempenhando uma função essencial quanto às migrações das aves.

Portugal possui algumas dessas zonas particularmente importantes a nível europeu, co-

se os poderes locais e sobretudo as populações não quiserem colaborar nessa defesa, também a Ria Formosa se perderá.

E daremos ao mundo um triste espectáculo de atraso tecnológico e de falta de consciência cívica, pois os países evoluídos há anos já que arrepiaaram caminho, e à custa de enormes despesas, tentam recuperar as zonas húmidas que deixaram degradar.

Oxalá os responsáveis pelo poder central e pelo poder local, no nosso País, se capacitem a tempo da responsabilidade que sobre eles recai quanto à transmissão às gerações futuras do nosso património — que é riquíssimo — de zonas húmidas de valor mundial. ■



«Através do diálogo contínuo, as pessoas do campo compreendem, muito melhor por vezes que as da cidade, os conceitos de equilíbrio natural que lhes propomos — e compreendem-no porque se sentem ainda integrados neles.»

tuários dos grandes rios, os charcos e zonas temporariamente inundáveis, são áreas preciosas do ponto de vista de riqueza biológica.

A gestão racional da água, que é um dos recursos naturais mais importantes para a sobrevivência do próprio Homem, inclui a salvaguarda da integridade dos sistemas de zonas húmidas, umas reguladoras de cheias, outras com papel importantíssimo como depuradores naturais das águas; a partir de dada escala são factores de revitalização biológica e climática dos territórios, pelas espécies animais que delas se utilizam e que vão actuar sobre as zonas secas, pela regularização microclimática exercida pelas toalhas aquáticas, etc.

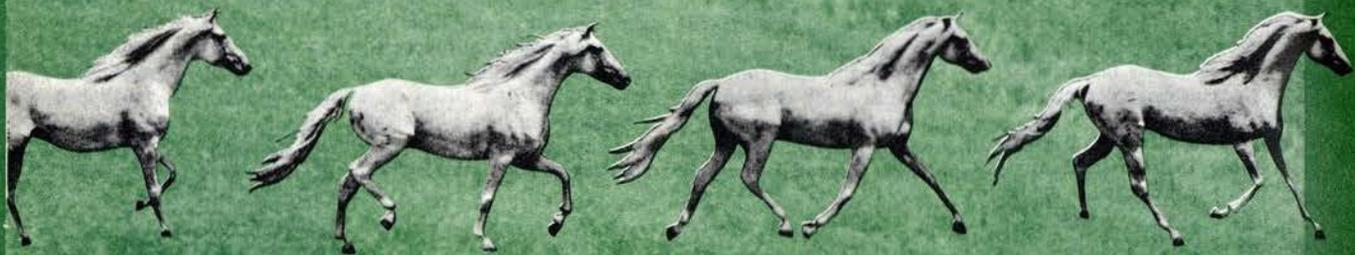
mo sejam os Estuários do Tejo e do Sado, a Ria de Aveiro e a zona da Ria Formosa, no Algarve.

Um País com uma tal riqueza devia ter tido um comportamento diferente daquele que tem tido, em relação à sua conservação; o estuário do Tejo vem-se degradando aceleradamente, e o do Sado acompanha-o a grandes passos, pela inadequada instalação das indústrias que lançam, sobranceiramente e com todo o desprezo, os seus efluentes poluídos nas águas dos rios.

A ria de Aveiro vai-se destruindo a olhos vistos, não só pelos esgotos como pelos aterros que constantemente diminuem a superfície molhada.

À Ria Formosa tentamos agora pôr a mão, com a criação da Reserva Natural. Mas





Este Suplemento sobre os Parques e Reservas Naturais do nosso País teve a colaboração do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico. Queremos agradecer todo o apoio técnico e documental que nos foi prestado pelos arquitectos Fernando Pessoa e Nuno Lecoq, respectivamente director e técnico daquele departamento oficial.

P



VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE CABO VERDE



*Aristides Pereira
e Ramalho Eanes
em Lisboa:
um contributo
decisivo para a
dinamização
das relações
entre os povos
de Cabo Verde
e de Portugal.*



O presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, efectuou, durante quatro dias, uma visita oficial ao nosso País, a convite do general Ramalho Eanes. Durante a sua estada na capital portuguesa, o estadista cabo-verdiano teve conversações com o Presidente português e com o Primeiro-ministro, prof. Mota Pinto, com os quais analisou, designadamente, o desenvolvimento da cooperação entre os dois países. A culminar esta visita de Aristides Pereira — realizada num momento em que as relações existentes entre Portugal e Cabo Verde se podem considerar excelentes e exemplares —, foram assinados diversos protocolos e acordos de cooperação bilateral, anteriormente preparados em reuniões realizadas em Lisboa, nas quais participaram delegações chefiadas, respectivamente, pelo secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, Paulo Ennes, e pelo ministro cabo-verdiano da Educação e Cultura, Carlos Reis.



Os dois chefes de Estado, acompanhados pelas respectivas esposas, no Palácio da Ajuda, em Lisboa.

«Cabo Verde viu a sua formação social e histórica gerada pela grande aventura humana que foi a expansão marítima portuguesa», afirmou o presidente Aristides Pereira, numa mensagem dirigida ao povo português, gravada pela RTP e transmitida na véspera da chegada ao nosso País do chefe de Estado de Cabo Verde.

«Se hoje existe a vontade mútua de modelar essas relações em bases sãs, de respeito pela identidade específica de cada um desses povos, respeito pela sua soberania e interesses nacionais, essa vontade só é passível de realização prática porque a história apoia aqueles que em Cabo Verde e em Portugal se esforçaram porque assim seja», declararia Aristides Pereira noutro passo da referida mensagem. Mais adiante, o presidente cabo-verdiano considerou que a sua visita a Portugal era efectuada «em representação de uma geração de construtores do futuro que hoje, em condições singulares, tenta abrir caminhos novos a um país que os pessimistas e os derrotistas, que cada vez mais rareiam, não hesitaram em considerar condenado».

Nesta alocução, Aristides Pereira, referiu-se ainda à presença da numerosa comunidade de cabo-verdianos em Portugal, considerando que o convívio dos portugueses com os seus compatriotas constitui mais uma razão de ser das relações que os dois países «têm vindo a construir sem cessar desde o 5 de Julho de 1975», data da independência da República de Cabo Verde.

«Manter uma atitude responsável»

Do programa do primeiro dia da visita do presidente Aristides Pereira — que nesta sua deslocação era acompanhado por sua esposa e por uma comitiva que integra os ministros dos Negócios Estrangeiros, da Coordenação Económica, da Educação e Cultura, e da Saúde e Assuntos Sociais, bem como o director-geral da Informação de Cabo Verde —, constaram um encontro com o general Ramalho Eanes, que decorreu no Palácio da Ajuda, e uma sessão solene de homenagem na Assembleia da República, onde o estadista cabo-verdiano discursou perante os deputados reunidos em plenário. Nesse discurso, em que se referiu circunstanciadamente ao desenvolvimento dos laços de amizade que se estabeleceram entre o nosso País e Cabo Verde, desde que esta antiga colónia portuguesa ascendeu à independência, Aristides Pereira diria, nomeadamente:

«Temos apreciado na justa medida o espírito de responsabilidade que o Estado português tem revelado no tratamento das relações com o nosso Estado. Frente a essa atitude garantimos que haverá sempre, da parte do Estado e do Governo de Cabo Verde, a vontade política de igualmente manter uma atitude responsável na dinamização das relações de amizade e cooperação com Portugal».

No segundo dia da sua estada em Lisboa, o Presidente da República de Cabo Verde esteve no Instituto Hidrográfico, Instituto Superior de Agronomia e Labo-



Assembleia da República: um aspecto da sessão solene de homenagem a Aristides Pereira.

ratório Nacional de Engenharia Civil, tendo ainda recebido no Palácio de Queluz — onde ficou instalado com sua comitiva — o Primeiro-ministro, Mota Pinto. Após uma sessão de conversações com o Presidente Ramalho Eanes — nas quais foram analisadas as relações bilaterais e a conjuntura política internacional —, Aristides Pereira e sua mulher foram obsequiados pelo Chefe de Estado português com um banquete realizado, à noite, no Palácio da Ajuda.

«Pensar na mesma língua»

Ao discursar nesse banquete, o Presidente Ramalho Eanes afirmou, a determinado passo, que «quando nos é dado pensar na mesma língua, estão já ultrapassados os obstáculos mais difíceis ao entendimento entre os homens». «E poder pensar na mesma língua», acrescentou, «constitui um facto do maior alcance político: a própria língua tornou-se um património comum — não é possível encará-la como bem exclusivo do País onde mais longinquamente se radica».

Mais adiante, o Presidente português considerou que não seria justo deixar de referir os milhares de trabalhadores cabo-verdianos que participam, juntamente com os portugueses, no esforço de recuperação

da economia do nosso País e perante os quais contraímos uma dívida de solidariedade.

Em resposta, o presidente Aristides Pereira destacou o espírito que caracterizou a sua visita a Portugal, a qual, segundo disse, decorreu «sob o signo da amizade e da solidariedade, dos múltiplos laços históricos e culturais que ligam os nossos povos».

O programa oficial do terceiro dia da visita do presidente cabo-verdiano incluiu uma deslocação às instalações da Escola de Pesca, em Pedrouços, e a cerimónia de apresentação de cumprimentos por parte do corpo diplomático acreditado na capital portuguesa.

Depois de um almoço oferecido pelo prof. Mota Pinto, no Palácio de Sintra,

Aristides Pereira esteve, acompanhado pela sua comitiva, na Docapesca e na antiga Junta de Investigação Científica do Ultramar — onde foi recebido pelo ministro da Educação, Valente de Oliveira —, participando, mais tarde, num jantar promovido em sua homenagem pelas associações cabo-verdianas e guineenses e pelas Associações de Amizade Portugal-Cabo Verde e Portugal-Guiné-Bissau.

Novos acordos de cooperação

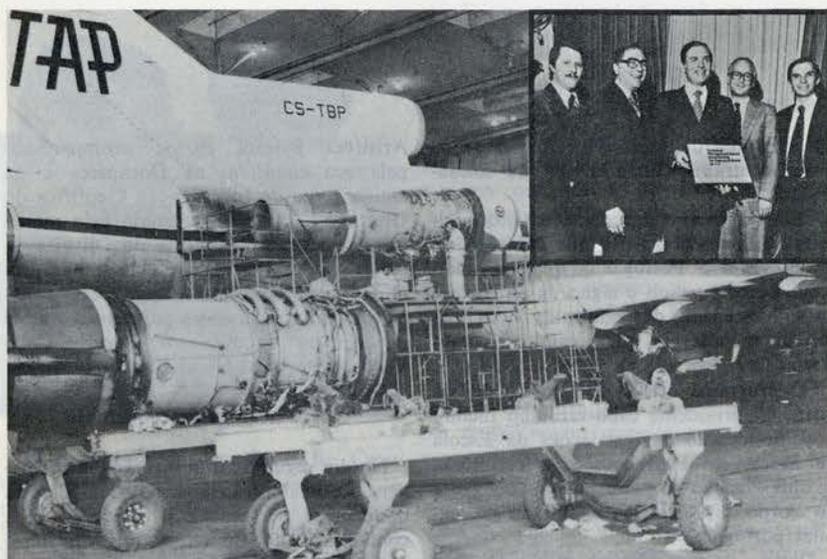
No dia seguinte, o último da sua permanência oficial em Lisboa, Aristides Pereira desloca-se à Lisnave e concedeu uma conferência de imprensa, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, recebendo, a seguir, na Embaixada do seu país, uma delegação de trabalhadores cabo-verdianos residentes em Portugal. À noite, o chefe de Estado de Cabo Verde ofereceu um jantar, no Palácio de Queluz, em honra do Presidente Eanes e de sua esposa.

Na citada conferência de imprensa, o presidente Aristides Pereira anunciou que convidara o general Ramalho Eanes a visitar Cabo Verde em data a acordar, convite que foi aceite pelo chefe de Estado português.

Ainda no âmbito da visita oficial de Aristides Pereira ao nosso País, os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Freitas Cruz, e de Cabo Verde, Abílio Duarte, procederam à assinatura de dois novos acordos de cooperação bilateral e quatro protocolos adicionais. Os novos acordos referem-se, respectivamente à cooperação técnica e de intercâmbio no domínio da comunicação social, e à permanência de nacionais de cada uma das partes ao serviço da função pública da outra parte. Os protocolos adicionais respeitam ao acordo de cooperação científica e técnica, ao acordo cultural, ao acesso de nacionais de Cabo Verde aos centros de formação profissional portugueses e, finalmente, ao regime de bonificação de taxas de determinados fretes marítimos.■



Quatro imagens da visita oficial de Aristides Pereira ao nosso País: em cima, o presidente cabo-verdiano troca lembranças com o general Eanes e discursa no banquete realizado no Palácio da Ajuda; em baixo, Aristides Pereira contacta trabalhadores cabo-verdianos no estaleiro da Lisnave; à direita, o momento da despedida, antes da entrada no avião.



Vista geral do hangar onde funcionam os serviços de manutenção da TAP; no canto superior direito, o eng. Monteiro da Silva, acompanhado por outros responsáveis da TAP, ao receber, em Nova Iorque, o prémio atribuído pela revista «Air Transport World».

PRÊMIO INTERNACIONAL PARA A TAP

O presidente do conselho de gerência da TAP, eng. Monteiro da Silva, recebeu em Nova Iorque o prémio com que a revista americana «Air Transport World» distinguiu os serviços técnicos e de manutenção da transportadora aérea nacional, que considerou como os melhores do mundo.

O galardão, anualmente atribuído pela «Air Transport World» — uma das mais prestigiadas revistas da especialidade —, foi entregue em cerimónia que decorreu num hotel nova-iorquino e à qual estiveram presentes, além do presidente da TAP, diversos técnicos responsáveis da empresa.

A manutenção de aviões envolve uma série de operações que pode ir desde a simples substituição de uma poltrona, à remoção de todo o interior de um aparelho e revisão de todo o complexo equipamento eléctrico e mecânico.

O prémio agora atribuído à TAP, distinguindo internacionalmente os trabalhos de manutenção e engenharia que efectuou durante o ano transacto, poderá vir a possibilitar à transportadora aérea nacional o estabelecimento de contratos para a manutenção de aviões das companhias americanas.

Actualmente, a TAP presta este tipo de serviço a catorze companhias estrangeiras, entre elas a TAAG, de Angola, a SAN, do Equador e a transportadora aérea da República Dominicana. O sector de manutenção, dirigido pelo eng. Manuel Norton — que

também se deslocou a Nova Iorque —, emprega actualmente 2300 funcionários, tendo criado 300 novos postos de trabalho em 1978. Os serviços executados por este sector renderam à TAP cerca de 150 mil contos, no ano passado, estando previsto um aumento de receitas da ordem dos 100 mil contos para 1979.

Na opinião do eng. Manuel Norton, a revista «Air Transport World» terá decidido atribuir o referido galardão à TAP baseando-se em três ordens de factores, que enunciou: «A primeira é a qualidade e a extensão das nossas instalações; a segunda é, naturalmente, o nível técnico do nosso trabalho; e, finalmente, a expansão dos serviços de manutenção para operadores estrangeiros, que nos últimos tempos tem sofrido forte incremento».

Referindo-se aos projectos da companhia, neste sector, para um futuro próximo, Manuel Norton revelou ao matutino «Diário de Notícias» que, em 1980, a TAP começará a realizar revisões gerais nos aviões «Boeing-747/Jumbo», estando também em curso um projecto de ampliação da capacidade de revisão de reactores, a qual «poderá ser duplicada até 1984». Por outro lado, segundo acrescentou ainda o mesmo técnico, estão a ser estudadas as possibilidades de alargar os trabalhos de manutenção a aviões não utilizados pela empresa, embora da linha «Boeing», para os quais o mercado exterior é bastante atraente. ■

As restrições da TAP no Canadá

Resultaram infrutíferas as diligências desenvolvidas por uma delegação do Governo português que se deslocou ao Canadá para tentar negociar com as autoridades locais a anulação das restrições impostas à actividade da TAP naquele país.

A delegação portuguesa pretendia obter, junto do Governo canadiano, autorização para a TAP poder operar em Toronto, dado que este aeroporto serve a área onde reside o maior número de emigrantes portugueses, mas as autoridades daquele país mantiveram uma posição intransigente sobre este assunto.

Actualmente, a TAP apenas é autorizada a operar entre Montreal e Portugal e a realizar seis voos «charters» anuais, a partir de Toronto.

Segundo um comunicado divulgado pela transportadora aérea nacional, «esta situação discriminatória não favorece a livre escolha do nosso emigrante, prejudicando a TAP e a economia nacional visto que, ao ficar limitada nas suas possibilidades de concorrência, vê com sérias apreensões a continuação da sua própria operação naquele mercado, com todos os inconvenientes que daí podem advir para o País e para os interesses dos importantes núcleos de portugueses que trabalham no Canadá».

Alterações nas linhas para a Europa

A partir do próximo dia 1 de Abril, os Transportes Aéreos Portugueses procederão a algumas alterações nas suas linhas para a Europa.

Tais alterações têm o objectivo de cobrir um maior número de cidades e possibilitar uma melhor assistência aos núcleos de emigrantes portugueses, segundo declarou à ANOP um informador da TAP.

Assim, os voos para a Holanda passarão a fazer o percurso directo Lisboa-Amsterdão-Lisboa, todas as terças e quintas-feiras; os voos Faro-Lisboa-Amsterdão e volta passarão a ser feitos às sextas-feiras; a linha Funchal-Lisboa-Amsterdão-Lisboa e volta passará a ser efectuada aos sábados.

A linha de Copenhaga passará a operar com escala no Luxemburgo uma vez por semana (às sextas-feiras) e duas vezes por semana (às terças e quintas-feiras) fará escala em Dusseldórfia, passando, pois, a servir estas cidades.

Entretanto, a TAP vai manter o voo Lisboa-Luxemburgo e volta nos meses de Julho a Outubro.

PORTUGAL E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA ESTABELECEM RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Portugal e a República Popular da China decidiram estabelecer relações diplomáticas, devendo a troca de embaixadores efectuar-se em data próxima. Um comunicado conjunto dos Governos de Lisboa e Pequim, divulgado simultaneamente nas duas capitais, anunciou a decisão, a qual vem culminar uma longa série de contactos bilaterais realizados após o nosso País ter reconhecido oficialmente a República Popular da China, em Janeiro de 1975. A Assembleia da República, reunida em sessão plenária, aprovou, por unanimidade, um voto de congratulação ao ter conhecimento do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

Em Lisboa, a resolução foi anunciada pelo Primeiro-ministro, prof. Mota Pinto, na presença do titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, embaixador Freitas Cruz, tendo sido convocados, para o efeito, os representantes da imprensa.

No texto do referido comunicado conjunto, o Governo da República Popular da China e o Governo da República Portuguesa declaram que «manterão as suas relações diplomáticas conformemente aos princípios de respeito mútuo da soberania e da integridade territorial, de não ingerência mútua nos assuntos internos, de igualdade e de vantagens recíprocas».



Dois acontecimentos particularmente importantes na longa série de contactos bilaterais que antecederam o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a China Popular: à esquerda, o então ministro português dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, cumprimenta o seu homólogo chinês, Chian Kuan Hua, num encontro realizado, em Outubro de 1976, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque; à direita, dirigentes do Sporting rodeiam um dos jogadores da selecção chinesa de futebol, no Estádio de Pequim, durante a digressão que os futebolistas daquele clube português efectuaram na República Popular da China, em meados do ano passado.

«O Governo da República Portuguesa — prossegue o comunicado — reconhece o Governo da República Popular da China como único Governo legal da China, e Taiwan como parte integrante da República Popular da China. O Governo da República Portuguesa declara que cortou relações diplomáticas com Taiwan desde Janeiro de 1975.

Os Governos chinês e português concordam em prestar um ao outro, na base da igualdade e das vantagens recíprocas, e em conformidade com o uso internacional, toda a assistência necessária ao estabelecimento das missões diplomáticas, bem como ao exercício das funções destas nas capitais respectivas».

Manutenção do estatuto de Macau

«O estatuto de Macau mantém-se inalterado», esclareceu o prof. Mota Pinto, após a leitura de um breve comentário ao comunicado conjunto, no qual afirmava, nomeadamente:

«O estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Portuguesa e a República Popular da China é a tradução, no plano das relações formais entre os dois Estados, do conhecimento, do apreço

e da integração multi-secular dos dois povos, derivados da nossa peregrinação pelo Oriente, de que Macau permanece como facto eloquente.

É igualmente a expressão de uma profunda convergência de interesses, convergência que ultrapassa o âmbito bilateral para se projectar no vasto campo da comunidade internacional.

A República Popular da China, pelo número e labor da sua população, pela extensão do seu território, é um grande país, um grande país que vem seguindo com clarividência uma conduta harmónica com o respeito pelas nações que, como a nossa, prezam a sua independência e identidade. Isto, só por si, impelia-nos à aproximação, pois a defesa da independência e da identidade nacionais é regra intangível na acção do Governo a que presido».

O texto original do referido comunicado conjunto havia sido anteriormente assinado em Paris, pelos representantes diplomáticos de Portugal e da China na capital francesa.

A cerimónia decorreu na Embaixada do nosso País, tendo assinado, pela parte portuguesa, o embaixador Coimbra Martins e, pela parte chinesa, o embaixador Han Kehua.

PORTUGAL E ANGOLA ASSINARAM ACORDO COMERCIAL



Dr. Repolho Correia, ministro do Comércio e Turismo.

«Posso dizer missão cumprida, gostosamente cumprida», declarou o ministro do Comércio e Turismo, Repolho Correia, ao regressar de Luanda, onde assinou, em nome do Governo português, um acordo comercial de cooperação económica com a República Popular de Angola, «sem contrapartidas políticas e sem mais concessões do que aquelas que habitualmente são feitas em convenções deste tipo», segundo acentuou.

Falando aos jornalistas que o aguardavam, no aeroporto de Lisboa, o ministro Repolho Correia informou que durante as conversações realizadas na capital angolana entre a delegação portuguesa que chefiou e o presidente Agostinho Neto, foram abordados «problemas de interesse para os dois países» e, como demonstração do empenhamento das autoridades de Angola quanto a este assunto, citou o facto de terem sido cedidas as instalações presidenciais para a assinatura do referido acordo.

«Estão criadas as condições técnicas para o desenvolvimento

das relações comerciais entre os dois países», disse ainda o ministro do Comércio que salientaria, a propósito, o papel decisivo que cabe aos empresários portugueses para um efectivo incremento das exportações destinadas a Angola.

Paralelamente ao acordo comercial — segundo o qual as duas partes concedem uma à outra o estatuto de nação mais favorecida —, foi igualmente assinado um protocolo que, entre outras iniciativas, prevê o próximo estabelecimento, em Luanda, de uma delegação do Fundo de Fomento de Exportação, e a abertura de uma delegação comercial angolana em Lisboa.

O novo convénio luso-angolano tem em anexo duas listas de mercadorias que ambos os países estão interessados em transaccionar. Recordar-se que a República Popular de Angola figura no grupo dos dez maiores clientes de Portugal, tendo-se registado ultimamente um saldo favorável ao nosso País. Nos primeiros seis meses do ano passado, por exemplo, Portugal obteve um saldo positivo da ordem de um milhão de contos nas trocas comerciais com Angola. Em 1977, havia-se já registado um «superavit» de um milhão e 500 mil contos; nesse ano, as exportações portuguesas para território angolano atingiram 2,4 milhões de contos, englobando, principalmente, tecidos de algodão, fibras textéis, medicamentos e calçado de couro. No mesmo período, as exportações angolanas para Portugal incluíram, designadamente, diamantes, café e algodão em rama.

No comunicado conjunto distribuído em Luanda, após a assinatura do acordo, referia-se o «ambiente amigável de mútua compreensão» que caracterizou as conversações realizadas entre as delegações dos dois países e a «franqueza, cordialidade e amizade» de que se revestiram as audiências concedidas pelo presidente Agostinho Neto ao ministro português do Comércio e Turismo. ■

DEPUTADOS PORTUGUESES VISITARAM MARROCOS

O presidente da Câmara de Representantes (Parlamento) de Marrocos deverá deslocar-se a Portugal em data a anunciar oportunamente, na sequência do convite que lhe foi feito por uma delegação de parlamentares portugueses que durante cinco dias visitou aquele país norte-africano.

A referida delegação foi chefiada por Martins Canaverde, um dos vice-presidentes da Assembleia da República, e integrava deputados dos quatro principais partidos com representação parlamentar.

Durante a sua estada em Rabat, os deputados portugueses foram recebidos pelo ministro marroquino dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Mohamed Boucetta — que recentemente visitou o nosso País, conforme noticiámos em número anterior —, e tiveram sessões de trabalho com diversas comissões e grupos parlamentares na Câmara de Representantes, tendo ficado acordado que se realizarão reuniões periódicas entre as comissões parlamentares dos Negócios Estrangeiros dos dois países. Ainda neste âmbito, deputados marroquinos propuseram à delegação portuguesa a criação de uma comissão parlamentar mista para o desenvolvimento das relações de cooperação entre Portugal e Marrocos.

Antes do seu regresso a Lisboa, os deputados portugueses estiveram ainda em Marraquexe e Casablanca.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM PORTUGAL

No decurso do ano transacto, os investimentos directos estrangeiros em Portugal, autori-

zados pelo Instituto do Investimento Estrangeiro, totalizaram um milhão e 857 mil contos, segundo revelou à imprensa o presidente do IIE, Alexandre Vaz Pinto.

O total de investimentos estrangeiros autorizado pelo IIE durante o primeiro trimestre de 1978 foi de 230,4 mil contos, aumentando sucessivamente para 378,3 mil no segundo trimestre, 523,3 mil no terceiro e 725 mil no quarto. De assinalar que o referido montante global de investimentos se relaciona com 130 projectos diferentes.

Ainda de acordo com os dados fornecidos pelo Instituto do Investimento Estrangeiro, os países que no ano passado maior volume de capitais investiram em Portugal foram a França (23 por cento), a Suíça (22,1 por cento) e os Estados Unidos (14,9 por cento).

Quanto aos sectores de actividade que tais investimentos contemplaram, figuram em primeiro lugar as indústrias químicas, com 27,5 por cento, seguidas das indústrias metalúrgicas de base, com 24,9 por cento, e dos restaurantes e hotéis, com 10,7 por cento. A percentagem restante de investimentos foi aplicada em diversas actividades em sectores da indústria, dos serviços e do comércio.

Em declarações ao jornal «A Capital», o dr. Vaz Pinto afirmou que, caso venham a concretizar-se alguns dos projectos que estão em estudo no IIE, o volume dos investimentos estrangeiros em Portugal poderá, no corrente ano, registar um aumento substancial, relativamente a 1978. Instado a revelar a natureza dos empreendimentos previstos para 1979, no âmbito do Instituto a que preside, Alexandre Vaz Pinto referiu-se, designadamente, às negociações que estão a decorrer com vista à instalação de um grande complexo turístico nos Açores e à instalação de uma unidade de transformação de petróleo no continente.

PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA FEIRA DO VIDRO E CERÂMICA DE ATLANTIC CITY

A participação de Portugal na Grande Feira do Vidro e Cerâmica, em Atlantic City (EUA), foi a maior de sempre, no que respeita à presença de empresas exportadoras nacionais. De registar que a participação do nosso País naquele certame internacional tem vindo a ser incrementada nos últimos seis anos, correspondendo ao progressivo aumento verificado nas vendas para o mercado americano, para onde as empresas nacionais do sector exportaram, em 1978, produtos no valor de 5,3 milhões de dólares, contra os 2,4 milhões registados em 1972. Deverá assinalar-se, ainda, o inegável sucesso obtido pelos produtos portugueses expostos no certame e que se traduziu na venda integral dos «stocks» da maioria das empresas nacionais ali representadas.

A Grande Feira do Vidro e Cerâmica, em Atlantic City, conta, em média, com dois milhares de «stands» de expositores e tem uma afluência aproximada de 30 mil profissionais do sector, nomeadamente comerciantes e importadores.

Este ano, a participação de Portugal incluiu dois tipos de expositores. O primeiro grupo, constituído por 13 empresas exportadoras, esteve representado no pavilhão português que o Fundo de Fomento de Exportação (FFE) organiza anualmente naquele certame norte-americano. O segundo grupo era formado por empresas que, tendo já ultrapassado aquela primeira fase de participação, se fizeram representar em «stands» individuais, conjuntamente com os seus agentes, importadores e principais clientes. Foram cinco as empresas nacionais deste último grupo,

as quais estiveram representadas em oito pavilhões diferentes.

Por outro lado, e no que se refere às perspectivas de captação de mercados externos, neste sector, por parte dos principais exportadores do nosso País, constituiu indício positivo o facto de um número significativo das empresas nacionais representadas naquela feira ter esgotado a sua capacidade de produção para o estrangeiro. Este pormenor atesta, por si só, a boa reputação e imagem que a indústria nacional está a conquistar num mercado tão competitivo como é o dos Estados Unidos.

COOPERAÇÃO NAVAL ENTRE PORTUGAL E A UNIÃO SOVIÉTICA

Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo entregaram já à empresa «Sudoimport», da União Soviética, o primeiro de uma série de quatro navios de carga encomendados por aquele país. A cerimónia realizou-se em Setúbal, nos estaleiros da Setenave, e contou com a presença do embaixador da URSS em Lisboa, Arnold Kalinin, e dos membros do conselho de gerência dos Estaleiros de Viana, além de outras individualidades, tendo o acto sido apontado como um exemplo da cooperação existente entre os dois países no sector da construção naval.

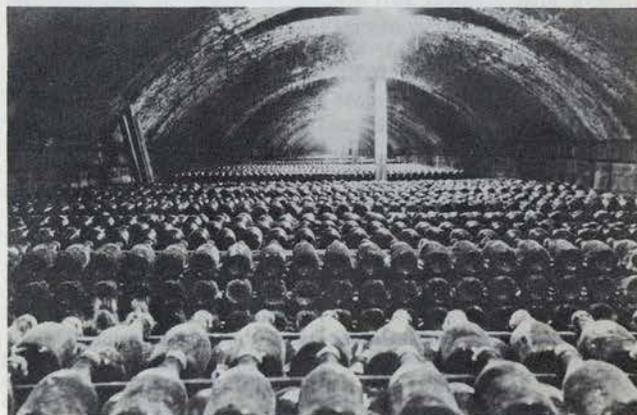
O «Leninskij Konsomol» — nome do navio agora entregue — está preparado para navegar a baixas temperaturas e foi construído no prazo de 88 semanas, tendo depois viajado, já pelos seus próprios meios, de Viana do Castelo para os estaleiros de Setúbal, onde foram concluídas todas as provas de navegação. A maquinaria é de fabrico português e soviético, os motores são provenientes da República Democrática Alemã e os instrumentos espe-

cializados são originários de diversos países.

O preço de cada uma destas unidades encomendadas pela União Soviética aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo é superior a cinco milhões de dólares (cerca de 253 mil contos), devendo o segundo navio desta série ser entregue em data próxima.

EXPORTAÇÃO DE VINHO DO PORTO

A exportação de vinho do Porto atingiu, em 1978, um total de 521.053 hectolitros, o que representa um aumento de 7,2 por cento em relação a 1977, ano em que foram exportados 485.948 hectolitros. Em divisas, o vinho do Porto exportado em 1978 fez entrar no País o equivalente a 3,75 milhões de contos, contra 2,54 milhões no ano anterior, verificando-se, portanto, um acréscimo de cerca de 48 por cento.



Este aumento de entrada de divisas está directamente relacionado com o facto de, no ano passado, a exportação de vinho engarrafado ter aumentado e a de vinho a granel ter diminuído. Assim, em 1977, 63,5 por cento de vinho do Porto exportado foi vinho a granel e 36,5 por cento engarrafado, enquanto em 1978 essas percentagens foram, respectivamente, de 55,1 e 44,9.

Dado que o preço do vinho engarrafado é consideravelmente superior ao do vinho a granel, a exportação do primeiro traduziu-se, em 1978, numa maior entrada de divisas (2,12 milhões de contos) que a do segundo (1,63 milhões de contos), apesar da quantidade exportada ter sido menor.

Em relação aos nossos principais clientes, verificou-se em 1978 um escalonamento semelhante ao do ano anterior, aparecendo a França em primeiro lugar, com uma importação da ordem dos 205.711 hectolitros, ou seja, 39,4 por cento do total das exportações de vinho do Porto (39,6 por cento em 1977).

O Reino Unido, em segundo lugar, importou 90.744 hectolitros (17,4 por cento do total, contra 17 por cento em 1977). A seguir, situou-se a Bélgica/Luxemburgo, com uma importação de 51.708 hectolitros e 9,2 por cento do total (8,8 por cento em 1977).

Por grupos de países, a CEE absorveu em 1978 a quase totalidade da nossa exportação de

vinho do Porto: 90,3 por cento do total (90,8 por cento em 1977), o correspondente a 470.483 hectolitros. Os países do Comecon representaram 3,3 por cento daquela exportação (2,9 em 1977), com a aquisição de 17.331 hectolitros. Em terceiro lugar ficaram os países membros da EFTA, com uma importação de 14.543 hectolitros e 2,8 por cento do total (contra 3,5 por cento em 1977).

PORTUGAL REPRESENTADO NA COMISSÃO DOS DIREITOS DO HOMEM DA ONU



O dr. Angelo de Almeida Ribeiro foi oficialmente designado para presidir à delegação permanente que representará Portugal na Comissão dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas (ONU), lugar para o qual o nosso País foi eleito em 1978 — conforme oportunamente noticiámos — e que ocupará no triénio 1979-81.

Actual presidente da secção portuguesa da Comissão Internacional de Juristas, o dr. Angelo de Almeida Ribeiro dirigiu anteriormente a Liga Portuguesa dos Direitos do Homem e exerceu as funções de bastonário da Ordem dos Advogados.

SEMANA DA CULTURA PORTUGUESA EM VIGO

Decorreu na cidade espanhola de Vigo uma Semana da Cultura Portuguesa, organizada pelo Círculo Orensiano-Viguês e que contou com a colaboração da Associação Portuguesa de Escritores e do Instituto Português de Cinema.

Do programa desta iniciativa fizeram parte um recital de piano executado por Jorge Peixinho, e uma série de colóquios orientados, respectivamente por Manuel Ferreira (situação sócio-cultural dos países africanos de expressão portuguesa), Luís Rocha (cinema português), Rui Grácio (ensino), Flávio Martins (temas agrícolas) e Fernando Pernes (pintura moderna portuguesa). Durante a sessão dedicada ao cinema português foram exibidos os filmes «A Fuga», «Terra de Pão, Terra de Luta» e «As Armas do Povo».

A encerrar esta semana dedicada à divulgação da cultura portuguesa foi apresentado um espectáculo teatral, com a peça «O Dia Seguinte», de Luís Francisco Rebelo, pelo grupo cénico «Gota de Mel», da Póvoa de Varzim.

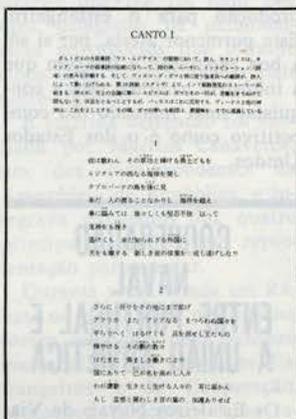
Todas estas manifestações culturais se realizaram no salão da «Caja de Ahorros», de Vigo, onde esteve também patente uma exposição de trabalhos de vários fotógrafos portugueses, organizada pela Associação Fotográfica Portuense.

FERNANDO PESSOA EDITADO NA URSS

A principal editora soviética acaba de publicar, em Moscovo, uma antologia de poemas de Fernando Pessoa, segundo informou a ANOP. Esta tradução, realizada por vários poetas soviéticos, inclui também um prefácio do professor Jacinto do Prado Coelho. Saliente-se que, com esta edição, é a terceira vez que o poeta português aparece em edição russa, tendo figurado já na antologia «Poesia Portuguesa do Século XX», editada na cidade de Moscovo em 1974, assim como numa outra dedicada à «Poesia da Europa Ocidental do Século XX», onde havia alguns poemas do autor da «Ode Marítima» e dos seus heterónimos, Ricardo Reis, Alberto Caeiro e Álvaro de Campos.

«OS LUSIADAS» PUBLICADOS NO JAPÃO

Acaba de sair a primeira edição numa língua asiática de «Os Lusíadas». Este importante acontecimento cultural foi anunciado no Japão e mobilizou três professores nipónicos durante mais de 12 anos.



«Os Lusíadas» foram publicados por uma das maiores casas editoras japonesas, a «Awanami». Segundo os três especialistas que trabalharam na sua tradução (os professores Kobayashi, Ikegami e Okamura), esta destinou-se a preencher uma lacuna existente na Faculdade de Línguas Estrangeiras de Tóquio, dado que esta instituição desejava possuir uma das importantes obras da literatura europeia.

Entretanto, após ter concluído a sua participação na tradução daquela obra de Camões, a professora Okamura, que ensina português há mais de treze anos no Japão, está prestes a concluir a tradução da «Peregrinação», de Fernão Mendes Pinto. Esta professora recordou, a propósito, que a ideia lhe surgiu a partir da leitura de um trabalho do historiador português António José Saraiva, no qual este compara «Os Lusíadas» a D. Quixote e a «Peregrinação» a Sancho Pança, figuras carismáticas do conhecido romance do escritor espanhol

Cervantes. Ainda no domínio das mais recentes publicações japonesas relacionadas de alguma forma com Portugal e os portugueses, é de referir o facto de algumas casas editoras, entre as mais prestigiadas, terem iniciado a publicação de uma colecção de oito volumes relacionados com a introdução da cultura ocidental no Japão, através de portugueses.

INTERCAMBIO DE PROGRAMAS DE TV

Portugal e a União Soviética vão iniciar um intercâmbio de programas de televisão, nos termos de um acordo de cooperação recentemente assinado em Moscovo pelo presidente do conselho de administração da Radiotelevisão Portuguesa, João Soares Louro, e pelo presidente do Comité de Estado para a Televisão Soviética, Serguei Lapine.

Este acordo, o primeiro do género a ser assinado pelos dois países, prevê o intercâmbio de programas de actualidades, documentários e filmes didácticos, musicais e infantis. O documento estabelece ainda a possibilidade mútua de envio de profissionais para estudarem experiências de trabalho, prepararem, examinarem e seleccionarem programas, executarem filmes de TV e fazerem reportagens de competições desportivas internacionais.

Durante a sua estada na URSS, João Soares Louro, acompanhado por uma delegação da RTP, visitou, em Moscovo e Leninegrado, diversas instalações e serviços da TV soviética, contactando com os respectivos dirigentes.

Foi, entretanto, anunciado que a Radiotelevisão Portuguesa aceitou um convite para participar no festival «Radouga» (Arcos-Iris), organizado anualmente pela TV soviética e no qual numerosos países apresentam programas próprios dedicados ao florescer e costumes populares.

AFRICA DO SUL

NOVA SEDE PARA O «DESPORTIVO DE REGENTS PARK»

Fundado há oito anos, o «Grupo Desportivo de Regents Park» (região do Transval), depois de atravessar uma crise interna, vê surgir na sua vida associativa para o ano de 1979 uma nova fase, consubstanciada na inauguração da sua nova sede, fruto do associativismo dos seus membros.

A nova sede, situada na «Edward Street», em Joanesburgo, irá desempenhar papel importante no desenvolvimento das actividades desportivas do Grupo. Recordamos, a propósito, que o «GDRP» foi campeão do Transval em hóquei em patins, facto que atesta bem das suas capacidades em algumas modalidades desportivas.

AUSTRÁLIA

SERVIÇO DE EMIGRANTES EM GEELONG

Foi recentemente inaugurado em Geelong, pelo ministro australiano da imigração, um novo departamento regional do «Commonwealth», no n.º 61 da Brougham Street.

O departamento tem como objectivo o estudo e solução de todos os problemas relacionados com a imigração, entradas no país de familiares de imigrantes, naturalização, autorização de reentrada para aqueles que se deslocaram ao estrangeiro e visas de saída. O novo departamento inclui também um serviço permanente de assistência social e beneficência. Recordar-se que na origem da criação desta delegação regional do «Commonwealth», esteve o facto de se haver constatado que cerca de 21 por

cento da população de Geelong era originária do estrangeiro; no entanto, tomando em consideração o total da população, incluindo as crianças entretanto nascidas, a percentagem total é superior a 32 por cento.

BRASIL

ETNOGRAFIA AÇOREANA

O Estado de Santa Catarina, o penúltimo do litoral sul do Brasil, vai dispor, a breve trecho, de uma «Casa dos Açores — Museu Etnográfico», actualmente em fase de instalação em São Miguel, localidade próxima de Floreanópolis, capital do Estado.

Recorde-se que o Estado de Santa Catarina foi povoado no século XVIII por emigrantes portugueses, na sua maioria casais naturais do arquipélago dos Açores, os quais levaram para aquela região brasileira usos, utensílios, folclore e, até, alguns aspectos da fisionomia dos Açores, ainda hoje visíveis em alguns pontos do litoral.

O «Museu Etnográfico — Casa dos Açores», instalado num imóvel da referida época, tem intenção de recolher material que torne possível estabelecer as comparações entre elementos da etnografia genuína dos Açores.

Entretanto, no sentido de obter apoio para a iniciativa junto das autoridades do arquipélago, nomeadamente no que se refere à recolha de material, esteve na Ilha Terceira o director dos assuntos culturais do Governo Estadual de Santa Catarina e futuro director da «Casa dos Açores».

EUA

ESTUDANTE PORTUGUESA PREMIADA EM EXPOSIÇÃO DE CERÂMICA

Uma estudante portuguesa, Maria João Saraiva Mendes, actualmente a residir nos Esta-

dos Unidos como bolseira do «American Field Service», ganhou um primeiro prémio de cerâmica numa exposição de artes plásticas realizada em Shelbyville, e na qual participaram os mais reputados artis-

tas plásticos da região. Maria Mendes recebeu aquele prémio por uma obra sua intitulada «Madona», tendo, posteriormente, conquistado um segundo prémio no certame «Chamber of Commerce Art Show».

Portuguese Immigrants

(The Centennial Story of the Portuguese Union of the State of California)



by Carlos Almeida

«Portuguese Immigrants» é o título de um livro recentemente publicado por Carlos Almeida, actual secretário-tesoureiro da «União Portuguesa do Estado da Califórnia». A obra constitui o resultado de dez anos de investigação sobre o estabelecimento dos portugueses, nomeadamente açorianos, no Estado da Califórnia, abordando também por outro lado, a criação e posterior desenvolvimento da UPEC, uma das mais importantes sociedades fraternais portuguesas daquele estado americano. O livro, que é escrito em língua inglesa, tem cerca de 300 páginas e contém várias bibliografias de figuras portuguesas que se salientaram na vida cívica e comercial da Califórnia. Alguns capítulos do livro («Açores: Fonte de Emigração para as Américas»; «Os Caçadores de Baleias»; «A Saga de Andrade»; «O Paraíso Hawaiano»; «A Origem do Movimento Fraternal Português»; «Sonhos que nunca se tornaram realidade» e «Gigantes do seu Tempo») dão-nos, sugestivamente, uma ideia aproximada da importância da obra de Carlos Almeida, natural dos Açores, que assim presta homenagem a uma das mais importantes comunidades portuguesas espalhadas pelas cinco partidas do mundo.

EUA

«CENTROS DE ACOLHIMENTO PARA EMIGRANTES PORTUGUESES»

A criação de Centros de Acolhimento para Emigrantes Portugueses nos Estados Unidos e o intercâmbio regular no domínio do ensino, constituem dois projectos de cooperação luso-americana, cujas bases foram já lançadas pelas autoridades do Estado de Connecticut, nos EUA.

Para expor ambos os projectos às autoridades portuguesas, esteve na cidade do Porto o cônsul honorário de Portugal em Connecticut, dr. Seabra Veiga, que se avistou com o secretário de Estado do Ensino Superior, tendo este membro do Governo manifestado interesse pela iniciativa.

Os Centros de Acolhimento

Neste momento existe já um Centro de Acolhimento em pleno funcionamento e estuda-se a implantação de mais dois, tendo como objectivo atenuar as dificuldades que os emigrantes portugueses encontram para se integrarem na sociedade americana, nomeadamente quando procuram o primeiro emprego. Os Centros, que funcionam com empregados portugueses e são custeados por verbas estaduais e federais americanas, fornecem ainda apoio no que se refere à defesa dos direitos sociais dos emigrantes, assistência médica e preenchimento de impressos e outros documentos. O outro projecto referido prevê o intercâmbio entre a Universidade do Connecticut — que tem entre os seus directores um português — e as universidades de Braga, Coimbra e Porto.

Entrevista ao «Primeiro de Janeiro»

O Estado americano de Connecticut pode representar para



Dr. Seabra Veiga, cônsul honorário de Portugal em Connecticut.

a cidade do Porto, assim como para toda a região norte do País, um autêntico filão a explorar, em regime de cooperação bilateral, sobretudo nos campos do ensino superior, da tecnologia e no sector da agricultura.

Foi sensivelmente nestes termos que o cônsul honorário de Portugal naquele Estado americano, dr. Seabra Veiga, situou, em entrevista concedida ao matutino «Primeiro de Janeiro», os objectivos da sua recente viagem ao Porto, declarando que viera dar a conhecer ao governador civil as bases da proposta de cooperação, a qual conta já com a anuência oficial do governador do Estado de Connecticut, Ella Grasso.

Explicando o interesse do lado americano pela iniciativa, o dr. Seabra Veiga salientou que «a comunidade luso-americana na cidade de Connecticut conta com cerca de 100 mil almas e, para além disso, os emigrantes portugueses e até os seus próprios filhos são ali muito considerados. É apreciada a sua capacidade de adaptação e habilidade natural para a manufactura e, muitos deles,

alcançaram já bons empregos no campo especializado».

O intercâmbio entre Universidades

Entretanto, um dos pontos de arranque para esta iniciativa, pode vir a ser o intercâmbio a fomentar entre as universidades estaduais americanas e as universidades do Porto, Braga e Coimbra. De facto, como acentuou o cônsul honorário na citada entrevista, são muitos os estudantes portugueses que demandam universidades americanas em busca de especialização. O fomento do intercâmbio poderá concretizar-se a curto prazo, dado o interesse existente no campo específico do ensino superior é secundada pelos responsáveis da Universidade de Connecticut. Ainda segundo o dr. Seabra Veiga, os sectores do ensino que, caso este projecto se concretize pelo lado português, virão a ser privilegiados, são os das comunicações, electrónica, indústria de computadores e agricultura industrial. ■

FRANÇA

PROJECCÃO DE FILMES PORTUGUESES EM PARIS

A sala de cinema «Action Republicque» (18, rue du Faubourg du Temple, 75011-PARIS) iniciou uma série de projecções de filmes portugueses, com sessões todos os domingos de manhã, pelas 11 horas. O primeiro filme apresentado nesta série foi «O Pai Tirano», estando também previstos diversos espectáculos portugueses a levar a efeito, provavelmente, na mesma sala.

HOLANDA

EXPOSIÇÃO DE PINTURA «NAIF» DE EMIGRANTE PORTUGUÊS



Francisco Gaia, um emigrante português residente há cerca de 7 anos na Holanda, expôs pela primeira vez numa galeria de Scheveningen, na cidade de Haia, algumas das suas obras, que se poderão classificar como de pintura «naif». O ineditismo do acontecimento é de realçar (apesar de estar convencionalizado ser a Holanda um dos países mais importantes no mundo das artes plásticas), pois não é muito fácil um artista português apresentar trabalhos seus no estrangeiro, sobretudo se nos lembrarmos que Francisco Gaia

é um autodidacta sem o tradicional «currículo» de «belas artes», o que torna o facto ainda mais saliente.

A inauguração da exposição contou com a presença do embaixador de Portugal na Holanda, de representantes diplomáticos de outros países, e, para além de uma cobertura notória na imprensa local, teve a afluência de numeroso público.

INGLATERRA

COMUNIDADE DE JERSEY

Na última edição da revista «Presença», publicação mensal do Centro Católico Português em Londres, um colaborador residente na ilha de Jersey salientava alguns pormenores de suma importância para a história e vida da comunidade portuguesa que ali trabalha. Assim, o senhor José Emanuel F. Castro afirmava que «há mais de 15 anos tem visto o aumento de emigrantes portugueses» acrescentando que «em 1963 havia apenas cerca de 600», na sua maioria trabalhando na indústria hoteleira, principal actividade económica da ilha, e hoje «há mais de 4.500», mil dos quais trabalham na agricultura. Mais à frente, o mesmo colaborador salientava o facto de ser diminuta a vida associativa — a comunidade tem apenas uma equipa de futebol em actividade — apontando como causas próximas para tal lacuna a falta de apoios financeiros e outros factores, entre os quais se poderá realçar a falta de um consulado e de um padre português para administrar a vida religiosa, assim como a ausência de uma escola para os filhos dos trabalhadores portugueses, onde se aprenda a língua-pátria.

Do conjunto de dados fornecidos por José Emanuel F. Castro à revista «Presença», poder-se-á ainda destacar que alguns problemas legais e quotidianos, nomeadamente quanto a intérpretes, junto de hospitais, polícia e tribunais, são realizados fraternalmente por 3 ou 4 portugueses, sempre os mesmos.



O pintor Rogério Silva e o dr. Manuel Luciano da Silva, ambos radicados há vários anos nos EUA, estão a preparar uma série de programas de TV dedicados às principais viagens efectuadas pelos navegadores portugueses na época de Quinhentos. Estes programas irão ser transmitidos em diversos canais de televisão dos Estados americanos da costa leste, área onde reside uma importante comunidade portuguesa. De salientar que os referidos programas incluem numerosa documentação visual que permitirá uma reconstituição fiel e rigorosa dos aspectos mais notáveis da «aventura marítima» quinhentista, a qual constitui, aliás, o tema de uma das obras mais divulgadas de Rogério Silva: uma serigrafia, reproduzida acima, e que foi executada em 1975, intitulando-se «História de um Livro-Pedra de Dighton». Nesta obra — inspirada no livro «Os Pioneiros Portugueses e a Pedra de Dighton», da autoria do dr. Manuel Luciano da Silva —, o pintor Rogério Silva descreve alguns momentos e feitos particularmente significativos na história dos Descobrimientos portugueses. De salientar, ainda, que a famosa «Pedra de Dighton» foi retirada das margens do rio Taunton, encontrando-se, desde 1973, num museu, propositadamente construído para a guardar, no Parque Estadual de Dighton (Massachusetts). A Pedra apresenta vários símbolos índios e inscrições rústicas, atribuídas aos Vikings; entre estas inscrições, um historiador destacou uma data, a de 1511. Mais tarde, foi revelada na pedra a presença de escudos com armas de Portugal o que poderá provar que, nos primeiros anos do século XVI, pelo menos um dos três irmãos Corte-Real — supostamente naufragados — teria conseguido atingir a costa americana e sobrevivido, graças ao auxílio dos índios, pois só assim se poderá justificar a existência das inscrições com os escudos de armas de Portugal naquele bloco rochoso.

SUECIA

CURSOS DE LÍNGUA SUECA NO «LUSITANIA F. C.»

A Associação Portuguesa «Lusitânia Futebol Clube» (Tunnelgatan, 14/11137 — Stockholm) anunciou que vai realizar nas suas instalações um curso de língua sueca para todos os associados que pretendem aprender ou melhorar o seu conhecimento daquela língua.

VENEZUELA

BANDA NOVA DE FERMENTELOS EM DIGRESSÃO

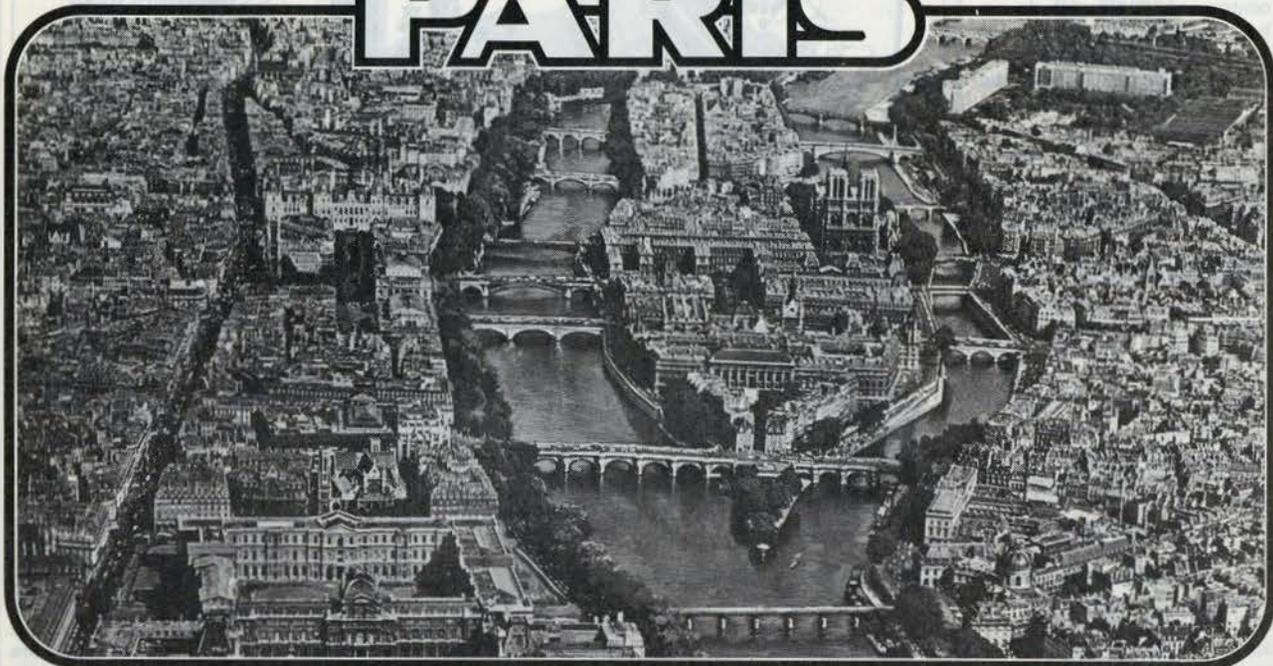
Graças ao bairrismo de Maria Odete Meneses, natural da Bairrada e directora artística do agrupamento, assim como de residentes da comunidade portuguesa na Venezuela, a Banda Nova de Fermentelos levou a

efeito uma digressão de vinte e dois dias através de diversas cidades daquele país, digressão que terminou em pleno êxito. A Banda, cujos elementos são jovens na maioria, actuou nas cidades de Caracas, Machiques, Maracaibo, Tamare, Punto Fijo, Puerto Cabello, Maracay, San Juan de los Morros, Barquisimedo e Valência, executando diversos concertos para os nossos compatriotas ali residentes, tendo sido entusiasticamente aplaudida e justificando a sua posterior apresentação no canal 8 da televisão venezuelana (VTV).

Estamos também aqui para o apoiar nos seus negócios

Há já quatro anos que a Sucursal BPA em Paris vem contribuindo para o desenvolvimento das relações económicas e financeiras entre Portugal e a França
E apoiando, também, os Emigrantes Portugueses que trabalham não só em Paris, como em toda a França

PARIS



Há já muito tempo, também, uma Agência BPA vem servindo os nossos Compatriotas que trabalham ou residem em

VILLIERS-SUR-MARNE

A partir de agora, mais uma Agência BPA em França

CRETEIL

fica ao dispor dos muitos milhares de Emigrantes Portugueses que vivem numa das mais modernas e populosas localidades da Região Parisiense

BPA



BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO



Balcões na Região de Paris

SUCURSAL-5, Rue Auber (à Ópera), 75009-PARIS · Telef. 073.24.65 · Telex 220456
AGÊNCIA DE VILLIERS-55, Av. du Général de Gaulle, 94350-VILLIERS-SUR-MARNE · Telef. 304.37.34
AGÊNCIA DE CRETEIL-53, Rue du Général Leclerc, 94000-CRETEIL · Telef. 899-2176

CONDIÇÕES REGULADORAS DA IMPORTAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS POR EMIGRANTES PORTUGUESES QUE REGRESSEM DEFINITIVAMENTE AO PAÍS

Dando satisfação ao desejo repetidamente manifestado pelos emigrantes portugueses, no sentido de verem reduzidas as importâncias a pagar no acto da importação definitiva dos seus veículos automóveis, o Decreto-Lei n.º 172/77, de 30 de Abril, e outros diplomas legais publicados em Dezembro de 1978, vieram estabelecer importantes alterações ao sistema até agora em vigor, que se traduzem em apreciáveis benefícios. Pelo interesse de que o assunto se reveste, abordamos, seguidamente, os aspectos mais salientes do actual regime, que considera os tempos de posse e de vida do veículo os factores determinantes das facilidades a atribuir.

1.

Impostos sobre que incide a redução

Os impostos sobre que incide a redução concedida aos emigrantes portugueses são os seguintes:

- Direitos aduaneiros;
- Imposto sobre a venda de veículos automóveis;
- Sobretaxa de importação.

2.

Percentagem da redução sobre estes impostos

A redução aplica-se a veículos automóveis pertencentes a emigrantes portugueses, quando estes regressem definitivamente ao País, de conformidade com a tabela seguinte:

Anos de vida do veículo	Percentagens da redução
2.º ano	50
3.º ano	60
4.º e 5.º anos	70
mais de 5 anos	80

Chama-se a atenção para a distinção entre o tempo de posse pelo emigrante e o tempo de vida do veículo. Com efeito, se o automóvel for comprado pelo emigrante em 2.ª mão, por exemplo, já com 4 anos de vida, ao fim de um ano após o ter na sua posse, não contando o tempo de permanência em Portugal, o emigrante poderá importá-lo definitivamente, sendo-lhe aplicável a taxa correspondente ao tempo total de vida (neste caso, seriam 5 anos, sendo a percentagem de redução de 70%).

3.

Condições para a concessão dos benefícios

- Como norma geral, as reduções de impostos apenas se aplicam aos automóveis que já estejam há mais de um ano na posse do emigrante português; todavia, o Ministro das Finanças poderá, por despacho, mandar aplicar o disposto no Decreto-Lei n.º 172/77, caso a caso, aos automóveis pertencentes há menos de um ano a emigrantes portugueses, quando circunstâncias de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado, o justifiquem;
- A redução de impostos só pode ser concedida quando os proprietários dos veículos comprovem, por documentos bastantes, os tempos de posse e de vida, devendo ser contados até à data da entrada dos veículos no Continente ou Ilhas Adjacentes; se se tratar de automóveis que já tenham beneficiado do regime de importa-

ção temporária, o prazo de posse, em cuja contagem não será considerado o tempo de permanência no País, referir-se-á à última entrada;

- O benefício da redução apenas é aplicável a um dos cônjuges ou a um indivíduo maior, solteiro, somente em relação a um automóvel da sua propriedade e o beneficiado só decorridos quatro anos é que poderá voltar a requerer a concessão da redução de impostos para a importação de um novo automóvel; por outro lado, os automóveis importados com redução de impostos não poderão ser vendidos, dados, hipotecados nem por qualquer forma onerados antes de decorridos dois anos sobre a sua importação definitiva, ficando os mesmos, caso contrário, sujeitos ao integral pagamento da parte dos impostos que não tinha sido paga;
- A redução de impostos apenas é concedida aos emigrantes portugueses que comprovem, através de certificado consular, ou outro equivalente em termos probatórios, a sua qualidade de trabalhador no país onde procede com, pelo menos, um ano de efectividade.

4.

Direitos aduaneiros

Os direitos aduaneiros consistem na aplicação de uma taxa por quilo do veículo, varianda essa taxa consoante o País donde procede o automóvel, de acordo com o seguinte quadro:

	Coluna 1		Coluna 2	
	EFTA, Reino Unido, Dinamarca e CEE (Comp. orig. e Irlanda)		Pauta mínima	
	Taxa	Total	Taxa	Total
600	1\$90	1 140\$00	9\$50	5 700\$00
650	1\$90	1 235\$00	9\$50	6 175\$00
700	1\$90	1 330\$00	9\$50	6 650\$00
750	2\$00	1 500\$00	10\$10	7 575\$00
800	2\$15	1 720\$00	10\$80	8 640\$00
850	2\$30	1 955\$00	11\$50	9 775\$00
900	2\$40	2 160\$00	12\$20	10 980\$00
950	2\$55	2 422\$50	12\$80	12 160\$00
1000	2\$70	2 700\$00	13\$50	13 500\$00
1100	3\$00	3 300\$00	14\$80	16 280\$00
1200	3\$20	3 840\$00	16\$10	19 320\$00
1250	3\$40	4 250\$00	16\$80	21 000\$00
1300	3\$50	4 550\$00	17\$50	22 750\$00

Portanto, aplicam-se as taxas constantes da coluna 1 aos automóveis procedentes e originários da Áustria, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça, bem como da Alemanha Federal, Bélgica, França, Holanda, Irlanda, Itália e Luxemburgo; e as taxas constantes da coluna 2 aos automóveis procedentes e originários de outros países.

Ao valor encontrado, haverá que aplicar depois a percentagem de redução indicada no ponto 2.

5.

Imposto sobre a venda de veículos automóveis

O imposto de venda incide sobre o preço de venda ao público do veículo reportado à data em que o mesmo entrou em circulação. Este preço é fixado em tabelas aprovadas pela Direcção-Geral do Comércio Não Alimentar, sobre o qual incidirá o imposto, cujas percentagens são actualmente calculadas de acordo com a Lei n.º 30/78, de 14 de Junho de 1978, pela seguinte fórmula:

IVVA — 0,032 CC

IVVA — Imposto sobre a venda de veículos automóveis

CC — Cilindrada do veículo em centímetros cúbicos

NOTA: Desprezam-se as casas decimais do resultado obtido pela fórmula.

Na importação definitiva de veículos que se achem importados temporariamente no País, a liquidação deste imposto terá por base o valor que lhes seja fixado pela Direcção-Geral do Comércio Não Alimentar e a taxa que vigorar à data da numeração do respectivo bilhete de despacho aduaneiro.

Para os emigrantes portugueses a quem seja concedida a redução de impostos haverá que, ao imposto encontrado de acordo com a fórmula acima mencionada, aplicar a percentagem de redução indicada do ponto 2.

6.

Sobretaxa de Importação

Esta sobretaxa que, actualmente, é de 20%, incide sobre o valor aduaneiro que corresponde ao montante, inscrito no Boletim de Registo de Importação, ou seja, o valor comercial do automóvel em Portugal.

Tal como já se disse em relação aos direitos aduaneiros e imposto sobre a ven-

da de veículos automóveis, ao valor da sobretaxa haverá que aplicar a percentagem de redução indicada no ponto 2.

7.

Importação temporária

As reduções de impostos agora estabelecidas entendem-se, como é evidente, para o caso de importação definitiva do automóvel, com a atribuição de matrícula portuguesa.

7.1. Relativamente à **importação temporária**, isto é, à permanência por período(s) curto(s) em território português de automóveis com matrícula estrangeira, houve alterações ao regime que até agora esteve em vigor.

Assim é o Decreto-Lei n.º 398/78, de 15 de Dezembro, que passa a reger a matéria.

Continua a ser permitida a importação temporária de veículos automóveis pelos seus proprietários ou legítimos detentores sem prestação de garantia aos direitos, desde que quanto a eles se verifiquem quer no momento da importação quer durante a sua permanência no País **todas as seguintes condições:**

- Tenham a sua **residência habitual** fora do País;
- Não exerçam no País qualquer actividade; (se quem pretender importar temporariamente o carro por um emigrante português a expressão «qualquer actividade» deverá ser entendida como «qualquer actividade profissional remunerada»);
- Se façam acompanhar do título de registo de propriedade do veículo e do livrete de circulação ou documentos correspondentes.

7.2. Os carros que beneficiarem desta importação temporária só podem **permanecer no país durante cento e oitenta dias**, consecutivos ou não, no decurso do período contínuo de um ano, contado da data de importação do veículo.

Por exemplo, um emigrante desloca-se a Portugal em gozo de férias utilizando o seu carro. Pode, em princípio, importá-lo temporariamente, o que efectivamente faz em 1 de Agosto de 1979.

Até 1 de Agosto de 1980 e durante 180 dias, seguidos ou não, esse carro pode estar no País. Assim, o emigrante deste exemplo poderá estar em Portugal durante o seu mês de férias, sair depois para o estrangeiro, voltar por hipótese no Natal,

tornar a sair, regressando ao País na Páscoa, tornar a sair e vir ainda tantas vezes quantas quiser até prefazer um período em Portugal de 180 dias. A partir de 1 de Agosto de 1980 começa a contar novo período de um ano e assim sucessivamente.

7.3. Para além dos **donos dos carros** já referidos os veículos automóveis importados temporariamente só podem ser conduzidos no País por aqueles:

- Que os **substituam**, mediante autorização escrita devidamente reconhecida, desde que também não tenham residência no País e nele não exerçam qualquer actividade;
- Que comprovadamente, **neles procedam a qualquer experiência** por virtude de avaria mecânica;
- Que hajam sido **autorizados pelas entidades aduaneiras** para o fazer, designadamente em razão de se acharem vinculados por um contrato de prestação de serviços profissionais, como condutor, ao importador do veículo.

A expressão «qualquer actividade» será dado o entendimento já referido no ponto 7.1. sempre que aquele que substitua o proprietário ou o legítimo detentor do veículo na condução deste no País, seja um emigrante português.

7.4. No decurso do referido período contínuo de um ano não é permitida a importação e condução no País de mais de um veículo, quer pelo seu proprietário, quer pelo seu legítimo detentor, quer ainda por qualquer deles, se o outro já estiver a usufruir o benefício concedido pelo presente Decreto-Lei. (Esta norma não se aplica a veículos que sejam propriedade de empresas alugadoras de viaturas sem condutor).

7.5. Poderão beneficiar de importação temporária nos termos que ficam expressos todos os automóveis exclusivamente destinados ao transporte de pessoas, incluindo os mistos, desde que não conduzam mercadorias, e motocicletas, velocípedes com motor, autocarros com turistas, automóveis de desporto a utilizar por corredores residentes no estrangeiro e que participem em competições a disputar no País e, ainda, veículos-vivendas e reboques de campismo, desporto e bagagens.

Os objectos sujeitos a direitos transportados nos veículos-vivendas e nos reboques de campismo ou desporto devem ser men-

cionados numa relação, que será apresentada à alfândega para seu visto e confidência, exigindo-se, aquando da sua saída, o pagamento dos direitos relativos aos artigos que faltarem.

8.

Formalidades a cumprir para a importação definitiva

Os proprietários de veículos que pretendem trocar a matrícula estrangeira pela portuguesa, deverão dirigir-se à Repartição do Comércio Externo (Rua de S. Mamede, n.º 76 — Lisboa) e apresentar os seguintes documentos, com o fim de obter o **Boletim do Registo de Importação**:

- a) Prova de que foi trabalhador residente no estrangeiro durante mais de um ano (certificado consular ou documento equivalente);
- b) Prova de que reside em Portugal (declaração passada pela Junta de Freguesia da respectiva **residência**);
- c) Título de propriedade do veículo ou documento equivalente, do qual conste o tempo de vida do veículo e o tempo de posse pelo emigrante seu proprietário;
- d) Declaração de que toma o compromisso de não vender, dar, hipotecar ou por qualquer forma alinear o veículo no prazo de dois anos a contar da data do despacho da Alfândega.

Após a obtenção do Boletim de Importação, este e os documentos mencionados nas alíneas c) e d) deverão ser apresentados na sede das Alfândegas, onde entregará ainda:

Requerimento (nome, idade, estado civil, residência em Portugal) em que solicita o benefício do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 172/77, para o veículo de sua propriedade, com indicação da marca, matrícula e país de matrícula, datas de entrada e Delegações; **Documentos** respeitantes ao veículo, com fotocópias em duplicado; **Certidão de nascimento** narrativa completa, tirada há menos de três meses; **Verbete de despacho**, Grupo G, mod./56; **Certificado consular** referido no art. 4.º do Decreto-Lei n.º 172/77; **Passaporte**; **Outros documentos** que o requerente julgue ter interesse apresentar; **Declaração**, com assinatura reconhecida notarialmente, referida na alínea d); **Documento comprovativo** dos anos de vida do veículo, no caso de tal não constar nos documentos; Ficha em quintu-

plado, (mod. da Alfândega); boletim de de registo de importação.

9.

Certificados necessários

Deverá ainda referir-se que, além do livrete de circulação, se torna necessário, tratando-se de veículos na posse dos interessados há menos de um ano, certificado de origem dos mesmos, emitido pelo Consulado. Isto para o efeito de lhe ser dado o tratamento pela pauta mínima.

Para o efeito da aplicação das taxas reduzidas relativas aos países da EFTA ou CEE (coluna 1 do ponto 4), o interessado deverá munir-se do certificado de circulação de mercadorias — EUR 1 — a obter junto das entidades alfandegárias do respectivo país de residência.

10.

Importação de automóveis de carga

Se o veículo a importar for de carga, os impostos aplicáveis são os seguintes:

- a) Direitos alfandegários — 2\$50 por quilo, na pauta mínima. Será, todavia, livre de direitos se lhe for de atribuir o tratamento da EFTA ou CEE;
- b) Imposto sobre a venda de veículos automóveis — taxa uniforme de 15% sobre o valor de venda ao público que lhe for atribuído, seja qual for esse valor;
- c) Sobretaxa de importação — 20% sobre o valor aduaneiro.

Aos valores resultantes da aplicação das taxas acima indicadas, haverá que deduzir a respectiva percentagem indicada no ponto 2., no caso do proprietário do automóvel de carga ser um emigrante português que reúna as condições já referidas para lhe ser concedida a redução de impostos.

Os automóveis de carga não podem beneficiar do regime de importação temporária indicado no ponto 7. desta Nota Informativa. ■

Os elementos constantes da presente Nota Informativa são de carácter geral, permitindo aos emigrantes portugueses calcular, com relativa aproximação, as quantias que terão a pagar pela importação definitiva dos seus automóveis. Para informações concretas, os interessados deverão

dirigir-se directamente às Alfândegas de Lisboa — Secção de Automóveis, Terreiro do Trigo — LISBOA, ou às Alfândegas do Porto (sede) indicando todos os elementos correspondentes ao veículo que interessam para o cálculo dos impostos a pagar (tempo de vida do veículo, marca, modelo, valor e peso).

Esta Nota Informativa substitui a que a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração elaborou em Setembro de 1977, e foi publicada nesta Revista no número 21 (pág. 39).

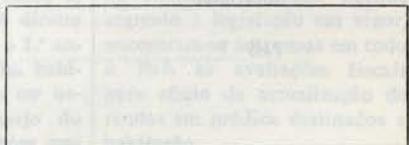
ACORDO ESTABELECE MEDIDAS DE APOIO AOS EMIGRANTES RESIDENTES NA BÉLGICA

Foi assinado em Bruxelas um acordo luso-belga relativo às «condições de vida e trabalho, à formação profissional e à promoção social e cultural dos trabalhadores e dos membros das suas famílias residentes na Bélgica».

O acordo, que estipula a criação de uma comissão mista — que reunirá uma vez por ano, alternadamente em Lisboa e em Bruxelas —, baseia-se em regras tendentes a assegurar tratamento igual para trabalhadores belgas e portugueses, em termos de emprego, condições de trabalho, direitos sindicais, salários, prevenção de acidentes de trabalho e subsídios por doença profissionais.

Este documento prevê ainda um conjunto de medidas que visam melhorar o acolhimento aos trabalhadores portugueses, a promoção de programas especiais de informação na rádio e na TV e a garantia de formação profissional. A Bélgica fornecerá também infra-estruturas educacionais aos emigrantes portugueses, ajudando-os a adaptarem-se à vida nesse país.

Recorda-se que, actualmente, a comunidade portuguesa residente na Bélgica está estimada em cerca de treze mil pessoas.



ASSINATURAS DA REVISTA «25 DE ABRIL/COMUNIDADES PORTUGUESAS»

A Revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas» é publicada mensalmente em duas tiragens simultâneas: uma delas, designada «Edição-Europa», é distribuída de Paris para os assinantes residentes em França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça; a outra edição é distribuída de Lisboa para o resto do Mundo.

Solicitamos, pois, que ao efectuar ou renovar a sua assinatura observe o seguinte:

1. ASSINATURAS DA «EDIÇÃO-EUROPA»

(para os leitores residentes em França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça)

o pedido de assinatura deve ser enviado

para: Embaixada de Portugal/Revista «25 de Abril»

6, Passage Dombasle — 75015 - Paris — França

A importância destas assinaturas deve ser enviada em cheque ou vale de correio passados em nome da Embaixada de Portugal/Revista «25 de Abril»

2. ASSINATURAS DE RESIDENTES EM PORTUGAL, ESPANHA E OUTROS PAÍSES (excluindo

França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça).

o pedido de assinatura deve ser enviado

para: Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração

Revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas»

Palácio das Necessidades — 1.º Piso — Largo do Rilvas — 1300 Lisboa — Portugal

A importância destas assinaturas deve ser enviada em cheque ou vale de correio passados em nome da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração

PREÇOS DAS ASSINATURAS (12 números)

Portugal e Espanha	300\$00
França	40 F.F.
Alemanha Federal	20 D.M.
Bélgica	350 F.B.
Luxemburgo	350 F.L.
Holanda	25 Fls.
Inglaterra	5 £
Suíça	20 F.S.
Outros Países - o correspondente em moeda local a	400\$00

MUITO IMPORTANTE

- Nos preços das assinaturas estão incluídos os portes de correio.
- Não esquecer que o destinatário e o remetente devem ser escritos em letra bem legível, de preferência em maiúsculas.
- Sempre que mude de residência ou deseje receber a Revista noutro local, comunique-nos o mais rapidamente possível.
- Para maior facilidade preencha em letra bem legível e recorte este cupão:



Assinatura Renovação Mudança de local de recepção da revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas» (marque com X) para o que envio a importância de

NOME

IDADE

PROFISSÃO

MORADA

LOCALIDADE

PAÍS

ATENÇÃO

— Se reside em FRANÇA, ALEMANHA FEDERAL, BELGICA, LUXEMBURGO, HOLANDA, INGLATERRA ou SUÍÇA, envie este cupão para:
EMBAIXADA DE PORTUGAL
6, Passage Dombasle
75015-PARIS-FRANÇA.

— Se reside em PORTUGAL, ESPANHA ou outros países excluindo os mencionados acima, envie o cupão para:
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO

Palácio das Necessidades - 1.º Piso
Largo do Rilvas - 1300 Lisboa
PORTUGAL

«Como se podem transferir os direitos adquiridos pela Previdência Social brasileira para Portugal?»

M. A. S. (Brasil)»

Os descontos que efectuou para os seguros brasileiros não podem ser transferidos para Portugal mas serão totalizados com os que tenha eventualmente efectuado para a Previdência Portuguesa antes de emigrar para efeitos de pensão de velhice ou invalidez. No entanto chamamos a sua atenção para o facto de que se regressar a Portugal antes dos 65 anos, não pode permanecer mais de 1 ano sem efectuar descontos (ou para os seguros brasileiros, nesse caso voluntariamente, ou para a Previdência Portuguesa, se exercer uma actividade profissional no nosso País). Isto porque, ao abrigo do acordo de Segurança Social entre Portugal e o Brasil, ultrapassado o prazo de 1 ano sem descontos perde todos os seus direitos relativamente aos seguros brasileiros.

«Comprei em 1970 uma parcela de terreno onde existem dois moinhos de vento, um meu o outro de uma senhora. Cada moinho (dos redondos, como decerto conhecem) tem à volta uns marcos de pedra assinalando o terreno que os moleiros entendiam necessário para quando os moinhos se partiam com o vento. Isto no caso de o moinho ter um dono, e o terreno à volta ter outro, como o desta senhora. Também diziam os velhos moleiros que em caso de os moinhos não trabalharem, como estes, esse terreno deixava de pertencer ao moinho, podendo então ser cultivado. Mas a caderneta predial desta propriedade e nos mapas da secção de urbanização da Câmara local, este terreno está desenhado à volta dos moinhos em linha recta, de marco a marco, o qual forma uma roda oitavada. Por outro lado, a caderneta do meu moinho não

Esta Secção está aberta a todos os leitores. Nela inserimos, total ou parcialmente, as cartas que nos são dirigidas e as respectivas respostas — elaboradas, quando necessário, pelo departamento jurídico da SENE, que, simultaneamente, se encarrega de responder directamente aos interessados —, sempre que as mesmas, pelos temas que abordam, possam eventualmente interessar a outros leitores. Toda a correspondência dirigida a esta Secção deverá ser enviada para:

Revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas»
Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros
e da Emigração
Palácio das Necessidades — 1.º Piso
Largo do Rilvas — 1300 Lisboa — PORTUGAL

tem o desenho e só diz «moinho de vento com dois casais de mós e área coberta de 21 metros quadrados». Agora, o que eu gostava de saber: primeiro, se este terreno pertence ou não ao moinho, embora eu não o queira para mim; segundo, como deve ser feito o muro, em redondo ou em linha recta de marco a marco, se eu ou a senhora quisermos vedar o nosso terreno. Mais duas perguntas, mas sobre outro assunto: os emigrantes ao fazerem uma casa ou ao comprarem um terreno em Portugal, estão ou não isentos de sisa e da contribuição predial por dez anos?»

C. J. M. (Suíça)»

1. Nos termos da legislação aplicável na matéria, apenas as casas compradas e que beneficiem de isenção de sisa no acto da escritura é que poderão também beneficiar de isenção de contribuição predial por determinado número de anos.

2. Assim, a casa a construir por não ser objecto de escritura pública de contrato de compra e venda (nem, por consequência, beneficiar de isenção de sisa), não poderá beneficiar da isenção de contribuição predial.

3. Estes serviços vão, no entanto, estudar a possibilidade de publicação de uma nova lei que permita a isenção de contribuição predial nas casas mandadas construir por emigrantes portugueses residentes no estrangeiro e, se tal for superiormente aprovado esta Secretaria de Estado não deixará de notificar esta alteração às leis vigentes.

4. Quanto à questão de saber se o terreno que circunda o moinho é ou não sua propriedade, informa-se que esta Secretaria não dispõe, sobre o caso e fornecidas por V. Ex.ª,

de elementos suficientes que permitam uma resposta concreta.

Com efeito, apenas junto dos competentes serviços de urbanização camarários e do Registo Predial de Sintra poderá esclarecer devidamente o assunto, apresentando a documentação na sua posse referente ao moinho.

5. No tocante à vedação da sua propriedade, esclarece-se que a todo o tempo o proprietário pode murar, valar, rodear de sebes o seu prédio, ou tapá-lo de qualquer modo. Se o «muro deve ser feito em redondo ou em linha recta de marco a marco» depende da área de terreno que pertença a V. Ex.ª e respectivas limitações, pelo que deverá previamente efectuar as diligências mencionadas no número 4, da presente resposta.

«Comprei uma casa de habitação em Portugal (rés-do-chão e andar), com inquilino no rés-do-chão, o qual foi alugado ainda pela mesma pessoa que ma vendeu. Essa pessoa já não mora lá, tendo passado a casa a seu genro que continua a ocupar o rés-do-chão em nome dessa pessoa. Por motivo de saúde decidi abandonar o estrangeiro e ir para Portugal, com a intenção de nesse rés-do-chão fazer um estabelecimento comercial. Soube que o ocupante desta parte da casa tem habitação própria em reconstrução e acabamentos, a dois quilómetros do local. Agradeço já a informação sobre se há uma lei que me dê direito ao rés-do-chão, porque o 1.º andar já tenho para minha habitação. No caso de não ter nenhum direito ao despejo do rés-do-chão, peço também que

me informem se a lei dá direito a que o ocupante seja obrigado a um contrato ou a um aumento de renda.

A. N. B. (Alemanha)»

Nos termos do artigo 1093.º n.º 1 alínea i) do Código Civil o senhorio pode resolver o contrato de arrendamento (isto é obter o despejo da casa) se o arrendatário conservar o prédio desabitado por mais de um ano, consecutivamente, ou sendo o prédio destinado a habitação, não tiver nele residência permanente, habite ou não outra casa, própria ou alheia.

O arrendatário pode evitar a acção de despejo se, na sua ausência, permanecerem no prédio os seus familiares; no caso exposto, o genro da sua inquilina teria que habitar na mesma antes desta a ter deixado.

Se tal não se verificou, o senhor tem possibilidade de intentar em Tribunal uma acção de resolução do contrato, baseando-se na falta de residência permanente do arrendatário, ao abrigo do referido artigo, na medida em que é ainda ele que paga a renda, apesar da casa estar ocupada pelo genro.

Nestas circunstâncias não há lugar a qualquer indemnização, por parte do senhorio.

Existe ainda outro tipo de acção ou seja de denúncia do contrato de arrendamento, no qual o senhorio alega que necessita da casa para si, mas o senhor não poderá intentar em Tribunal a referida acção dado que já tem o 1.º andar reservado para sua habitação própria e só é proprietário há um ano (conforme Nota Informativa, que lhe enviamos para um maior esclarecimento).

Finalmente o senhor poderia celebrar um contrato com o genro da arrendatária, não para habitação, mas para indústria e neste caso há a possibilidade de aumentar a renda, porque segundo a legislação em vigor, encontram-se suspensas em todo o País as avaliações fiscais para efeito de actualização de rendas em prédios destinados a habitação.

DOCUMENTÁRIOS E OS SEUS AUTORES

Começamos neste número a apresentar filmes documentários de curta, média e longa-

-metragens que fazem parte do Circuito de Cinema da SENE, à semelhança do que tem vindo a ser feito, nesta secção, em relação aos filmes de longa-metragem, de ficção.

A maioria das pessoas que frequentam as salas de cinema como simples espectadoras, sem outra finalidade que não seja a de passar, se possível, uns momentos agradáveis, desco-

nhece as grandes dificuldades com que se debatem os nossos realizadores, desde os trabalhos preparatórios até ao dia em que vêm os seus filmes estreados nos circuitos comerciais. Essas dificuldades não são, por motivos diferentes, menores para a produção de documentários e, contudo, é precisamente no documentarismo que os realizadores portugueses mais se têm

distinguido, conquistando diversos prémios em certames internacionais.

Por esse motivo pensamos ser justo e oportuno incluí-los, também, nesta página dedicada ao cinema.

Para a sua apresentação optou-se pelo critério de ordem alfabética em relação aos nomes dos seus autores (realizadores).

ALMEIDA, Manuel Faria de



Nasceu em Lourenço Marques (hoje Maputo) em 1934. Iniciou-se como cineasta amador tendo, posteriormente, feito estudos como bolseiro, em França e Inglaterra. De 1974 a 1976 fez parte da direcção da Tóbis Portuguesa e em 1976/1977 foi presidente da comissão administrativa do Instituto Português de Cinema.

Da sua filmografia fazem parte do Circuito de Cinema da SENE as seguintes realizações:

«Portugal Desconhecido»

Ano de produção: 1969
Fotografia: Abel Escoto (Cor)
Música: Jorge Costa Pinto

Tempo de projecção: 17 min.
Tema: Aspectos menos conhecidos do nosso País sob o ponto de vista turístico.

«O Ovo e a Galinha»

Ano de produção: 1969
Montagem e texto: M. F. de Almeida
Tempo de projecção: 4 min.
Tema: Infantil (desenho animado)

«Abrantes, a Arte e a Vida»

Ano de produção: 1971
Fotografia: Mário Moreira (Cor)
Tempo de projecção: 11 min.
Tema: Turístico/etnográfico

«Vida e Obra de Ferreira de Castro»

Ano de produção: 1971
Fotografia: Mário Moreira (Cor)
Música: Manuel Jorge Veloso
Montagem: Faria de Almeida
Tempo de projecção 26 min.
Tema: Cultural

«Algarve»

Ano de produção: 1972
Fotografia: Mário Moreira (Cor)
Montagem: Faria de Almeida
Música: Shegundo Galarza
Tempo de projecção: 12 min.
Tema: Turístico



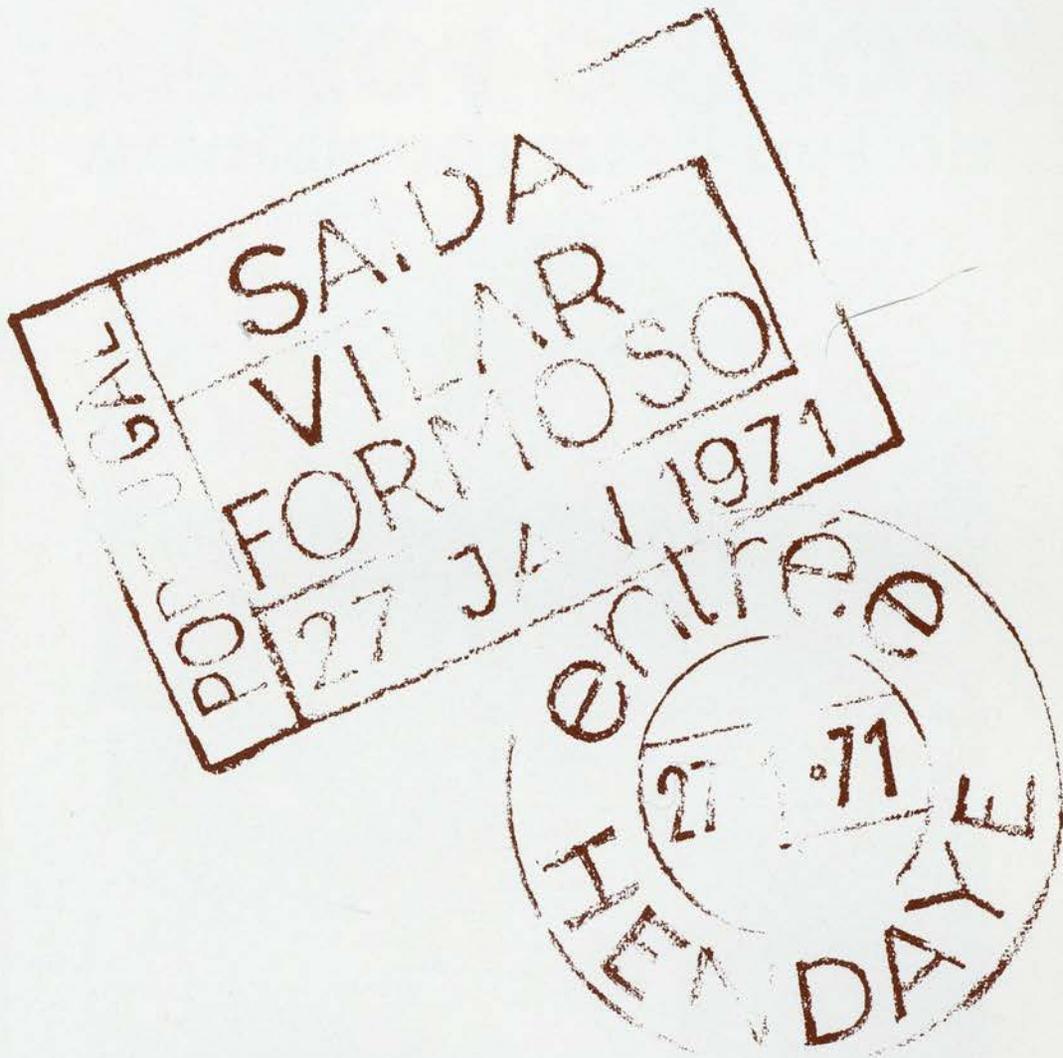
«Portugal Desconhecido»

«Abrantes, a Arte e a Vida»

«Vida e obra de Ferreira de Castro»

COLABORE COM
O CIRCUITO GRATUITO DE CINEMA DA SENE
ENVIANDO-NOS AS SUAS SUGESTÕES

também passámos a fronteira



**a império a maior companhia de seguros
portuguesa hà sete anos em França**

Para o ajudar a construir um futuro.

Para que possa realizar-se sentindo-se
firmado na vida.

Para encontrar em si próprio
e no seu seguro de vida um apoio importante.

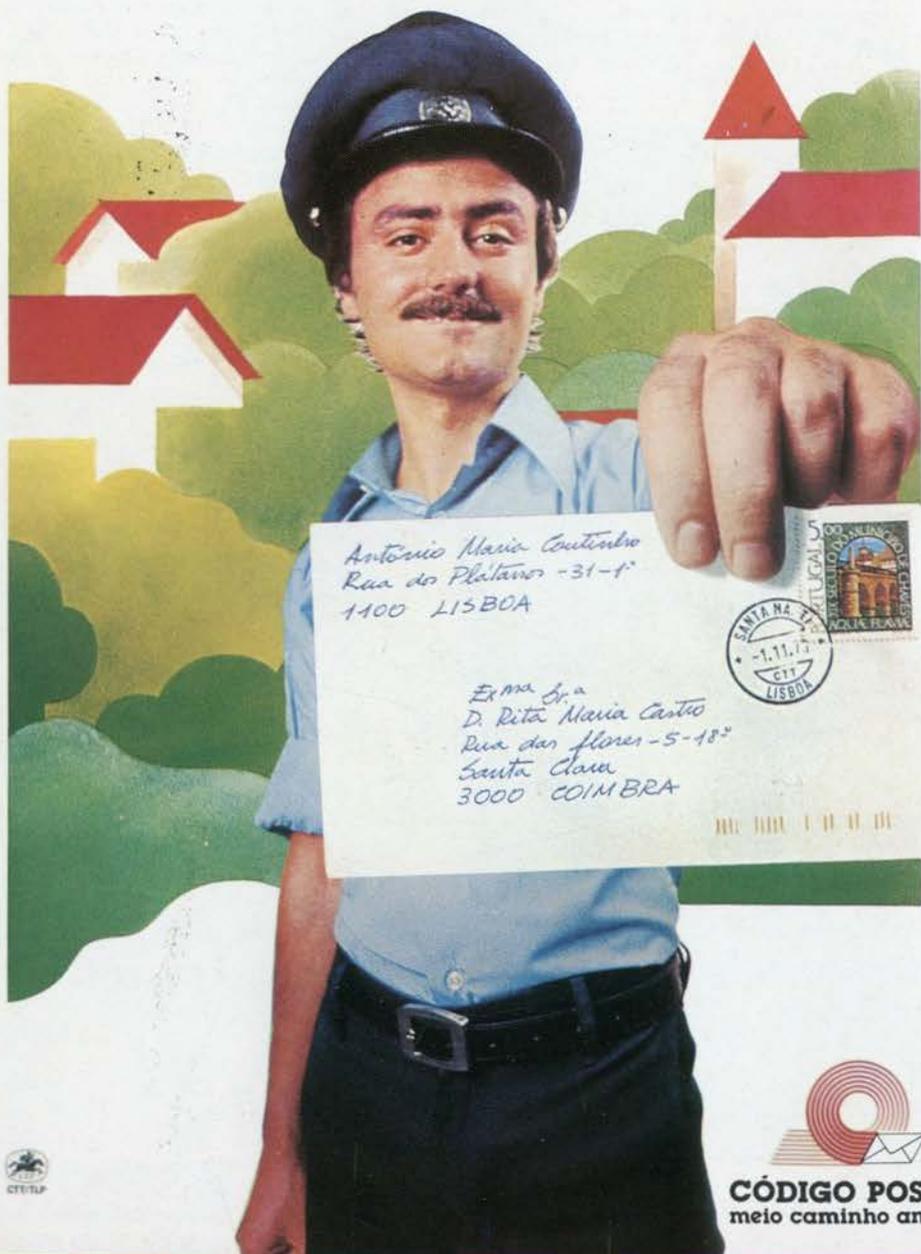


AO SEU SERVIÇO

IMPÉRIO
a sua seguradora

105, Rue du Faubourg Saint-Honoré 75008 PARIS - Tél. 260 33 18

Escreva sempre o
CÓDIGO POSTAL
na sua correspondência



CÓDIGO POSTAL
meio caminho andado